

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

DANIÈLLE DE OLIVEIRA BRESCIANI

**Do Elefante Branco à Pérola Capixaba:
um estudo da Companhia Siderúrgica de Tubarão
quanto às relações de trabalho e à migração sob a ótica do
processo de globalização**

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo
2008

DANIÈLLE DE OLIVEIRA BRESCIANI

**Do Elefante Branco à Pérola Capixaba:
um estudo da Companhia Siderúrgica de Tubarão
quanto às relações de trabalho e à migração sob a ótica do
processo de globalização**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, na área de concentração em Relações Internacionais.
Orientadora: Profa. Dra. Lucia Maria Machado Bógus

São Paulo
2008

Ficha catalográfica elaborada pela Gestão.Info Consultoria (Vitória, ES, Brasil)

Bxxx Bresciani, Daniëlle de Oliveira, 1970-

Do elefante branco à pérola capixaba : um estudo da Companhia Siderúrgica de Tubarão quanto às relações de trabalho e à migração em uma ótica do processo de globalização / Daniëlle de Oliveira Bresciani. – 2008.

178 f. : il.

Orientadora: Lucia Maria Machado Bógus.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais.

1. Globalização. 2. Relações internacionais. 3. Relações trabalhistas 4. Migração 5. Companhia Siderúrgica de Tubarão. I. Bógus, Lucia Maria Machado. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 327

DANIÈLLE DE OLIVEIRA BRESCIANI

**Do Elefante Branco à Pérola Capixaba:
um estudo da Companhia Siderúrgica de Tubarão
quanto às relações de trabalho e à migração sob a ótica do
processo de globalização**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, na área de concentração em Relações Internacionais.

Aprovada em ____ de _____ de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Lucia Maria Machado Bógus
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Orientadora

Para meus pais, André e Maria Regina, amigos inseparáveis.

Para Anthony, meu companheiro nesta trajetória.

Para Luisa, minha maior razão de viver e aprender.

E para José Luiz Dantas, meu maior incentivador.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem as preciosas colaborações que obtive ao longo do processo investigatório e da fase escrita que permitiram a conclusão desta tese. Nesse sentido, agradeço a Deus que me concedeu saúde e determinação para o cumprimento desta tarefa.

À minha família que sempre me acompanhou, apoiou e acreditou em mim. Aos meus pais, André Rosetti Bresciani e Maria Regina de Oliveira Bresciani, que têm como lema de vida que o estudo é o maior patrimônio que podem, como assalariados que foram a vida inteira, deixar para os filhos. Foi calcada nesse pensamento e no exemplo que tive durante a minha infância, adolescência e vida adulta que segui o caminho do conhecimento e da ciência. Muitos foram os sonhos e os desejos que abriram mão de realizar em prol de investimentos feitos nos estudos dos filhos, inclusive no meu. Por isso e por muito mais dedico este trabalho a eles, ao meu perfeito, inseparável e equilibrado companheiro, Anthony Leuthner, e à minha amada filha, Luisa Bresciani Leuthner, que soube compreender a minha ausência durante o interminável tempo em que me dediquei ao doutorado. Também agradeço aos meus irmãos, André Rosetti Bresciani Júnior e Giuliani de Oliveira Bresciani, que sempre me apoiaram e acreditaram na minha capacidade.

Gostaria de agradecer enormemente o fundamental apoio que recebi de Augusto Cesar Salomão Mozzini, meu eterno melhor ex-aluno e amigo, o qual me acompanhou em todos os momentos de execução deste trabalho científico e com quem divido os resultados e o alcance desta pesquisa.

Faço um registro especial ao amigo José Luiz Dantas, aquele que sempre acreditou em mim, desde o início da minha carreira, uma jovem determinada e idealista, mas sem a experiência e o conhecimento que ele me permite adquirir a cada dia em que tenho o privilégio de compartilhar com ele o meu trabalho diário. Certamente, sem seu apoio e incentivo jamais teria chegado até aqui.

Enalteço a importância da minha orientadora, professora Lucia Maria Machado Bógus, pela sua competência, seriedade e simplicidade. Obtive dela a confiança e o apoio incondicional

que me propiciaram seguir a trajetória que culminou na realização deste trabalho. A você, Lúcia, minha admiração e gratidão.

Um agradecimento especial à minha inesquecível professora e amiga Sônia Maria Dalcomuni. Sua postura diante da academia, seu profundo conhecimento científico e o compromisso que sempre teve com a formação de seus alunos me servem de exemplo na condução da minha inquieta e constante busca pelo saber. Obrigada pelos seus ensinamentos.

Às minhas eternas amigas, Celeste Valentim, Denise Maria Simões Motta, Isabel Cristina Louzada, Leda Maria Couto Nogueira e Renata Diniz Ferreira. Com vocês aprendi que trabalhar é sinônimo de compromisso e realização. Exemplos de maturidade, seriedade e ética são legados que marcam a nossa história. Aqui registro minha profunda admiração e respeito por vocês.

Ao meu querido amigo Joubert Souza Pinto Filho, que tanto me incentivou durante minha caminhada e às mães das amigas da minha filha, minhas grandes amigas, que tão gentilmente se ofereceram para entretê-la nos momentos mais difíceis de minha produção acadêmica, meu profundo agradecimento. À Maria dos Anjos Santos Oliveira, por ter garantido o funcionamento da minha casa e das rotinas a ela inerentes, meu respeito por seu compromisso e responsabilidade.

Meu carinho e reconhecimento à amiga Rossana Ferreira da Silva Mattos que me aproximou da professora Lucia Maria Machado Bógus e me ajudou no momento decisivo que marcou meu ingresso no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Minha gratidão àqueles que foram meus professores no programa de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, em especial, aos professores Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley e Paulo Edgar Almeida Resende cujas participações na minha qualificação foram fundamentais para o direcionamento deste trabalho.

Meu sincero agradecimento ao Centro Universitário Vila Velha (UVV), por ter me concedido tempo e recursos financeiros que, em grande medida, contribuíram para a realização deste estudo. A todos que trabalham comigo por terem compreendido que a minha ausência, em determinados momentos, era necessária para o meu crescimento intelectual. Um especial reconhecimento à minha leal amiga Elizana Pitanga Leite, com quem tenho a felicidade de

trabalhar há anos.

Meu reconhecimento à ArcelorMittal Tubarão, notadamente nas pessoas do Sr. Álvaro José Ferreira Ribeiro, gerente de Recursos Humanos, e de Roberta Barata Recarey, analista de Treinamento e Desenvolvimento, que me concederam acesso à empresa e forneceram dados fundamentais à execução desta pesquisa, bem como à amiga e funcionária da empresa Adriana Carneiro, analista de Gestão da Qualidade, com quem pude contar na obtenção de material utilizado na pesquisa.

Deus quer, o Homem sonha, a obra nasce.

(Fernando Pessoa)

Há gente que acredita e que faz.

Há gente que duvida e pára.

Há, sobretudo, gente que dorme e que sonha.

(Renato Pacheco)

Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende.

(Leonardo da Vinci)

RESUMO

Aborda a temática do Processo de Globalização como fenômeno sócio-histórico, a partir do entendimento das Teorias das Relações Internacionais e das Correntes da Globalização e suas inter-relações, com vistas a analisar os reflexos deste processo no papel desempenhado pelo Estado-nação nos dias de hoje. Para tanto, traça uma perspectiva teórica embasando um posterior estudo de caso acerca dos impactos da Globalização no Estado Brasileiro. Apresenta a dinâmica das relações de trabalho e dos fluxos migratórios nos contextos internacional, brasileiro e capixaba no que tange à siderurgia mundial, à brasileira e à Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). Demonstra a evolução da formação econômica e social do Espírito Santo a partir do ciclo imigratório e da formação do mercado de trabalho capixaba. Expõe a trajetória das siderurgias mundial e brasileira sob a ótica da precarização das relações laborais e do deslocamento de pessoas. Analisa, em estudo de caso, a questão do trabalho e da migração na CST nos períodos estatal e de administração privada, enfocando os processos de internacionalização da empresa e sua inserção em uma estratégia global do grupo industrial ArcelorMittal. Constata-se, assim, a intensificação e emergência de novas formas de exploração do trabalho e novas modalidades de migração vinculadas a uma lógica inerente ao Processo de Globalização.

Palavras-chave: Globalização. Relações internacionais. Relações trabalhistas. Migração. Companhia Siderúrgica de Tubarão.

ABSTRACT

To approach the subject of the globalization process as the social and historic phenomenon, from the understanding of the Theories of International Relations and the Currents of Globalization and their interrelations, with an objective to analyze the reflections of this Process in the role of the Nation States in today's world. For that, project a perspective theory based on a previous case study about the impact of globalization on the Brazilian state. To present the dynamic of the work relations and the migratory flux in the international context, brazilian, capixaba, on the iron industry of the world, of the Brazilian and of the Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST. To demonstrate the evolution of the economic and social formation of Espírito Santo from the immigration cycle and the formation of the work market in Espírito Santo. To expose the trajectory of the world and Brazilian steel industry, from the perspective of precarious of the labor relations and the displacement of people. To analyze, as the case study, the question of work and the migration of CST in the periods of state and private administration, focusing the process of internationalize of the company and it's insertion in the global strategy of the industrial group ArcelorMittal. To verify, in this manner, the intensification and the emergence of the new forms of exploitation of the labor force and the new modalities of migration linked to the inherent logic of the Globalization Process.

Key words: Globalization. International Relations. Labor Relations. Migration. Companhia Siderúrgica de Tubarão.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados Comparativos da Economia do Espírito Santo com a do Brasil (1970/1976/1977)	87
Tabela 2 - Distribuição Setorial da População Economicamente Ativa e Composição Setorial da Renda Interna, Espírito Santo - Brasil (1970/1977)	88
Tabela 3 - Pessoas de Dez Anos e Mais Segundo as Atividades do Setor Informal, Espírito Santo (1977)	89
Tabela 4 - População Residente em Domicílio Particular, Migrantes Segundo a Microrregião Metropolitana e Municípios em 1977 e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (1970/1977)	91
Tabela 5 - Pessoas Não Naturais do Município em que Residem, Segundo Lugar de Domicílio Anterior, Espírito Santo (1970/1977)	92
Tabela 6 - Investimentos e Número de Empregos Diretos dos Grandes Projetos	93
Tabela 7 - População Economicamente Ativa Segundo Grupos de Rendimento Mensal, Espírito Santo - Brasil (1977).....	94
Tabela 8 - Indicadores de Subemprego no Espírito Santo (1972)	95
Tabela 9 - Distribuição Geográfica da Produção de Aço Bruto (em Mt), Regiões e Países Selecionados (1950-1993) (10 ⁶ t)	98
Tabela 10 - Participação Percentual na Produção Mundial de Aço Bruto, Regiões e Países Selecionados (1950-1993) (%)	99
Tabela 11 - Estágios de Ampliação da Capacidade Instalada das Estatais Brasileira (1968-1989)	105
Tabela 12 - Empregos Diretos Gerados a Cada R\$10 Milhões Investidos (1998-2001).....	115
Tabela 13 - Custo de Produção de Bobinas Laminadas a Frio, Países Selecionados, em Abril de 2004	116
Tabela 14 - A Evolução do Emprego na Siderurgia Brasileira (1986-1999).....	118
Tabela 15 - Investimentos na Siderurgia Brasileira por Segmento (1990-1999).....	119

Tabela 16 - Investimentos do Setor Siderúrgico Brasileiro (1994-2002).....	120
Tabela 17 - Evolução dos Salários no Setor Siderúrgico (1994/2000) (%)	124
Tabela 18 - Participação Acionária da CST (1974).....	131
Tabela 19 - CST - Cronograma de Desembolso (1978-1982).....	134
Tabela 20 - Exportação Mundial de Aço Bruto e Participação da CST (1984-1993).....	137
Tabela 21 - Coeficiente de Exportação das Empresas Siderúrgicas Brasileiras (1988).....	138
Tabela 22 - CST - Pessoal Ocupado (1984-1994)	140
Tabela 23 - CST - Aumento de Produtividade (1985).....	147
Tabela 24 - CST - Coeficiente de Produtividade da Mão-de-Obra Efetiva (1984-1994).....	147
Tabela 25 - Resultado Financeiro da Privatização – CST	155
Tabela 26 - CST - Composição Acionária - Posição em 30-6-1995	157
Tabela 27 - Composição Acionária da CST em 31-12-2001.....	162
Tabela 28 - Investimentos da CST - Brasil e ES (US\$ mil)	165
Tabela 29 - CST - Evolução do Quad2□□□e Pessoal Próprio por Qualificação e por Alocação (1984-1994)	170
Tabela 30 - CST - Gastos com Pessoal Efetivo e Terceirizado (1992-2001).....	171
Tabela 31 - Empregados Alocados em Áreas Administrativas e de Produção – Siderurgia Brasileira e CST (1989-1994).....	172
Tabela 32 - Motivo da Demissão (1999-2001)	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção Brasileira de Aço Bruto (1973-2001) (Mt).....	106
Gráfico 2 - Consumo Aparente Brasileiro de Produtos Siderúrgicos por Tipo (1973-2001) (Mt).....	107
Gráfico 3 - Dispendios Orçamentários da CECA (1989-2002) (milhões de euros)	110
Gráfico 4 - Produção e Emprego na Siderurgia Brasileira (1988-2001)	113
Gráfico 5 - Custo de Mão-de-Obra em Países Seleccionados (US\$/ton)	117
Gráfico 6 - Produtividade, Emprego e Investimentos no Segmento de Aços Planos (1989-1993)	119
Gráfico 7 - Tempo de Emprego no Setor Siderúrgico (1994/1999)	121
Gráfico 8 - Curva de Crescimento Populacional - Serra-ES - 1810-2000.....	143
Gráfico 9 - Composição Acionária da Arcelor Brasil S.A. – 31-12-2005.....	166
Gráfico 10 - Evolução da Escolaridade dos Empregados - 1992-2001.....	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma de Desestatização (1992)	153
Quadro 2 - Plano de Investimentos - Pós-Privatização	159
Quadro 3 - Plano de Investimentos - Internacionalização do Capital e Estratégia Global	166

LISTA DE SIGLAS

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCQ - Círculos de Controle de Qualidade
CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço
CIEST - Clube de Investimentos dos Empregados da Siderúrgica de Tubarão
CODES - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo
Cofavi - Companhia Ferro e Aço de Vitória
Cosipa - Companhia Siderúrgica Paulista
CREA-RJ - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro
CSI - California Steel Industries
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CST - Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
EUA - Estados Unidos da América
FUNSSEST - Fundação de Seguridade Social dos Empregados da Siderúrgica de Tubarão
GERCA - Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS - Instituto Brasileiro de Siderurgia
II-PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento
IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves
LTQ - Laminador de Tiras a Quente
PEA - População Economicamente Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PND - Plano Nacional de Desestatização
PSE - Perfil Setorial da Economia
PSN-1 - Primeiro Plano Siderúrgico Nacional
PSN-2 - Segundo Plano Siderúrgico Nacional
RAIS/MTE - Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego
Siderbrás - Siderúrgicas Brasileiras S.A.

SINE/ES - Sistema Nacional de Emprego do Estado do Espírito Santo

TNCs - Transnational Corporations - Corporações Transnacionais

TQC - Total Quality Control - Controle de Qualidade Total

Usiminas - Usina Siderúrgica de Minas Gerais

Usinor - Union Sidérurgiques du Nord de la France - União Siderúrgica do Norte da França

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO.....	20
------------------------	-----------

CAPÍTULO 2

GLOBALIZAÇÃO: ESTADO-NAÇÃO, MUNDO DO TRABALHO E MIGRAÇÃO	23
---	-----------

2.1 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO VIS-À-VIS ÀS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS PRINCIPAIS CORRENTES	24
---	----

2.2 A GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO: REFLEXOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO.....	31
--	----

2.2.1 Globalização e Estado	31
-----------------------------------	----

2.2.2 Panorama das Relações de Trabalho em um Ambiente Global ..	39
--	----

2.3 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO ESTADO BRASILEIRO: CONSEQUÊNCIAS SOBRE A SOCIEDADE QUE TRABALHA	45
---	----

2.3.1 O Processo de Globalização e o Estado Brasileiro	45
--	----

2.3.2 A Sociedade que Trabalha: reflexos da abertura comercial no Brasil	48
--	----

a) O Emprego.	48
--------------------	----

b) O Desemprego.	52
-----------------------	----

c) A Precarização	55
-------------------------	----

2.4 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO FLUXO IMIGRATÓRIO INTERNACIONAL.....	57
--	----

2.4.1 Aspectos do Processo Migratório Internacional na Era da Globalização	58
--	----

2.4.2 O Processo Migratório no Brasil e a Questão da Transferência de Mão-de-Obra: histórico e perspectivas.....	63
--	----

CAPÍTULO 3

ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO ECONÔMICA À LUZ DOS PROCESSOS IMIGRATÓRIO E DE GLOBALIZAÇÃO..... 68

3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 69

3.1.1 O Desenvolvimento da Atividade Cafeeira e o Processo Migratório no Espírito Santo..... 70

3.1.2 A Inserção Internacional e os Grandes Projetos Industriais..... 81

3.2 MIGRAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: OS GRANDES PROJETOS E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO 85

3.2.1 Perspectiva Sobre o Emprego no Espírito Santo na Década de 1970: industrialização e informalidade 86

3.2.2 Mobilidade da Mão-de-Obra: urbanização e inversão do processo migratório 90

3.2.3 Modernização Econômica do Espírito Santo: crescimento e precarização das relações de trabalho..... 93

CAPÍTULO 4

CENÁRIO DA EVOLUÇÃO E DINÂMICA DAS SIDERÚRGICAS MUNDIAL E BRASILEIRA 96

4.1 PANORAMA DA SIDERURGIA MUNDIAL..... 96

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA SIDERURGIA BRASILEIRA 102

4.3 SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO SIDERÚRGICO ... 109

4.3.1 Panorama Comparado das Políticas Públicas Para o Setor da Siderurgia nos Países Centrais e no Brasil..... 109

4.3.2 Relações de Trabalho na Siderurgia Brasileira: automação, terceirização e precarização.....114

4.3.3 Fluxos Migratórios e Relações de Trabalho na Siderurgia Brasileira..... 125

CAPÍTULO 5

DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO À ARCELORMITTAL-TUBARÃO: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PÓS-PRIVATIZAÇÃO E OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS INFLUENCIADOS PELA EMPRESA.....	128
5.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA CST: SURGIMENTO DO PÓLO SIDERÚRGICO DE TUBARÃO	128
5.1.1 A Implantação da CST.....	130
5.1.2 O Período de Administração Estatal: o Elefante Branco à beira-mar..	135
5.1.3 A Questão do Emprego e da Migração por Trás da Criação do Parque Siderúrgico de Tubarão	141
5.2 O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO E O PERÍODO DA ADMINISTRAÇÃO PRIVADA	150
5.2.1 O Processo de Privatização: a venda do Elefante Branco	150
5.2.2 O Período da Administração Privada: rumo à internacionalização do controle da empresa	158
5.3 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PÓS-PRIVATIZAÇÃO	168
5.3.1 Panorama das Relações de Trabalho no Imediato Pós-Privatização	169
5.3.2 Precarização do Trabalho e Início da Internacionalização do Capital da Empresa.....	173
5.3.3 Considerações Sobre as Relações de Trabalho no Período Arcelor e ArcelorMittal	176
5.4 MIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA SIDERURGIA PRIVATIZADA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRATÉGIA GLOBAL.....	178

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS	184
ANEXOS – Figuras	191

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo principal apresentar um cenário da atualidade do processo de globalização, abordando as novas configurações do Estado, do mercado de trabalho e dos fluxos migratórios. Em um primeiro momento, utiliza-se das contribuições das Teorias das Relações Internacionais, fundadas nas concepções Construtivista, Racionalista e Pluralista, relacionadas com as correntes analíticas da Globalização, categorizadas como *Globalizers*, Hiperglobalistas e Céticos. Desse modo, busca-se estabelecer uma leitura propícia às Relações Internacionais quanto à participação do Estado no Processo de Globalização.

Ainda nesse contexto, opera-se a discussão sobre em que medida o Estado-nação foi o agente propulsor do Processo de Globalização ou foi somente condicionado, como objeto, pelo seu avanço. A partir dessa indagação, sinaliza-se para o debate acerca de determinados impactos decorrentes da interação entre Estado e Globalização, cujos reflexos implicaram um deslocamento daquele na formulação da política nacional e do seu posicionamento internacional. Chega-se, assim, a um ponto de maturação analítica capaz de permitir o estudo de caso referente às questões de trabalho e migração na sociedade brasileira, a partir da década de 1990.

Quanto às questões migratórias, traça-se um panorama de sua atual configuração nos cenários internacional e nacional, ressaltando-se suas inter-relações com o Processo de Globalização e atuação do Estado. Aponta-se, principalmente, a relação entre migração e fluxo internacional da força de trabalho em seus mais diferentes aspectos: busca de melhores condições de trabalho e vida; deslocamento forçado; e aumento da concorrência por emprego qualificado proveniente do ingresso de mão-de-obra especializada no Brasil. Por fim, destaca-se como esse fato influencia a precarização das relações de trabalho no mercado brasileiro.

Importante enfoque é dado à nova dinâmica das relações de trabalho e dos processos migratórios na atualidade. Com vistas a elaborar um padrão de entendimento, essas questões são abordadas em cinco esferas: internacionalmente, no Brasil, no Espírito Santo, na Siderurgia em geral e no caso da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), no município da Serra-ES. Pretende-se, assim, identificar em que medida fenômenos observados em âmbitos mais amplos se confirmavam na análise de caso, tendo como pano de fundo o aparato teórico sobre o Processo de Globalização, apresentado no segundo capítulo.

Tendo em vista viabilizar o estudo de caso discutido ao fim deste trabalho, aborda-se, no terceiro capítulo, a evolução histórica do Estado do Espírito Santo até a década de 1970, quando se iniciaram os Grandes Projetos Industriais – como a Companhia Siderúrgica de Tubarão. Enfoca-se, ainda, a questão do emprego e da migração no Estado, como forma de compreender as peculiaridades da dinâmica socioeconômica em que se inseriu a criação do Parque Siderúrgico de Tubarão.

O Capítulo 4, em seqüência, faz uma análise histórica do comportamento e da evolução da siderurgia no mundo e no Brasil. Nesse contexto, apresenta-se de que forma o emprego e a migração tenderam a organizar-se nesses dois contextos. Nesse sentido, busca-se aferir como as questões da automação, acumulação flexível e terceirização vêm redefinindo os padrões empregatícios e migratórios em um âmbito de intensificação do Processo de Globalização.

No último capítulo, elabora-se um estudo que tem por finalidade analisar como as inter-relações entre os fenômenos e processos investigados até então estão presentes na criação e evolução histórica da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Para tanto, estabelece-se uma dicotomização da análise, apresentando esses contextos no período estatal de empresa e após a sua privatização.

Dá-se, assim, maior realce ao estudo de caso do emprego e da migração nesse último período,

como forma de sinalizar novos parâmetros que vêm sendo adotados pela empresa, notadamente quando se identifica sua real internacionalização e a sua inclusão em uma estratégia global. Por fim, constata-se a emergência de novos padrões de exclusão social, determinados pelas novas dinâmicas da exploração do trabalho e da redefinição dos fluxos migratórios consubstanciada na migração forçada, que emerge com a transnacionalização do capital da CST, inserindo a empresa em uma lógica da Globalização.

CAPÍTULO 2 - GLOBALIZAÇÃO: ESTADO-NAÇÃO, MUNDO DO TRABALHO E MIGRAÇÃO

O entendimento do Processo de Globalização, como um fenômeno multidisciplinar, perpassa necessariamente pelo estudo de algumas Teorias das Relações Internacionais concernentes ao proposto por Ian Clark (1999) em *Globalization and International Relations Theory*, bem como pela análise do debate que envolve a Globalização e as relações de trabalho. A compreensão do caso do Estado Brasileiro torna-se relevante na medida em que o avanço do Processo de Globalização tende a questionar o papel desse Estado na sociedade. Nesse sentido, o estudo proposto é fundamental por permitir a compreensão dos impactos decorrentes do avanço do Processo de Globalização sobre o comportamento das relações de trabalho, bem como sobre a migração de mão-de-obra estrangeira qualificada no Estado do Espírito Santo.

O Processo de Globalização, como fenômeno sócio-histórico, possibilita a introdução de novos atores no Sistema Internacional e modifica o escopo das Relações Internacionais, influenciando no papel dos Estados-nação. Esse processo constitui um novo objeto de estudo em face das Teorias das Relações Internacionais. Dessa forma, questiona-se: em que medida o Processo de Globalização estimula a modificação das relações de trabalho e do processo imigratório no Estado?

Objetivando analisar em que proporção as modificações no Estado Brasileiro, na era democrática, decorrem do Processo de Globalização, propõe-se: em primeiro lugar, uma análise da Globalização pelas Teorias das Relações Internacionais – o Construtivismo, o Racionalismo e o Pluralismo – e pelas Correntes da Globalização – *Globalizers*, Hiperglobalistas e Céticos; em seguida, apresenta-se uma leitura da configuração do papel do Estado-nação no Sistema Internacional contemporâneo; e, por fim, discutem-se os reflexos

desse processo sobre o processo imigratório de mão-de-obra qualificada estrangeira no Estado do Espírito Santo.

2.1 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO VIS-À-VIS ÀS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS PRINCIPAIS CORRENTES

A Globalização, como fenômeno, é discutida em vários âmbitos teórico-científicos e em diversas perspectivas. Dessa maneira, verificam-se contribuições das Ciências Sociais, Políticas e Econômicas que servem de suporte a uma leitura, pela Teoria das Relações Internacionais, dessa nova configuração de tempo e espaço global. Definir Globalização, contudo, demonstra-se uma tarefa árdua, visto que a multiplicidade de visões e a interdisciplinaridade de interpretações a ela empregadas emprestam-lhe um ar de fenômeno complexo.

As discussões subjacentes à definição do que possa ser Globalização perpassam por três aspectos: entende-se como um processo, tendo em vista a idéia de desencadeamento de fatos e movimento de reconhecimento e representação entre os agentes que a compõem; aliado a esse fator, agrega-se a historicidade que a vincula a um processo maior, o capitalismo, empregando-lhe a idéia de desenvolvimento temporal e racional; por fim, apregoa-se a idéia de fenômeno social, à medida que a interação entre atores e agentes suscita a discussão acerca da multiplicação e redefinição de seus papéis e valores. Por conseguinte, conceituar Globalização implica considerar sua característica de processo histórico-social e espacial. Como demonstram Held e McGrew (2001), a Globalização está intimamente relacionada com o alcance espacial da ação e da organização sociais, atingindo uma escala global, cujas distâncias tendem a encolher proporcionando o aumento da interação social entre as nações.

Em suas palavras, a Globalização “[...] Refere-se a uma mudança ou transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes e amplia o alcance das relações de poder nas grandes regiões e continentes do mundo” (HELD; MCGREW, 2001, p. 13). Todavia, um dos desafios inerentes à compreensão da Globalização consiste em delimitá-la como fenômeno. Scholte (2002) aponta uma tendência em interpretá-la como dinâmicas isoladas, a saber: internacionalização, liberalização, universalização e ocidentalização. Não obstante sua importância, o autor salienta, nenhuma delas consegue explicar suficientemente a Globalização.

A internacionalização refere-se apenas ao incremento das transações e ao aumento do grau de interdependência entre os Estados. A liberalização, por sua vez, defende a diminuição do Estado a partir de uma ideologia neoliberal, resultando na constituição de uma economia mundial sem fronteiras. A concepção de universalização está relacionada com uma possível homogeneização cultural, econômica, jurídica e política. Por fim, a ocidentalização aponta uma particular universalização do modelo sociocultural aplicado na Europa Moderna, destruindo culturas preexistentes e autodeterminações locais dentro do Processo de Globalização (SCHOLTE, 2002).

A variedade de interpretações, contudo, contribui para um melhor entendimento do processo, que não se caracteriza apenas por uma dessas concepções, todavia perpassa a compreensão das dinâmicas como um todo. O ponto crucial, para Scholte (2002), é a espacialidade, vista como local de ação e experiência humana, identificando o planeta como espaço social. Em suas palavras: “Globality in a broader sense of transplanetary relations refers to social links between people located at points anywhere on earth, within a whole-world context” (SCHOLTE, 2002, p. 15).¹

¹ Globalidade, no sentido amplo de relações transplanetárias, refere-se às conexões sociais entre pessoas localizadas em diversos pontos da Terra, dentro do contexto mundial (tradução nossa).

Não obstante a premência em se compreenderem as diferentes dinâmicas envolvidas no Processo de Globalização, cabe destacar que, para os fins deste estudo, deve-se enfatizar, em maior medida, o caráter neoliberal do processo dentro de uma concepção espacial-histórica. Nessa perspectiva, merece destaque o pensamento de Hirst e Thompson (1998, 2002) que caracteriza a Globalização em termos histórico-sociais, tendo em vista que, à medida que ocorre a internacionalização da economia, movida pelos preceitos neoliberais, há um processo de autonomia social do Sistema Internacional.

Para Hirst e Thompson (1998), a Globalização possui um cunho histórico, na medida em que seu surgimento e desenvolvimento correspondem a um processo de retomada dos preceitos liberais como norteadores da economia, principalmente após o colapso do regime de Bretton Woods com as crises do petróleo dos anos de 1970. Nesse sentido, a minimalização do Estado-nação como ator meramente social, atuante em um território específico, permite a ênfase que se pretende enfocar quanto à alteração de seu papel. Posto isso, percebe-se que a consideração da Globalização como um processo histórico-social implica permear suas facetas neoliberal e social, discutindo-se, assim, a redefinição da atuação do Estado nos ambientes nacionais e internacionais.

Conforme demonstrado, o debate sobre a Globalização perpassa uma abordagem paradigmática multidisciplinar. Contudo, tentar entendê-la nessa amplitude inviabilizaria a proposta deste estudo. Dessa maneira, faz-se mister restringir esta análise às Teorias das Relações Internacionais.

O estudo da Globalização, à luz das teorias das Relações Internacionais, consiste na análise desse fenômeno como modificador do papel dos Estados-nação tendo como consequências alterações nas relações de trabalho e nos processos migratórios de mão-de-obra qualificada, dentre outras. Nessa perspectiva, as concepções Construtivista, Racionalista e Pluralista

proporcionam uma série de pressupostos, a partir de sua correlação com as correntes da Globalização – *Globalizers*, Hiperglobalistas e Céticos – capazes de explicar, em grande medida, o reposicionamento do Estado como ator social (GAMBLE, 2001), bem como as reconfigurações das relações entre os atores sociais.

A contribuição construtivista analisa a realidade social de maneira inovadora, entendendo o Estado como ator social. Contudo, agrega a contribuição da reflexão dos indivíduos – como agentes coletivos – e demais atores sociais para a construção e conhecimento da realidade em que convivem. Por conseguinte, traçam-se argumentos indispensáveis ao estudo da comunidade internacional sob suas mais variadas perspectivas.

O enfoque construtivista não se encontra exclusivamente no Estado, porém, na maneira em que as ações dos indivíduos, identidades e demais atores sociais se condicionam à intervenção daquele. Faz-se mister, portanto, a colaboração do Construtivismo para a análise da Globalização, a fim de ultrapassar a visão reducionista de um mundo material e individualista (ADLER, 1999). Dessa forma, introduz-se um estudo da Globalização como fenômeno social e coletivo, calcado na influência dos agentes na construção de um todo.

A concepção racionalista consiste em uma visão de uma Sociedade Internacional – em substituição a uma análise focada exclusivamente da Sociedade de Estados – na qual surge um clamor por uma justiça internacional, ampliando-se o papel das instituições. Dessa forma, o papel do Estado modifica-se, na medida em que há uma convergência para um ambiente social internacional e uma redefinição da estrutura de poder, de forma a restringir sua exacerbação. Assim, uma eventual análise do Processo de Globalização nos termos do Racionalismo implica a visão do Estado como agente modificador do meio – criando estruturas compartilhadas a partir de interesses comuns – a fim de aprimorar o Sistema.

O Racionalismo atém-se à formação de uma Sociedade Internacional Contemporânea que

prescinde da constituição de culturas e identidades universais. Não obstante, entende-se a prevalência de interesses e de valores comuns aos Estados – restringir a violência, respeitar a propriedade e assegurar a manutenção de acordos – que corroboram regras e convenções que preservem uma ordem, ainda que anárquica – entendida como ausência de governo soberano, em detrimento da violência e do caos (LINKLATER, 1996). Nesse sentido, introduz-se a Globalização como processo formatado pela ação dos Estados e de Instituições objetivando a construção e manutenção de uma Ordem Internacional justa e igualitária, com vistas a restringir as ações de poder em um contexto de anarquia.

A visão pluralista, de forma complementar, emerge, permitindo melhor compreensão acerca do surgimento e da ação de agentes distintos do Estado que influenciam na redefinição da Ordem Internacional. Segundo Clark (1999), a Globalização pode ser pensada como a intensificação do pluralismo, tendo em vista a multiplicação de atores internacionais e transnacionais, consubstanciada na mudança do papel desempenhado pelas Corporações Transnacionais. Nesse sentido, há um aumento do grau de interdependência no Sistema Internacional, o que se estabelece como uma das principais características do processo.

A partir dessas perspectivas, entende-se a Globalização como um processo econômico e social, capaz de produzir mudanças na realidade do Sistema Internacional. Compreende-se que a contribuição teórica das Relações Internacionais não se restringe às teorias adotadas, pois, seguindo a orientação de Clark (1999), concepções como o Realismo e o Estruturalismo possibilitam também o entendimento do fenômeno da Globalização. Todavia, optou-se pela utilização de teorias mediadoras – Construtivismo e Racionalismo – do conflito entre Realismo e Estruturalismo e que fossem capazes de amalgamar pressupostos concernentes à análise da Globalização, cujo avanço depende, em certa medida, da concepção pluralista de inclusão de novos atores e da intensificação de sua atuação.

A abordagem das Teorias das Relações Internacionais consiste notadamente em postular a Globalização como um processo social, contudo carece abordar esse fenômeno como um processo histórico. Destarte, depreende-se do estudo de Gray (1999) – em consonância com Hirst e Thompson (1998) – que a Globalização se caracteriza por um movimento histórico, influenciado pelos ideais iluministas responsáveis pelo início do Processo de Globalização com o alvorecer do Ideário Liberal. Contudo, esse processo possui uma natureza não-linear e encontra-se em constante transformação, haja vista a retomada do Neoliberalismo, o que demonstra o seu caráter inacabado.

O debate acerca da Globalização como um processo sócio-histórico remonta às análises propostas por Shaw (2000) e Gray (1999), a fim de discutir a influência de três correntes, quais sejam: *Globalizers*, Hiperglobalistas e Céticos. Na primeira perspectiva, percebe-se uma inclinação em favor da Globalização como um processo de inclusão social, na medida em que aproxima os países com a diminuição das fronteiras e o aumento do fluxo de capitais. Aliada ao surgimento de novas tecnologias, relações de mercado mais fortes e culturas estandardizadas, a Globalização tende a fortalecer-se em detrimento da mitigação do Estado.

A questão indicada pelos *Globalizers* concernente à inclusão social e à aproximação entre os Estados compreende, em grande medida, a proposição Racionalista de uma Sociedade Internacional justa, a despeito das visões destoantes que ambas apresentam com relação às culturas. Na medida em que se entende a atenuação das fronteiras, estabelecem-se relações com a argumentação construtivista de que os indivíduos e atores sociais não agem, sempre, em consonância com os propósitos dos Estados, promovendo a intensificação dos fluxos fronteiriços. Por conseguinte, percebem-se as interconexões entre essas Teorias das Relações Internacionais e a corrente proposta.

A Escola Hiperglobalista entende a supremacia das Corporações Transnacionais (TNCs) em

detrimento do Estado-nação (OHMAE, 1996). O esfacelamento dos Estados possibilita uma convergência cultural promovida por uma nova governança global: a das Empresas Multinacionais e a da capacidade de criar novas tecnologias e de transformá-las em lucro, o que permite a esses novos atores a ocupação de uma posição central e fundamental na construção de uma Sociedade Global. Portanto, esta corrente empenha-se em analisar uma situação ideal de ausência do Estado e prevalência de uma Ordem Internacional governada por um Mercado Mundial Globalizado.

A partir do exposto, alcançam-se algumas correlações entre esta perspectiva e os posicionamentos Construtivista, Racionalista e Pluralista. No primeiro caso, a ação dos indivíduos de forma coletiva e dos atores sociais coaduna com o posicionamento Hiperglobalista de que as Corporações Transnacionais, agindo a despeito do Estado, criam uma situação ideal de um Mercado Globalizado. A contribuição racionalista, de maneira divergente, promove o debate acerca da cultura diante do Processo de Globalização. Os Pluralistas, por fim, oferecem o arcabouço para o estudo do posicionamento de atores sociais no contexto global, enfatizando um caráter de interdependência entre eles.

A corrente dos Céticos da Globalização a considera como um movimento histórico iniciado há vários séculos e rechaça a idéia de um mundo delineado por um Mercado Único, como crêem os Hiperglobalistas. Não obstante, entendem o Processo de Globalização encabeçado pela ideologia Neoliberal, como uma constante de que os Estados não dispõem de alternativas reais. Diante disso, essa concepção traduz a Globalização como um instrumento de enfraquecimento das relações sociais em âmbito global, visto que há uma premente diminuição do poder de controle dos Estados-nação.

Dentre as diversas correntes apresentadas, encontram-se as que defendem, em maior ou menor grau, a prevalência do Estado. Nessa perspectiva, conforme ressalta Beck (1999, p.

98), verifica-se uma redefinição do papel do Estado e de suas prerrogativas, que depende das posições que este adota em frente à Globalização. Em suas palavras:

Os Estados nacionais podem fechar-se sobre si mesmos. Mas podem com a mesma eficácia se orientar e se voltar ativamente para o exterior, redirecionando e redefinindo sua política e sua identidade dentro do quadro relacional de entrelaçamento do mundo globalizado.

Isso demonstra que, em consonância com o que apregoam Hirst e Thompson (1998), os Estados-nação desempenham um papel relevante na governabilidade econômica nacional e internacional, bem como têm a função de garantir legitimidade às governabilidades subnacional e supranacional. Cabe ainda ao Estado a prerrogativa de controle do território, mesmo que as fronteiras sejam consideradas menos consistentes.

2.2. A GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO: REFLEXOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

2.2.1 Globalização e Estado

O Sistema Internacional contemporâneo caracteriza-se, de acordo com o marco teórico adotado, por uma dinâmica que coaduna o neoliberalismo e a democracia. Nesse contexto, as relações entre os atores se encontrariam em constante transformação e aperfeiçoamento, em busca de melhores condições socioeconômicas. Não obstante, essa nova interação no sistema suscita a discussão, conforme demonstrado na seção anterior, acerca do papel relegado ao Estado e da própria admissibilidade de um sistema simultaneamente neoliberal e democrático.

As correntes anteriormente discutidas encontram no Estado-nação um ponto de inflexão, quando se discute o futuro do Processo de Globalização. Os Hiperglobalistas, inicialmente, apregoaram o completo desaparecimento desse ente no Sistema Mundial (OHMAE, 1996),

contudo debates posteriores questionaram a sumariade e mesmo a possibilidade de desconsiderar-se o Estado no contexto global. Conforme Beck (1999, p. 193), à guisa de exemplo, a condição do Estado se modificaria com a Globalização, descaracterizando-se sua face nacional:

A compreensão de Estado se desloca aqui da armadilha territorial da teoria do Estado Nacional e se abre para um conceito de Estado que a) (re) conhece a globalidade como um fato fundamental e incontestável em sua multidimensionalidade e b) eleva a determinação e organização do âmbito transnacional à condição de chave para a nova determinação e a revitalização da política.

De acordo com o exposto, enfatiza-se o processo de transformação do Estado, de forma que este interaja com o Processo de Globalização, encontrando um ponto comum. Cabe ressaltar que Beck (1999), em uma posição cética, preocupa-se mais com a questão da politização do discurso neoliberal que com o Estado, contudo emprega-lhe papel essencial em uma fase evolutiva mais avançada da Globalização encontrando na forma transnacionalizada desse agente a resposta para a dominação do mercado sobre as estruturas sociais.

Em uma perspectiva mais contemporânea, por outro lado, encontra-se a contribuição de Held (1989, p. 228) – enfatizando o posicionamento dos *Globalizers* – na qual se destaca a modificação do posicionamento e o papel do Estado no ambiente global, em face de um relativo esmorecimento da soberania, entendida em sua concepção clássica. Segundo esse teórico:

It is a commonplace today to hear politicians say they do not control many of the factors which determine the fate of the nation-state. It is international forces, [...] which limit the choices facing a state or make it impossible for a particular national policy to be pursued.²

Essa situação se deve às falhas encontradas entre a condição e os pressupostos do Estado-nação e a atual natureza do Sistema Internacional. Para Held (1989), são cinco as falhas que

² É ponto comum, hoje, ouvir políticos dizendo que eles não controlam muitos dos fatores que determinam o futuro de Estado-nação. São forças internacionais [...] que limitam às escolhas de um Estado ou tornam impossível buscar uma política nacional particular (tradução nossa).

possibilitam a leitura sobre a redução da soberania: a) economia mundial é a primeira e a mais relevante delas, visto que as dimensões extraterritoriais do Sistema Econômico Internacional limitam o poder de atuação do Estado; b) em seguida, têm-se, antagonicamente, a presença de atores hegemônicos e blocos de poder que, ao mesmo tempo em que inibem parte da ação do Processo de Globalização sobre alguns Estados, constroem a atuação de outros; (c) as organizações internacionais, por seu turno, representam a mudança, ainda que gradual, da estrutura de tomada de decisões do meio nacional para o multilateral, enfraquecendo, assim, determinados atores; d) a quarta falha apresentada encontra-se no fortalecimento do direito internacional que, adquirindo maior presença e aplicabilidade, passa a nortear condutas no âmbito interno dos Estados-nação; e) por derradeiro, há o fim da política doméstica, caracterizado pela insuficiência do Estado em atuar como representante de seus cidadãos, visto que estes freqüentemente se identificam com instituições e organismos externos e lhe atribuem maior poder de representatividade em detrimento do ente nacional.

As presentes falhas demonstram formas pelas quais a soberania pode ser diminuída, contudo não deixam claro o processo percorrido para tal. Nesse sentido, encontra-se em Clark (1999) um sinal de que a participação do Estado condiz em certa medida com esse fenômeno, visto que a atuação desse ente, na criação de regimes internacionais e no fortalecimento de instituições supranacionais, apresenta-se como uma força motriz, no sentido de permitir ao Processo de Globalização sua autonomia como forças econômicas e sociais internacionais politicamente organizadas. Seria dizer que “[...] the present argument is that the state occupies a **middle position** between the internal and external and is itself both shaped by, and formative of, the process of globalization” (CLARK, 1999, p. 10, grifo do autor).³ Dessa forma, tem-se que o fenômeno da Globalização encontra impulso e anuência por parte do

³ [...] o presente argumento é que o Estado ocupa a posição intermediária entre o interno e o externo e, ao mesmo tempo, molda o Processo de Globalização e é moldado por ele (tradução nossa).

Estado-nação e, simultaneamente, modifica-o; enfatiza-se, contudo, que tais alterações no escopo do Estado apresentam pontos positivos e negativos, merecendo destaque a análise de eventuais impactos dessa dinâmica.

Na discussão entre Globalização *versus* Estado, a principal contribuição de Clark (1999) encontra-se no questionamento deste como sujeito ou objeto daquela. A dicotomia entre o avanço do Processo de Globalização e a posição ocupada pelo Estado forte, seja ele capaz, seja incapaz, suscita um dos pontos centrais de sua análise, qual seja, a necessidade de que haja uma transformação interna do Estado, na medida em que a Globalização representa uma forma alternativa de Estado. Dessa maneira, depreende-se que Globalização e Estado devem ser tratados como fatores congruentes e não como elementos opostos, haja vista sua complementaridade no Processo Histórico.

É relevante destacar as palavras de Wanderley (2007, p. 88-89) quanto a essa rearticulação do Estado em um escopo de mundialização:

Nos últimos tempos, tem-se questionado, teórica e praticamente, a validade atual da concepção mesma de Estado-Nação, como ele se constitui na modernidade, tendo em vista as injunções provenientes da mundialização, que têm ocasionado a diminuição dos graus de soberania nacional [...]. Mas se deve reconhecer que, apesar de tudo, o conceito clássico de Estado-Nação ainda persiste em todos os quadrantes do Planeta, mesmo que convivendo com a potencialização e irrupção de localismos, regionalismos, nacionalismos, separatismos.

Nesse sentido, encontra-se a contribuição de Strange (1996) que aponta o seguinte paradoxo acerca da modificação do papel e do poder do Estado, acrescentando a problemática das Corporações Transnacionais em um meio globalizado:

[...] this has not happened entirely by accident. The shift from state authority to market authority has been in large part the result of state policy. It was not that the TNCs stole or purloined power from the government of states. It was handed to them on a plate – and moreover, for 'reasons of state' (STRANGE, 1996, p. 44-45, grifo do autor).⁴

⁴ [...] isso não aconteceu inteiramente por acidente. A mudança da autoridade do Estado para a autoridade do mercado tem sido, em grande parte, resultado da política do Estado. Não foram as TNCs que roubaram ou espoliaram o poder dos Governos dos Estados. Isso lhes foi entregue de bandeja – e, mais ainda, por “Razões do Estado” (tradução nossa).

Conforme se constata, há uma convergência no pensamento pluralista das Relações Internacionais que entende o Processo de Globalização e o processo de fortalecimento do mercado e seus agentes como um resultado político pretendido pelo Estado e moldado por ele, não obstante essa transição de prerrogativas tenha transferido funções antes exercidas pelo Estado para outros entes.

Corroborar esse posicionamento Dreifuss (1996, p. 225, grifo do autor), para quem a Globalização:

[...] recoloca o Estado como orientador e dinamizador de nova índole: enquanto potência gestora de um ampliado e modificado âmbito público. Mas também como interventor na vida econômica da sociedade, quando o mercado ‘falha’ ou entra em colapso. O Estado, que parecia ter perdido seu status de ‘sujeito histórico-econômico’ no processo de transnacionalização e ascensão de corporações estratégicas, recupera centralidade no desempenho de funções importantíssimas: manutenção do sistema social, estruturação e regulamentação do ‘mercado societário’ no sentido mais amplo do termo (distribuição de riquezas, coesão social).

Diante do paradoxo acerca do posicionamento do Estado, verifica-se a permanência deste e de suas agências domésticas e geopolíticas como provedores e modificadores de condições necessárias à existência social. Conforme ressalta Mann (1999), essa dinâmica entre Estado e mercado apresenta o fortalecimento de um ou de outro, de acordo com o nível de análise que se toma – local, nacional, internacional, transnacional ou global – destacando que ambos se encontram em todos os níveis, apesar de sua prevalência se diferenciar conforme seu âmbito de atuação. Portanto, percebe-se que o Estado não tende a desaparecer com o avanço da Globalização, ao contrário, deve-se percebê-lo como promotor do processo e garantidor de uma ordem social em que este possa se sustentar.

Cabe destacar o posicionamento de Santos (2002, p. 41-42) acerca do papel do Estado nesse ambiente de Globalização. Para o autor, a desregulação depende do aumento da intervenção do Estado de forma que este tenha que regular a sua própria desregulação. Assim, o retraimento do Estado somente é possível mediante uma forte intervenção estatal. Em suas palavras: “[...] desregular implica uma intensa actividade regulatória do Estado para pôr fim à

regulação estatal anterior e criar as normas e as instituições que presidirão ao novo modelo de regulação social”.

O Estado-nação, por conseguinte, apresenta-se como ator importante para a configuração da Globalização como processo social e econômico, embora se reconheçam os seus impactos em sua estrutura e conjuntura. À luz da perspectiva traçada, pretende-se, por derradeiro, tratar desses fatores ou impactos modificativos do papel do Estado no atual Sistema Internacional. A partir dos estudos de Strange (1996) e Mann (1999), identificam-se os seguintes pontos de análise que se demonstram relevantes para uma abordagem em questão: as Corporações Internacionais e as alterações nas Relações de Trabalho.

Durante o desenvolvimento do Processo de Globalização, percebeu-se uma mudança significativa quanto ao campo e à forma de atuação das Corporações Internacionais. Inicialmente, caracterizavam-se por empresas residentes em um país com extensões em outros e que dispunham de uma política de remessa de capitais para suas sedes. Com o aumento do grau de abertura das economias nacionais, essas corporações adquirem uma estrutura transnacional, em que se verifica um maior aperfeiçoamento da divisão internacional da produção, não a identificando com uma raiz nacional, embora o vínculo com uma sede se mantenha. No final do século XX, começaram a configurar-se as corporações de caráter global, que não mais se vinculam a um ambiente nacional específico, visto que a sua administração e produção se encontram espalhadas pelo mundo, observando-se, diante disso, um rompimento da identidade nacional das corporações.

Como aponta Strange (1996), essa mudança de tendência sofrida pelas corporações apresentou substanciais alterações em suas relações com os países em desenvolvimento. De fato, com a desvinculação nacional dessas corporações e o seu estabelecimento em diferentes países, possibilitou-se às nações, em vias de desenvolvimento, aproximar-se dessas empresas,

garantindo maior participação no mercado mundial, contudo isso impôs o aumento da dependência financeira desses países e um déficit de mão-de-obra qualificada requerida pelas corporações, dentre outros aspectos. Portanto, verifica-se uma profunda revisão da dinâmica entre o Mercado e o Estado e suas inter-relações, incrementando as relações de poder e a redefinição de papel desses atores internacionais.

De forma complementar, tem-se a perspectiva de Offe (1999) para quem a revisão dessa dinâmica envolve um terceiro agente: a sociedade civil organizada. Observa-se, assim, a formação de um ambiente social híbrido, dependente da ação combinada de Estado, Mercado e Sociedade Civil – expressa nas associações de classe, em movimentos comunitários, religiosos e nas organizações não-governamentais – com vistas à geração de políticas públicas eficientes e em busca do bem-estar social. A atuação dessa sociedade organizada emerge a partir dos desequilíbrios gerados pelo mercado e das fragilidades setoriais manifestadas pelos Estados.

Em sequência, destaca-se que a maior especialização da produção das Corporações Internacionais nos países desenvolvidos – migrando historicamente de uma produção primária, passando por uma industrial e consolidando-se na prestação de serviços – possibilitou a sua realocação nos países em desenvolvimento, em condições de estabelecer novas dinâmicas de fluxo de capitais, produtos e pessoas, por meio de trocas de tecnologias e independente de programas governamentais, ainda que a atuação do Estado fosse crucial para essa modernização. Nesse sentido, uma melhor participação dos Países em Desenvolvimento no mercado mundial depende, notadamente, de um massivo aumento de ajuda externa e de uma mudança radical das políticas comerciais, bem como do estreitamento de relações entre o Estado, o Capital Nacional e o Capital Estrangeiro (STRANGE, 1996). Por conseguinte, um Processo de Globalização em que se aperfeiçoem os papéis do Mercado e do Estado, com vistas a um incremento da circulação dos fatores de produção, requer um maior trânsito das

Corporações Internacionais entre os países.

Nesse contexto, Dreifuss (1996, p. 236) destaca que, apesar do discurso consubstanciado na expressão “[...] menos estado e mais mercado [...]”, as Corporações Transnacionais demandam, diante da Globalização, um apoio substancial do seu estado nacional. Dessa forma, o incremento da acumulação de capital propiciado pela atuação e dinamismo das transnacionais vincula-se ao ativismo estatal, tendo em vista que as corporações estratégicas não podem deixar de atender a interesses nacionais. Assim, o Estado permanece como ator internacional relevante no Processo de Globalização.

A maior mobilidade das corporações no cenário global e a modificação do papel do Estado como garantidor da proteção aos empregados acarretaram, diante dessa perspectiva, uma modificação das relações de trabalho. O ingresso das empresas em maior número de países, em busca de vantagens competitivas e legislações trabalhistas mais flexíveis, causou um enfraquecimento dessa proteção e das organizações de proteção ao trabalhador, visto que o foco da discussão trabalhista, antes voltado para melhores remunerações e condições de trabalho, passa para a manutenção dos empregos e o sucesso da empresa como seu principal gerador (STRANGE, 1996). Nesses termos, demanda-se uma maior compreensão do trabalhador de que a sua contribuição para o sucesso da empresa em longo prazo constitui a única forma de manter seu posto de trabalho, inaugurando, assim, uma nova tônica em que interesses de empregador e empregado se convergem.

Contudo, essa nova congruência entre empresas e trabalhadores não representa a solução do problema do emprego. Conforme aponta Alves (2005), resgatando Marx, isso significa uma forma mais avançada, manifesta no Modelo Toyotista de produção, de intensificação da exploração do trabalho pelo capital e da geração de exclusão social, a partir da precarização da qualidade de vida do trabalhador. Ademais, resgata-se aqui a participação da Sociedade

Civil Organizada, apresentada por Offe (1999), como agente responsável pela supressão, ainda que parcial, dos desequilíbrios entre Estado e Mercado na geração de políticas públicas de geração de emprego.

Nessa perspectiva, percebe-se que o pressuposto que prevê a convergência entre esses interesses se aproxima do pensamento liberal. De acordo com Offe (1998) essa teoria, considerada revolucionária, sugere o surgimento de um novo trabalhador, sendo ele proativo, empreendedor, rápido e eficiente na identificação de gargalos e na busca de soluções, de forma que o perfil e o comportamento desse ser humano passem a ser delineados e determinados pela lógica do capital. Nesse contexto, não há uma clara distinção entre os interesses pessoais e empresariais. Essa ausência de distinção de interesses não lhe é, contudo, benéfica do ponto de vista do bem-estar pessoal – no que diz respeito à família, à saúde e ao lazer, dentre outros aspectos da vida social.

À luz da abordagem traçada, constata-se, pelo que se retratou acerca dos países em desenvolvimento, que os estudos dos possíveis impactos sobre o Brasil – apresentados na seção 2.3 – devem ser aprofundados, dando maior ênfase aos reflexos do Processo de Globalização no período que se segue à abertura democrática. Isso se dá em função da ocorrência da implementação de uma abertura econômica gradual, de cunho neoliberal, que merece ser analisada.

2.2.2 Panorama das Relações de Trabalho em um Ambiente Global

A evolução do capitalismo internacional perpassa por uma transformação do padrão de utilização da força de trabalho disponível. Na Primeira Revolução Industrial, observa-se um trabalho balizado pela pequena empresa familiar, concentradora de mão-de-obra e de

produção tecnologicamente simplificada; já na Segunda Revolução Industrial, constata-se a formação de grandes empresas, aumentando-se a demanda por mão-de-obra e a emergência de um movimento trabalhador mais atuante e expressivo na busca de direitos e benefícios para a classe operária; a Terceira Revolução Industrial, por fim, caracteriza-se por uma modificação do padrão de produção e de utilização da força laboral, como se apresenta a seguir. De acordo com o exposto, há, segundo Pochmann (1999, p. 15), um aumento da insegurança quanto a “[...] possibilidade de emprego, ocupação, renda, condições futuras de inserção na sociedade [embasada em uma] instabilidade dos governos e insegurança do trabalho [que] conformam as características gerais deste final de século”.

Nesse sentido, o momento histórico observado neste estudo, qual seja, a Globalização, apresenta profundas transformações nas relações entre os entes sociais. Para os fins desta tese, enfocam-se as relações de trabalho e as alterações nelas promovidas por fenômenos como: automação, flexibilização, migração. Esses três fatores culminaram em uma precarização do trabalho em escala mundial, como se percebe a seguir.

A automação, a princípio, faz parte de um movimento nas forças produtivas frequentemente caracterizado como Terceira Revolução Industrial. Segundo Mattoso (1995), esta revolução tem suas origens no processo de reconstrução da Europa e do Japão, no Pós-Segunda Guerra Mundial, e se intensifica na década de 1980, quando se observa uma profunda inovação tecnológica no processo de produção, principalmente o industrial. Desse contexto emerge uma nova organização da produção e de seus fatores, dentre eles, a força de trabalho.

A adoção de novas tecnologias suscita três abordagens das relações de trabalho: extinção de postos de trabalho e realocação de parte da mão-de-obra; substituição da mão-de-obra desqualificada; impactos sobre a força de trabalho qualificada. De acordo com Pastore (apud FRANCO FILHO, 1998), o efeito imediato da incorporação tecnológica se traduz em um

desemprego estrutural devido a uma magnitude insuficiente de investimento produtivo, cujos reflexos são percebidos em maior grau na massa trabalhadora menos qualificada. Nesse contexto, na medida em que esse processo se complexifica, o impacto decorrente da revolução da eletrônica acarreta a demanda por um único tipo de "trabalhador", qual seja, o robô. Diante disso, o avanço da automação produtiva tende a gerar, em última instância, a substituição tanto da mão-de-obra qualificada como da desqualificada.

De maneira diversa, Antunes (2003), ao problematizar as teses que apontam o fim do trabalho, introduz o estudo da relação entre trabalho material e imaterial, que se refere à troca de conhecimentos ocorrida entre a tecnologia incorporada ao processo produtivo e a mão-de-obra. Disso resulta uma transferência de saber intelectual do trabalhador para as máquinas informatizadas, que acumulam habilidades a elas repassadas pelo conhecimento humano. Este movimento de troca, ao mesmo tempo em que precariza o trabalho, por gerar tecnologia capaz de substituí-lo, cria uma demanda por uma mão-de-obra mais especializada, capaz de se inter-relacionar com essa tecnologia. E ainda acrescenta: “[...] o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo” (ANTUNES, 2003, p. 177).

Corroborar essa premissa Ianni (1997, p. 145-146), para quem “[...] o mito da fábrica sem homens [...]” é uma falácia, pois há constante necessidade intervenção humana, demandada pela revolução produtiva, tendo em vista a premência de um trabalhador que exerça, na automação, funções cerebrais consubstanciadas no controle, na prevenção de defeitos e na otimização do equipamento tecnológico. O trabalhador deixa de atuar passivamente diante da máquina, como simples “vigia” do equipamento, e passa a confluir conhecimentos às habilidades da tecnologia como forma de aprimorar os resultados do trabalho, ou seja, da

produção.

Na perspectiva de Alves (2005), entretanto, a troca entre ser humano e máquina é relativa, dado que o modelo de produção toyotista – em voga no modelo atual de Globalização – apregoa uma nova racionalidade do trabalho, na qual se observa uma “desespecialização” do trabalhador devido ao princípio da linearização da produção – instalação de máquinas para que se tornem suporte de operações sucessivas e simplificadas, garantindo a polivalência do empregado. Nesse aspecto, a qualificação exigida do trabalhador não importa um aumento de bem-estar, visto que concomitantemente se lhe imputa uma maior responsabilidade sobre os ganhos com o processo produtivo da empresa, configurando-se, assim, a precarização do trabalho pautada na suposta convergência de interesses entre trabalhador e capital, conforme apresentado no item anterior com base nos apontamentos de Offe (1998).

A flexibilização, por seu turno, encontra-se atrelada à reestruturação do processo produtivo, consubstanciada na passagem do Modelo Fordista ao Toyotista, inaugurando-se, desse modo, uma nova forma de acumulação flexível do capital. Neste modelo, verificam-se dois âmbitos da flexibilização: o do trabalho e o da produção. Isso resulta em um outro processo, caracterizado como terceirização, que promove uma profunda reconfiguração da relação e da utilização do trabalho.

A acumulação flexível, segundo Ianni (1998) representa um confronto direto entre as estruturas produtivas tradicionais, como no Fordismo, e o novo padrão de organização e de técnicas de produção, caracterizado pela supressão da rigidez e marcado pela flexibilidade e pluralidade da organização produtiva, com vistas a acentuar a potencialização da capacidade produtiva da força de trabalho. Esse processo contribui para a precarização do trabalho, uma vez que promove a desvinculação do trabalhador do ciclo produtivo, em detrimento de terceirizações, exige um maior rendimento e especialização da mão-de-obra e,

conseqüentemente, enfraquece o sindicalismo, desorientando a busca por melhoria de direitos.

Relacionada com uma divisão transacional do trabalho, a acumulação flexível promove um paradoxo, exteriorizado na busca por essa mão-de-obra intensamente especializada e, ao mesmo tempo, polivalente. Decorre dessa configuração do trabalhador sua internacionalização no processo produtivo apregoado pela Globalização. Essa visão positiva, contudo, não se generaliza, visto que a organização do processo produtivo, consubstanciada em uma busca por maior competitividade, lucro e enxugamento das empresas – *downsizing* – acarretou o aumento do desemprego estrutural, provocado, em grande medida, pelas políticas impostas pelas matrizes das transnacionais (IANNI, 1998) e agravado, dentre outros fatores, pelo enfraquecimento do poder sindical que culmina em uma degradação da condição trabalhadora. Isso demonstra a fragilidade da nova classe trabalhadora emergente e do poder de intervenção dos Estados nacionais nessa nova relação de trabalho.

Para Bógus (1999, p. 166) isso provoca uma inserção, quando muito, marginal dessa classe trabalhadora na “sociedade global”, acentuando-se o problema quando se trata de países em desenvolvimento e do tratamento de sua população, pois:

A exclusão social, particularmente para os países de Terceiro Mundo, é a fase social concreta do processo de globalização, internacionalização que tem como tema prioritário o ‘fim da sociedade do trabalho’, a reestruturação produtiva. Restaria então aos excluídos buscar novas formas de inserção, numa sociedade onde as fronteiras do Estado-Nação estariam desaparecendo.

Traz-se, assim, a problemática do trabalho em meio ao Processo de Globalização para um âmbito de análise da questão social, na qual os desníveis de desenvolvimento e de acesso aos equipamentos públicos e aos mais variados âmbitos da vida em sociedade se vêem obstados, gerando uma situação, para usar o termo de Robert Castel, de desfiliação do indivíduo do seu meio social (BÓGUS, 1999).⁵ Essa temática será mais bem tratada no próximo item.

⁵ Cabe ressaltar, para um melhor entendimento das questões da exclusão social e da desfiliação, a contribuição de Castel (2007, p. 21-23) no sentido de que “A exclusão se dá efetivamente pelo estado de todos os que se

Em consonância com o exposto, Antunes (2003, p. 149) identifica uma metamorfose da “[...] classe-que-vive-do-trabalho [...]”, em decorrência da modernidade social expressa nesse processo de acumulação flexível. Destarte essa força de trabalho menos protegida por direitos e associações classistas sofre uma precarização de suas condições, o que culmina em uma maior exclusão social que atinge, diante do contexto apresentado, escala global. A intensificação dessa precarização, vinculada aos efeitos da divisão transnacional do trabalho, implementa o agravamento de questões sociais, como a pobreza e a miséria, que passam a atingir não apenas os países em desenvolvimento, mas também os grandes centros urbanos dos países desenvolvidos, em um processo de terceiro-mundialização das grandes cidades (IANNI, 1997).

A conjunção de automação e flexibilização, como parte de um processo da Terceira Revolução Industrial, convergem em um

[...] momento de concentração de capital, que vem acompanhado do acirramento da competição, não mais traduz uma melhor utilização dos recursos produtivos. Tem-se construído a idéia hoje, cada vez predominante, de que o mercado é o **locus** de melhor alocação de recursos, é a fonte de elevação da produtividade. No entanto, esse predomínio não tem permitido uma melhor alocação e um melhor uso dos recursos produtivos; não tem permitido um melhor uso da força de trabalho, e tampouco tem permitido maior produtividade (POCHMANN, 1999, p. 16).

Ademais, consequência direta do excedente de mão-de-obra produzido pelos processos de automação e de flexibilização, há um aumento dos fluxos migratórios internacionais em busca de postos de trabalho. Este fenômeno migratório, entretanto, não se resume à força de trabalho desqualificada; ele possibilita, também, a circulação de mão-de-obra especializada em âmbito global (IANNI, 1997), surgindo, assim, um trabalhador desterritorializado. Os desdobramentos dos fluxos migratórios, nesse ambiente global e nas relações de trabalho, serão analisados melhor, contudo, em seção específica.

encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais”, enquanto “Na maior parte dos casos o ‘excluído’ é de fato um desfilado, cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis”.

2.3 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO ESTADO BRASILEIRO: CONSEQUÊNCIAS SOBRE A SOCIEDADE QUE TRABALHA

2.3.1 O Processo de Globalização e o Estado Brasileiro

O avanço do Processo de Globalização vem produzindo reflexos, em magnitudes distintas, sobre as nações, haja vista as alterações que vêm ocorrendo no comportamento do Estado em frente à sociedade. No que tange ao Estado Brasileiro, a análise está focada a partir da década de 1990, que representa a reabertura político-econômica consubstanciada no retorno à democracia e no resgate do ideário liberal. O presente estudo consiste em uma breve explanação acerca dos efeitos da Globalização sobre a sociedade brasileira. Em seguida, serão abordados os desdobramentos das crises econômicas globais sobre o Brasil e, por fim, serão traçados os pontos de análise supramencionados em consonância com o caso em foco.

O Estado vem se defrontando com mudanças substanciais decorrentes, em grande medida, da Globalização e do aprimoramento das relações políticas internacionais, que consistem no incremento tanto das atividades internacionais – notadamente após a II Guerra Mundial – quanto de processos subnacionais e supranacionais cujo resultado tem sido o reposicionamento do Estado nos contextos nacional e global. Nessa perspectiva, Pfetsch (1998, p. 104) identifica modificações no sistema nacional de decisão que convergem para “[...] um déficit de legitimação e de eficiência que pode desestabilizar o Estado democrático”. Para o autor, isso não significa, necessariamente, uma restrição ou diminuição do papel desempenhado pelo Estado, mas sim um deslocamento do seu espaço de atuação que, associado à congruência, no plano internacional, entre os titulares do poder e os atingidos pelas decisões, será capaz de garantir a simetria das relações de soberania e, portanto, de

equacionar o déficit de legitimação.

Nessa ótica, a abertura do Estado Democrático Brasileiro ao mercado internacional acompanhou uma lógica que compreende, antes de tudo, o Estado desenvolvimentista, o qual apresenta características tradicionais de reforço da autonomia econômico-política nacional, tendo no Estado o principal motor do desenvolvimento com vistas à superação de dependências econômicas estruturais e à autonomia de segurança. De 1930 a 1989, percebeu-se a prevalência, sob a égide do Regime Militar e no início da era democrática, do Estado desenvolvimentista consubstanciado na utilização da Estratégia de Substituição de Importações, voltada para dentro, cujo propósito era superar o subdesenvolvimento com a industrialização do País, movida pelo poder econômico do Estado (CERVO, 2002a, 2002b).

A partir do final da década de 1980, observa-se a adoção das reformas neoliberais preconizadas pelo Consenso de Washington, levando o Estado a uma condição de subserviência ao submeter-se aos centros hegemônicos do capitalismo. No Brasil, esse período coincide com a abertura econômica ao capital externo, iniciada pelo Governo Fernando Collor de Mello e intensificada no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, apresentando ainda continuidade no segundo, consubstanciada pela adoção do Plano Real e de políticas de privatização, dentre outras.

Em contrapartida, a partir do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso até os dias de hoje, verifica-se o fortalecimento nacional com a transferência à Sociedade das atividades empreendedoras capazes de garantir uma inserção dinâmica e participativa no mundo globalizado, tendo por fim a maior inserção internacional do País nas arenas política e comercial, visando: à ampliação da capacidade empreendedora; à aplicação de ciência e tecnologia; à maior flexibilização dos mercados dos países desenvolvidos; aos mecanismos de proteção contra os capitais especulativos e uma política de defesa nacional. A partir desta

análise, tomando por base a abordagem histórica da inserção internacional da economia brasileira traçada, propõe-se, à luz do item anterior, a análise dos pontos traçados com base nas visões de Mann (1999) e Strange (1996).

No que tange às TNCs, observa-se, a partir de meados da década de 1990, a intensificação da entrada das TNCs, com o concomitante processo de privatização, o que contribuiu para a realocação das indústrias manufatureiras, de acordo com os preceitos neoliberais de diminuição da presença do Estado no meio econômico. Prova disso foi o aumento vertiginoso dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil – de uma média de US\$ 1.513 milhões entre 1987 até 1992 para cifras de US\$ 28.718 milhões em 1998 – representados por novos investimentos, principalmente nos setores siderúrgico, automobilístico, eletrônico e químico, bem como pela dinamização de instalações fabris existentes, notadamente nos setores de telecomunicações, serviços financeiros e serviços públicos proporcionada pelas privatizações (GORDON, 2002).

Nesse contexto, segundo Lima (1998), a privatização de empresas pertencentes ao Estado resultou da aplicação de uma nova política que apresenta dois aspectos relevantes: a composição de políticas nacionais sob influência dos *Global Players*, cujo expoente tende a ser as TNCs, e a definição de políticas nacionais e exteriores que compatibilizem interesses públicos e privados nacionais e transnacionais. Isso demonstra uma nova configuração do papel do Estado diante do maior espaço ocupado por esses atores internacionais, conforme a premissa ressaltada neste estudo, com base em Clark (1999) e Pfetsch (1998), de que o avanço do Processo de Globalização gera um deslocamento de determinadas funções do Estado para outros agentes em questão, em consonância, inclusive, com a Teoria Pluralista das Relações Internacionais e o posicionamento dos *Globalizers*, anteriormente tratados.

Não obstante o posicionamento dos *Globalizers* de que o avanço do Processo de Globalização

se traduz na inclusão social, o que se observa, em diversos países, inclusive no Brasil, segundo Dupas (1999), são taxas crescentes de desemprego, o que demonstra uma tendência estrutural, daí a necessidade premente de se estimular o crescimento econômico, entendido pelo autor como o único caminho capaz de reduzir as variáveis negativas de emprego. Diante disso, observa-se uma relação direta entre crescimento econômico e geração de emprego.

2.3.2 A Sociedade que Trabalha: reflexos da abertura comercial no Brasil

a) O Emprego

Os movimentos de reestruturação produtiva e abertura da economia, observados internacionalmente a partir da década de 1970, encontram grande acolhida no Brasil dos anos 1980 e 1990. Conforme apontado na seção 2.2.2 deste capítulo, os processos de acumulação flexível e de automação, juntamente com fluxos migratórios integram esse novo modelo global que redefine o padrão de estruturação das relações de trabalho e emprego. Dessa maneira, aprofunda-se o presente estudo pela análise do caso brasileiro.

Segundo Alves (2005), a reestruturação produtiva no Brasil, iniciada a partir da crise da dívida externa dos anos 1980, mais propriamente em 1981, é impulsionada dentro do próprio meio empresarial devido às necessidades de adoção de novos padrões tecnológicos com vistas ao melhoramento da produtividade e eficiência industrial/empresarial. Nesses termos, o avanço do Processo de Globalização acarretou o aumento da competitividade internacional redefinindo, assim, os padrões organizacionais e tecnológicos e a gestão da força de trabalho brasileira. Observou-se, então, a adoção, ainda que seletiva ou restrita, de padrões vinculados ao Modelo Toyotista de produção, rompendo em parte com o Modelo Fordista até então dominante.

Essa inserção de métodos toyotistas representou, no Brasil, a adoção, em grande medida de modelos de Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), sistema de produção *just-in-time/kanban* e a intensificação do trabalho por meio de horas extras e a flexibilização do uso da mão-de-obra sob a forma de *Downsizing* (ALVES, 2005). A automação vinculou-se a esse processo, como forma de se melhorar a produtividade e reduzir custos com mão-de-obra, contribuindo para o início de uma intensificação da precarização das relações de trabalho no Brasil. Cabe destacar, contudo, que, na década de 1980, essas estratégias encontram resistências expressivas por meio das forças sindicais, o que esvaziou algumas iniciativas empresariais, mas não logrou êxito a partir de fins dos anos 1980 e na década de 1990.

Esse processo se viu intensificado a partir dos movimentos de fusões e aquisições empresariais que tomaram força a partir de meados década de 1990. Isso ocorre, segundo Lacerda (2002, p. 213-214), pois:

Os efeitos da globalização da economia, o acirramento da competitividade e a maior exigência dos mercados têm imposto às empresas novos desafios e exigindo transformações que muitas vezes não conseguem viabilizar individualmente. Na dinâmica da economia global, o movimento de fusões transfronteiras tem impulsionado a corrida pela inovação, o que tem feito com que empresas de tecnologias sofisticadas sejam objeto de assédio por parte de potenciais compradores.

Esse fenômeno se observa com peculiar expressão no processo de privatização das empresas estatais brasileiras, com especial atenção ao caso da Companhia Siderúrgica de Tubarão, objeto de estudo desta tese, que será analisado melhor no Capítulo 5.

Nesse contexto, a incorporação de novas tecnologias, em uma aceleração do processo de automação, encontra maior espaço no mercado brasileiro a partir da abertura comercial promovida no início dos anos 1990 pelo Governo Collor de Mello. Isso configura um primeiro ponto de impacto nas relações de trabalho, uma vez que acelera práticas empresariais de reengenharia organizacional, provocando um aumento expressivo do desemprego industrial e novas formas de organização das relações de trabalho, tendentes a precarizá-las,

imputando ao empregado a necessidade de aumento de sua produtividade. Nas palavras de Möller e Ferreira Irmão (2001, p. 50):

No caso do Brasil, pode presumir uma influência do processo tecnológico sobre o mercado de trabalho depois da abertura da economia na década de 90. O aumento rápido da produtividade do trabalho no setor industrial, a partir da década de 90, resulta provavelmente da reestruturação produtiva, com a difusão de novas tecnologias e da concorrência maior no mercado global.

Os autores acrescentam, em seguida, que aqueles que sobreviveram a essa reestruturação com vistas à maior produtividade obtiveram incremento de rendimentos, contudo esse processo acarretou, outrossim, uma queda média anual de 6,3% no emprego industrial. No contexto da modernização produtiva e gerencial, encontra-se a contraposição entre a rigidez institucional e a flexibilização da força de trabalho e do processo produtivo. Economistas vinculados ao neoliberalismo (PASTORE, 2005) defendem que a problemática relacionada com o mercado de trabalho brasileiro encontra-se no “abismo” entre a realidade das relações empregatícias em um mundo globalizado e sua previsão legal.

A concepção desses economistas consiste em defender uma maior flexibilidade do mercado de trabalho, a partir de uma menor gerência e regulação do Estado nesse âmbito, possibilitando uma maior liberdade de ação aos agentes econômicos. Para Pastore (2005, p. 3), “[...] as instituições do trabalho do Brasil tornaram-se disfuncionais e constituem um grande impedimento à geração e à formalização dos empregos”, necessitando-se, por conseguinte, de uma revisão e uma desregulamentação das normas laborais, promovendo-se uma maior flexibilização e, conseqüentemente, maior geração de emprego.

Em contraposição, Möller e Ferreira Irmão (2001) atestam que o mercado de trabalho brasileiro é extremamente flexível, haja vista as variações restritas nas taxas de desemprego, as alterações substanciais nos salários reais e as elevadas taxas de rotatividade da mão-de-obra, o que contribui para uma falta de incentivo dos investimentos em capital humano.

Os dados apresentados reforçam o reconhecimento de uma intensa flexibilização das relações de trabalho que, além desses motivos, é fortemente impulsionada pelo processo de terceirização das atividades produtivas. Para Amadeo (apud MÖLLER; FERREIRA IRMÃO, 2001), a terceirização representa uma forma de ganho de competitividade, na medida em que subcontrata mão-de-obra de empresas de pequeno porte, muitas vezes imersas no mercado informal, gerando, assim, uma precarização das relações de trabalho. Isto se dá de duas maneiras: por um lado, em relação à diminuição do salário/renda e, por outro, nas formas de contratação dessa força de trabalho expressa em contratos temporários, contingenciais, informais ou sem cobertura das leis trabalhistas e da previdência social.

Em consonância, Constanzi (2004) demonstra, a partir da evolução do emprego formal no Brasil, no período de 1985-2003, que houve um ingresso maior de mão-de-obra nos segmentos empresariais de menor porte e, em contrapartida, um aumento de contratações por tempo determinado, possivelmente resultante da subcontratação dessas micro e pequenas empresas, para serviços determinados por grandes empresas que, no mesmo período, mantiveram uma estagnação na geração de emprego. O autor ainda demonstra que, considerando-se o período de análise tomado em conta, quando se verificou uma política de cunho neoliberal e de menor intervenção do Estado na economia – durante a abertura econômica entre 1990-1992 – observou-se uma ausência de criação de novos postos de trabalho. Isso denota o fato de que, em um momento de intensificação na adoção dessas políticas e dos novos processos produtivos apresentados acima, a manutenção da regularidade do mercado de trabalho se viu prejudicada.

No contexto das indústrias de transformação – alvo deste estudo, uma vez que propõe a análise dos impactos da Globalização nas relações de trabalho do setor siderúrgico do Estado do Espírito Santo – Constanzi (2004) aponta que, no período em análise, esse segmento produtivo apresentou uma queda de 4 mil postos de trabalho formais, mantendo-se estagnado

por mais de uma década, com uma variação no emprego de 0,001% negativos, enquanto a variação anual do emprego nacional, nesse período, foi de 2% a.a.

No caso específico da Região Sudeste, observam-se quedas expressivas do emprego formal nessa indústria da ordem de -12,66% no período de 1992-2003, enquanto a média nacional foi de -4,82%, agravando-se a situação nas regiões metropolitanas, cuja redução foi de 19,47%. Quanto ao estoque de emprego formal, verifica-se, para as indústrias de transformação do Sudeste, uma queda nominal de aproximadamente um milhão de postos de trabalho, no período analisado (CONSTANZI, 2004).

Diante desses fatos, Constanzi (2004, p. 29) apresenta a seguinte constatação:

[...] Parte dessa aparente destruição de postos de trabalho formais decorre da terceirização e, nesse sentido, os empregos não foram eliminados, mas apenas deslocados para estabelecimentos melhores e/ou outros setores. Contudo, muito provavelmente houve eliminação de postos de trabalho na indústria de transformação da Região Sudeste como resultado do processo de reestruturação produtiva do setor perante as mudanças ocorridas na economia brasileira na década de 1990.

Tendo em vista esse incremento da terceirização no setor, cabe destacar a observação de Constanzi (2004) de que o implemento do emprego nas empresas de menor porte em geral é de pior qualidade, pois decorre de uma grande rotatividade da mão-de-obra e de uma menor manutenção temporal do contrato de trabalho, quando comparado com as grandes empresas do setor de transformação, corroborando a constatação de Möller e Ferreira Irmão (2001) apresentada anteriormente de que, nessas condições, as relações de trabalho são precárias.

b) O Desemprego

Em consonância com a abordagem do desemprego e da exclusão social em escala global tratada ao final da seção 2.3.1, a análise acerca do desemprego, traçada por Dupas (1999),

permite uma correlação com os paradigmas da Economia Brasileira, no período estudado. Assim, pode-se estabelecer uma ligação entre o comportamento do emprego e a mudança do modelo econômico adotado pelo Estado a partir do final da década de 1980. O declínio do Estado desenvolvimentista aliado ao acelerado endividamento externo e interno e à crise internacional – México 1982 – foi responsável por uma redução, no período de 1980-1984, do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 3%, com conseqüente reflexo negativo sobre o emprego, que atingiu o nível de 8% em 1984. No período subsequente, ocorreu uma redução progressiva do desemprego no Brasil, até 1986, seguida de um comportamento estável que se prolongou até 1989, movida por inúmeras tentativas – Planos Cruzado, Bresser e Verão – de se promover a estabilização da economia pelo controle do processo inflacionário.

A partir de 1989, sob a égide da abertura ao capital externo, caracterizado pela implementação do Plano Collor de abertura econômica, em um primeiro momento, e pela adoção do Plano Real de estabilidade monetária em 1994, constata-se uma nova elevação do desemprego. Sabóia (2001) demonstra, com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) e na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), que o emprego industrial sofreu uma grande queda de 15% no período de 1991-1999, notadamente na extrativa mineral, seguida pela indústria de transformação que apresentara aumento do desemprego em níveis superiores à média da indústria em geral, nesse período, na ordem de 30% e 21%, respectivamente.

Ainda segundo Sabóia (2001), esse acréscimo no desemprego decorre, em grande medida, do processo de modernização industrial, com vistas ao aumento da produtividade e de ganhos de competitividade internacional, o que demonstra que a análise traçada, com base em Alves (2005), acerca dos processos de inserção do Toyotismo no Brasil e de seu modelo produtivo corrobora essa nova dinâmica do emprego.

Outro fator relevante para o estudo proposto é a relação entre o nível de desemprego e a

escolarização da mão-de-obra no mercado de trabalho brasileiro. Sabóia (2001) mostra que o contingente de mão-de-obra engajado na indústria brasileira vem apresentando um maior grau de instrução formal durante a década de 1990. Corroborando essa visão, Ramos (2007, p. 27) atesta que “A parcela da população ocupa dom pelo menos 11 anos completos de estudo foi a que mais cresceu entre 1992 e 2005 (156%) passando de 11,9 milhões para o nível de 30,4 milhões de trabalhadores do início ao final do período”.

No entanto, o que se observa é que os trabalhadores de mais baixa escolaridade vêm perdendo seus empregos formais na indústria. Prova disso é que, em 1992, 25,6% desse contingente faziam-se representar no mercado de trabalho, sofrendo uma redução para 18,9% em 2005 (RAMOS, 2007).

Dentre os três autores pesquisados, englobando um período histórico de 1981-2005 e enfatizando o processo de abertura da economia brasileira, percebe-se que, nesse contexto, há uma queda vertiginosa do emprego industrial formal e o abrupto crescimento do emprego informal, notadamente no setor de serviços, o que demonstra uma transformação na estrutura empregatícia brasileira, retratada por Dupas (1999) como uma mudança de paradigma nas questões trabalhistas. Isso tende a gerar um processo de precarização das relações de trabalho como se demonstra no item a seguir. Do exposto, pode-se dizer que a associação entre a intensificação da Globalização, consubstanciada nos processos econômicos e administrativo-produtivos vistos na alínea a, do item 2.3.2, e o comportamento da política brasileira contribuíram para a redução da taxa de emprego, que se traduziu em exclusão social, conforme apregoam os céticos da Globalização.

c) A Precarização

A precarização das relações de trabalho envolve um amplo conjunto de fatores e de transformações políticas e socioeconômicas que implica uma degradação das condições do trabalhador em frente ao mercado. Nas palavras de Möller e Ferreira Irmão (2001, p. 59):

O mercado de trabalho brasileiro vem passando por mudanças importantes, notadamente a partir da década de 90. O desemprego aberto vem aumentando, o emprego formal está regredindo e a ocupação informal está aumentando, acompanhada de uma precarização das relações de trabalho.

Isso se traduz em uma questão relacionada tanto com a informalidade quanto com a qualidade do emprego disponível. A informalidade é freqüentemente associada a empregos de baixa qualidade e remuneração, bem como compreendida como um trabalho ineficiente que contribui para a difusão da sonegação e do não cumprimento das leis trabalhistas. Nesse escopo, a precarização tende a esgarçar o tecido social brasileiro.

Nessa perspectiva, cabe destacar a contribuição de Robert Castel, que faz uma correlação entre a precarização das relações de trabalho e a exclusão social. Para o sociólogo francês:

Podemos assim distinguir, pelo menos metaforicamente, ‘zonas’ diferentes da vida social na medida em que a relação do trabalho for mais ou menos assegurada e a inscrição em redes de sociabilidade mais ou menos sólida. ‘Os excluídos’ povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas, o ponto essencial a destacar é que **hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas**. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de ‘exclusão’ (CASTEL, 2007, p. 23. grifos do autor).

Assim, constata-se, com base em Ramos (2007), que, durante a década de 1990 e a primeira metade da década de 2000, há um aumento significativo do grau de informalidade nas regiões metropolitanas no Brasil. Os números relativos ao contingente de mão-de-obra envolvida em atividades informais variaram de 38,3% a 43,9% no período em análise, o que implica uma instabilidade do mercado tanto em manter postos de trabalho formais quanto em absorver os trabalhadores que tentam ingressar em seu meio.

No que diz respeito à indústria e, mais especificamente, à indústria de transformação, esse processo de precarização importa em fatores mais graves, como a relação entre escolaridade, remuneração e produtividade. Sabóia (2001) aponta que, no período de 1992-1999, se observou um intenso incremento nos níveis de escolaridade da população economicamente ativa engajada na indústria, a qual correspondeu a um aumento da remuneração. Contudo, esse aumento nos rendimentos não se mostrou de forma linear nas diferentes categorias com distintos graus de escolaridade apresentadas pelo autor e, menos ainda, reporta-se em equivalência, quando comparado com as taxas de produtividade industrial no período.

De maneira geral, Sabóia (2001, p. 8) conclui:

Os empregos resultantes do processo de enxugamento ao longo da década de 90 mostraram-se, em grande parte, de má qualidade, exigindo baixo nível de qualificação e pagando baixos salários [...]. Em outras palavras, a modernização e o aumento da produtividade ocorridos nos últimos anos não acarretaram a melhoria dos empregos industriais.

Em contrapartida, Ramos (2007) aponta possíveis atrativos da informalidade que se traduzem na pretensa incapacidade do mercado formal em absorver mão-de-obra não qualificada, além de reduzir os custos gerais do trabalho às empresas em períodos de recessão, contribuindo, assim, para a geração de receitas administrativas e para o aumento da margem de lucro pelo não cumprimento das normas legais. Dessa maneira, a informalidade surge e a precarização aumenta a partir da deficiência da dinâmica econômica em gerar posto de trabalho suficiente e de qualidade.

Assim, pode-se condensar esse debate nas palavras de Bógus (1999, p. 168), para quem:

Os efeitos da reestruturação produtiva são bastante conhecidos e fazem parte da chamada produção flexível, subproduto mesmo no processo de globalização. No caso do Brasil, o processo de flexibilização da produção tem ocasionado, entre outros efeitos a terceirização de etapas do processo de produção e distribuição de mercadorias e, o que muitas vezes é sinônimo de precarização do ponto de vista do trabalho, a informatização das relações de trabalho.

De forma geral, para os autores pesquisados, a reversão desse quadro depende, dentre outros fatores, da capacidade da economia brasileira de renovar-se, de promover maior crescimento e

de encaminhar-se para setores produtivos que contribuam para uma melhoria dessas condições. Por outro lado, o crescimento econômico, aliado a um incremento da distribuição de renda, pode ser capaz de promover uma maior inclusão social e uma menor precarização das relações de trabalho.

2.4 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO FLUXO IMIGRATÓRIO INTERNACIONAL

As migrações internacionais são um fator inerente ao período moderno e contemporâneo da história. A formação dos Estados Nacionais, principalmente os pós-coloniais e o incremento dos processos de industrialização dos séculos XVIII, XIX e XX dependeram do deslocamento de grandes contingentes de mão-de-obra. Nesses períodos, essa atração de pessoas tendia a integrá-las à economia e à sociedade locais, compondo aspectos identitários dessas regiões, apresentando, assim, um caráter de permanência.

Nas últimas décadas do século XX, ao contrário, o que vem se observando é uma intensa inversão dos direcionamentos desses fluxos. A perenidade da estada desse contingente populacional é diminuta, sua transitoriedade abala a rigidez das barreiras fronteiriças e move pessoas, famílias e mesmo comunidades inteiras para regiões distintas de seus laços de reconhecimento. Isso tem provocado uma dinâmica diferente da integração dessas pessoas nas sociedades às quais se destinam, criando um ambiente de exclusão social, consubstanciado na formação de bairros étnicos, em um mercado de trabalho secundário, em uma lógica de estabelecidos e *outsider* apresentada por Elias e Scotson (2000).

Um aspecto fundamental desse tipo de migração consiste, nas palavras de Vainer (1995, p. 40), em “[...] Fato social, fato político: o desafio lançado à nação se estende ao Estado

nacional, julgado incapaz de assegurar meios de vida a seus cidadãos na terra natal e de fornecer proteção adequada àqueles que se dirigiram a outros países”.

Disso se depreende a emergência de uma nova configuração dos movimentos migratórios internacionais, determinada pela sistemática do Processo de Globalização, da formatação de novos mercados e do posicionamento do Estado nessa dinâmica, conforme se apresenta a seguir.

2.4.1 Aspectos do Processo Migratório Internacional na Era da Globalização

O processo migratório internacional tem assumido contornos e características próprios a partir das transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais que vêm ocorrendo a partir dos anos de 1980. A reestruturação produtiva e o avanço da Globalização implicaram o surgimento de novas formas de mobilidade do capital e do fluxo migratório em escala global (PATARRA, 2006).

Na concepção de Castles e Miller (2004), o incremento da migração decorre de rápidas mudanças econômicas, demográficas, sociais, políticas, culturais e ambientais oriundas da descolonização, da modernização e do desenvolvimento desigual entre regiões e continentes. O acirramento e a aceleração dessas mudanças tendem a aumentar ainda mais os deslocamentos de pessoas e as transformações sociais. Nessa perspectiva, o processo migratório consiste numa faceta das mudanças sociais e do desenvolvimento global.

As migrações, no contexto da Globalização, envolvem os mais variados países, sejam eles desenvolvidos, sejam em desenvolvimento. Para Castles e Miller (2004), a inserção dos países

do Sul no âmbito do processo migratório internacional resulta da crescente integração regional, dos sistemas globais de relações internacionais e do intercâmbio cultural. Nesse sentido, a compreensão dos aspectos intrínsecos aos movimentos migratórios constitui elemento fundamental nas relações norte-sul.

A ascensão dos movimentos integracionistas regionais consubstanciados na formação dos blocos econômicos traz consigo uma redefinição dos limites fronteiriços e coloca em discussão a capacidade e a força do Estado como agente garantidor do controle das fronteiras nacionais. A constituição dos blocos torna as fronteiras menos perceptíveis e mais flexíveis, possibilitando, em alguns casos, a livre circulação dos fatores de produção, notadamente, de pessoas. Diante desse contexto, ocorre um aumento do fluxo migratório no interior dos blocos.

Cabe destacar, com respeito à interação entre blocos regionais e Estados, a contribuição de Brito (1995, p. 64) sobre os aspectos migratórios, no sentido de que:

As regiões de livre comércio [...] tendem a levar ao limite a internacionalização dos mercados de fatores de produção, já que as restrições alfandegárias são fortemente reduzidas. Porém a integração mercantil não significa a diluição dos limites do Estado-nação, e muito menos das suas heterogeneidades. As diferenças quanto à legislação trabalhista e às políticas salariais ou de terras, decisivas para as migrações internacionais, dificilmente serão homogeneizadas. Portanto, os fluxos da população continuarão existindo, sinalizados pelos desequilíbrios ou diferenças entre os diversos países.

Associado ao exposto, uma das características mais distintivas da Globalização, que passa a se perceber nos novos processos de transnacionalização, é o incremento da dinâmica da mobilidade mundial de mão-de-obra caracterizada pela busca de pessoas qualificadas, como uma das condições importantes diante do aumento da concorrência internacional. Assim, o incremento do fluxo de capital e de pessoas ocorre, concomitantemente, com transformações macroestruturais que redefinem o papel dos atores internacionais e culmina com a nova lógica da “Globalização atual”.

Nas palavras de Patarra (2006, p. 8):

[...] é preciso reconhecer, nesse contexto, que os movimentos migratórios internacionais representam a contradição entre interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional óptica de sua soberania; há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. Enfim, há que considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global.

Diante das transformações no processo produtivo caracterizadas pelo surgimento do processo de acumulação flexível em substituição ao modelo fordista, constata-se que o padrão migratório de caráter mais recente passa a se relacionar com um regime capitalista marcado, por um lado, pela instabilidade, mas, por outro, pela emergência de novas oportunidades de emprego e de negócios que atraem pessoas do mundo inteiro em direção a regiões que apresentam um maior dinamismo econômico.

Nessa perspectiva, segundo Cardoso (2002, p. 113) “[...] uma das faces da globalização é a dinamização da mobilidade mundial de mão-de-obra, destinando alguns países a ser terra de imigração e lançando-os uma concorrência internacional por mão-de-obra qualificada”. Dessa maneira, o fluxo migratório contemporâneo adquire nova especificidade consubstanciada no deslocamento de pessoas que apresentam um significativo grau de qualificação capaz de contribuir ainda mais para o desenvolvimento dos centros capitalistas. Na visão de Patarra (2006, p. 13), esse tipo de migração assume características que culminam em descentralização, temporalidade, conflitos e regulação. E acrescenta que a “[...] migração internacional é frequentemente causa e efeito de várias formas de conflitos e não um fenômeno isolado”.

Na era da Globalização, uma demanda crescente por mão-de-obra especializada se faz presente, notadamente, por parte dos países desenvolvidos. Prova disso é o aumento em média de 8% por mão-de-obra qualificada, como mostra o relatório divulgado em dezembro de 2000 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), citado por Cardoso (2002). A tendência é

que esse percentual aumente a cada ano, o que evidencia uma carência de mão-de-obra especializada no mundo. Para contornar esse dilema, os países que demandam esse tipo de força de trabalho têm investido na formação profissional de seus cidadãos, ao mesmo tempo em que, em curto prazo, têm lançado mão da imigração.

Nesse contexto, o movimento migratório “clássico” marcado pelo deslocamento de mão-de-obra desqualificada, originária de países pobres em direção aos países ricos, passa a incorporar uma nova configuração no bojo do processo de reestruturação produtiva e de globalização, qual seja: o fluxo de pessoas qualificadas, o que pode contribuir para o aumento da distância entre os países do centro e os da periferia, evidenciando, assim, as inter-relações entre Globalização, migração e exclusão social em escala local, regional e global. No entanto, isso não significa que o movimento migratório, na era da Globalização, se restringe ao deslocamento de pessoas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos; ao contrário, a migração é um processo universal que perpassa todos os lugares do globo simultaneamente. Conforme apresenta Bógus (1999, p. 173), de uma forma geral:

A Migração Internacional hoje pode ser considerada uma das conseqüências perversas da Globalização, uma das suas mazelas à medida que desterritorializa indivíduos e grupos sociais sem possibilidade de propiciar sua re-inserção. Expulsa força de trabalho dos países pobres, sem condições de absorvê-la nos países ricos. Exclui sem apresentar perspectivas de inclusão.

Diante dessa complexidade e de uma nova sistemática do fluxo migratório em escala internacional, observa-se a presença de concepções teóricas que contribuem para a compreensão do deslocamento de pessoas nas diferentes partes do planeta, alterando, inclusive, a geografia global. Nesse cenário, cabe registrar a abordagem de Castells (1996) em *Sociedade Informacional e Sociedade em Rede*, ao considerar que o avanço tecnológico e o informacional foram decisivos para a construção de uma rede global que facilita uma maior circulação de pessoas, capitais e mercadorias.

O movimento migratório, no contexto da Globalização, é inevitável, mas enfrenta desafios na

medida em que emerge imbuído de conflitos e da necessidade de formulação e implementação de políticas migratórias capazes de tornar o fluxo de pessoas um instrumento de combate à pobreza e à desigualdade entre países, regiões e continentes. Para tanto, torna-se fundamental a atuação do Estado tanto nas discussões e nas definições acerca das políticas de caráter migratório quanto na compreensão da importância das questões ligadas à soberania nacional bem como a participação de movimentos sociais constituídos a partir de uma sociedade forte e organizada. Isso porque, segundo Bógus (1999, p. 167):

[...] a globalização é sinônimo de exclusão para os grupos sociais que, não conseguindo inserir-se no mercado de trabalho de seus países de origem, buscam oportunidade nos centros hegemônicos ou melhor integrados no circuito econômico global. É sinônimo de exclusão também para aqueles países que não conseguem incorporar no âmbito local elementos do mundo localizado.

Os movimentos migratórios enfrentam, assim, enormes obstáculos que podem ser entendidos a partir do ingresso de mão-de-obra sob a forma ilegal, a subcontratação, o aumento dos imigrantes estrangeiros que trabalham no setor informal, privados de direitos trabalhistas e sujeitos à exploração como forma de atender aos interesses do capital, ampliando a lógica da precarização do mundo do trabalho apresentada no item anterior. Essa dinâmica contribui para a desregulamentação do mercado de trabalho impondo à força de trabalho estrangeira empregos instáveis com remotas possibilidades de promoção, o que comprova a precarização nas condições de trabalho as quais a mão-de-obra estrangeira, muitas vezes, está subjugada. Esse fenômeno se faz presente, em maior um menor grau, em decorrência da fragilidade dos sindicatos em plena era global (CASTLES; MILLER, 2004).

Em face às características do movimento migratório internacional no mundo contemporâneo, entendido a partir de aspectos próprios, supramencionados, seguir-se-á com reflexões e inquietudes no sentido de compreender as implicações e os desdobramentos desse processo no Brasil, a partir dos anos de 1980.

2.4.2 O Processo Migratório no Brasil e a Questão da Transferência de Mão-de-Obra: histórico e perspectivas

A atração de mão-de-obra estrangeira em direção ao Brasil tem sua origem ligada à abolição da escravidão em 1888 e à elevada demanda internacional pelo café. O ingresso de mão-de-obra estrangeira no Brasil foi, de fato, decisivo para a expansão da atividade agrícola e, posteriormente, industrial, no País. Diante desses fatores, o Brasil foi, durante décadas, um País que atraiu um enorme manancial de pessoas que atuaram como importante força de trabalho em território nacional. Assim, segundo Bassanezi (1995, p. 3), em um primeiro ciclo de expansão econômica pós-independência:

Da perspectiva dos locais receptores, e do Brasil em especial, a expansão do capitalismo e a necessidade de seu fortalecimento determinaram a transferência de capitais para esses locais, gerando a necessidade não de mais mão-de-obra, mas da sua transformação de escravo para livre.

Esse processo inicial, característico da formação das nações pós-coloniais, tem como mola propulsora o oferecimento de subsídios ao imigrante, com facilitação do acesso à terra e perspectiva das melhorias de condições de vida. Esse processo mantém certa regularidade até meados da década de 1960, como pode ser observado pela análise do caso capixaba, descrito no próximo capítulo, quando se verifica um revés nesse fluxo migratório e o Brasil passa a, majoritariamente, fornecer mão-de-obra.

Nesse sentido, a estagnação econômica ocorrida no Brasil durante os anos 80, isto é, no período da década perdida, acelerou o processo de emigração de brasileiros em busca de trabalho em várias partes do globo. Esse processo se intensificou nos anos 90, quando teve início a abertura econômica e a falta de confiança na redemocratização do País na era Collor. Segundo Cardoso (2002), esses fatores contribuíram para que o Brasil, que já foi uma “terra de imigração”, se configure, atualmente, como um país que vem cedendo mão-de-obra para o exterior.

Cabe, portanto, citar Brito (1995, p. 62), que destaca os reflexos do Processo de Globalização sobre essa conjuntura brasileira:

A globalização da economia também tem imposto aos países em desenvolvimento, para que se tornem competitivos internacionalmente, à 'importação da reestruturação produtiva', que, somada a um crescimento demográfico, bem acima dos países do primeiro mundo, têm produzido mercados de trabalho seletivos e competitivos, principalmente nos setores mais modernos da economia, altamente oligopolizados.

Nesse sentido, de acordo com Cardoso (2002, p. 123), dados publicados na revista *Veja*, de 18-7-2001, mostram que cerca de dois milhões de brasileiros residem no exterior, merecendo destaque “países-destino” como os Estados Unidos (800.000), Paraguai (455.000), Japão (254.000), Alemanha (60.000) e Portugal (52.000). Esses países são responsáveis pela concentração de mais de 80% dos emigrantes brasileiros. O perfil da maioria desses emigrantes que se destinam aos Estados Unidos são de jovens originários da Região Sudeste e do Estado de Goiás, pertencentes à classe média e com nível médio de escolaridade.

A principal razão que move os emigrantes brasileiros em direção a outros países consiste na busca por trabalho e por melhores condições de vida. No entanto, nem sempre isso se verifica. A rotina dos emigrantes envolve enormes desafios que variam de acordo com o país de destino. Esses desafios vão desde longas jornadas de trabalho, problemas com contrabando e narcotráfico, baixos salários e, ainda, são países que não oferecem mobilidade social. Diante disso, é preciso rever, por um lado, as condições internas que “expulsam” os cidadãos brasileiros na esperança de um presente e de um futuro mais seguro e digno e, por outro lado, as condições impostas aos emigrantes estrangeiros em terras estranhas.

Com o avanço do Processo de Globalização, as transnacionais vêm assumindo um papel de destaque no cenário mundial *vis-à-vis* ao incremento das fusões entre empresas, formando, assim, grandes corporações, as quais estão presentes em vários países e não somente em território único e delimitado. É nesse sentido que as fronteiras se tornam mais elásticas e

menos perceptíveis, o que tende a implicar maior mobilidade da mão-de-obra que se traduz na circulação de trabalhadores em múltiplas nações. A força do capital aumenta e as grandes e poderosas empresas induzem os trabalhadores a estarem presentes como força de trabalho ora em um país ora em outro, fazendo surgir uma nova modalidade de migração que se pode intitular “migração forçada”, na medida em que o trabalhador, muitas vezes, não tem escolha.

Isso não significa que a migração forçada não traga novos desafios e oportunidades, mas surge como uma condição imposta ao trabalhador qualificado, o que se deve, segundo Sassen, citada por Patarra e Baeninger (1995, p. 81), ao processo de reestruturação produtiva que:

[...] resulta em um aumento da competitividade entre localidades, configurando as cidades globais; em uma desconcentração industrial mundial, portanto um processo tanto dentro dos países como fora deles; no desenvolvimento de setores e serviços avançados, absorvendo uma força de trabalho de alto nível [...].

Esse movimento é observado em toda parte do mundo, inclusive no Brasil, o que se traduz na saída de trabalhadores brasileiros qualificados rumo ao exterior.

Nesse contexto, a adoção de políticas neoliberais a partir da década de 1990 pelos governos brasileiros acirra a precarização das relações de trabalho, visto que introduz na economia nacional um novo comportamento das relações patrão/empregado decorrentes do processo de privatização, terceirização e do estabelecimento de novos tipos de contratos de trabalho mais flexíveis e com menores garantias laborais (CASTRO; OLIVEIRA, 2001). Conforme descrito, esse processo corroborou a migração de nacionais em busca de melhores condições de vida, mas também incorporou ao mercado de trabalho nacional mão-de-obra qualificada proveniente do exterior, o que, segundo Freitas (2001), apoiado em dados do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro (CREA-RJ), impacta na concorrência entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros. Isso tende a provocar uma maior precarização das relações de trabalho, uma vez que, em um mercado em que já há déficit de empregos, a inclusão de mais mão-de-obra agrava os entraves inerentes ao mercado de trabalho

consubstanciados em baixos salários e em sindicatos fracos resultando em um aumento do desemprego e da informalidade.

Diante dessa dinâmica, a precarização tende a se traduzir em várias formas: nos trabalhadores qualificados brasileiros que vão para o exterior em busca de melhores condições de trabalho e de vida; na massa de trabalhadores desqualificados que transita de um país a outro na esperança de dias melhores; em trabalhadores qualificados estrangeiros que ingressam no mercado nacional trazidos por empresas transnacionais, aumentando a concorrência no mercado de trabalho; e em empregados brasileiros qualificados que são levados à migração forçada decorrente, na maioria dos casos, de corporações que se tornaram transnacionais após serem privatizadas.

Mais especificamente quanto ao ingresso de trabalhadores estrangeiros qualificados, cabe destacar a preocupação da Federação Nacional de Engenheiros com relação ao aumento do número de técnicos estrangeiros em empresas transnacionais presentes no Brasil, principalmente nos setores de telefonia, petroquímica, energia e siderurgia. De acordo com o artigo intitulado *A conquista: profissionais estrangeiros invadem mercado de trabalho nacional*, publicado na Revista do CREA-RJ, em 30 de abril de 2002, “Nada parece capaz de deter a migração avassaladora de profissionais do exterior para o Brasil, especialmente após o processo de abertura comercial e da onda de privatizações de estatais, fusões e desnacionalização de empresas” (apud CASTRO; OLIVEIRA, 2001, p. 514).

Em frente a esse cenário, percebe-se que a Globalização está inter-relacionada com a nova sistemática do movimento migratório em escala mundial. No entanto, longe de proporcionar a inclusão social tão necessária diante da desigualdade que afeta o mundo e distancia os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos:

[...] a globalização tem representado sobretudo desemprego, instabilidade e insegurança. Segundo a OIT existem um bilhão de desempregados em todo mundo. A globalização permitiu um acúmulo de riquezas e um desenvolvimento tecnológico, principalmente nas grandes empresas, que não se traduz no bem estar das pessoas. Esta é a principal contradição que estamos vivendo (CUT. apud. FREITAS, 2001. p. 533).

Estamos diante, portanto, de um quadro marcado por trabalhadores nacionais e estrangeiros – ou por que não dizer globais – qualificados e desqualificados que sofrem os efeitos da precarização diante de um processo de Globalização, ora desempregados, ora subjugados aos interesses das corporações transnacionais e à condescendência das políticas neoliberais. O aumento do fluxo de pessoas em escala mundial não se traduz necessariamente em melhores condições de trabalho, o que expõe o paradoxo Globalização/migração.

CAPÍTULO 3 - ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO ECONÔMICA À LUZ DOS PROCESSOS IMIGRATÓRIO E DE GLOBALIZAÇÃO

O Estado do Espírito Santo está localizado na Região Sudeste do Brasil e está circunscrito pelos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Tendo uma das menores áreas – 46.077.5km² – e população dentre os estados brasileiros – representando apenas 0,54% do território nacional – caracteriza-se por um pólo produtivo, que conjuga agroindústria e indústria baseada em recursos naturais, voltado para o mercado externo. Dotado de grande infra-estrutura portuária, o Estado teve seu desenvolvimento pautado pela dinâmica da econômica internacional, vínculo esse impulsionado pelo seu isolamento do restante do Brasil decorrente de políticas coloniais pombalinas de proteção das Minas Gerais.

O povoamento do Estado data da ocupação portuguesa da Capitania do Espírito Santo, empreendida por Vasco Fernandes Coutinho em 1535. A ocupação portuguesa deu-se em pequena escala durante todo o período colonial, com pouca inserção de escravos africanos no Estado. Durante o Ciclo do Ouro, a política colonial impediu a exploração das terras do Estado, porque serviriam como barreira natural ao acesso às minas de ouro do interior do Brasil. Segundo Bittencourt (2006, p. 64), “No Espírito Santo, até meados do Século XIX o açúcar foi o produto que incrementou o aparecimento de vilas e povoados habitados por uma diminuta população que mal se aproximava dos 25 mil habitantes ao findar o período colonial”.

Dessa forma, os maiores contingentes populacionais só chegaram ao Espírito Santo no século XIX, com a adoção da política de imigração européia, principalmente italiana e alemã, mas também austríaca, polonesa e espanhola, em menor escala. A consolidação do povoamento

somente ocorreu, contudo, na primeira metade do século XX, graças ao desenvolvimento da cafeicultura monoexportadora como principal atividade econômica do Estado.

Na segunda metade do século XX, a crise da atividade cafeeira inaugurou uma nova fase do desenvolvimento do Estado consubstanciada em incentivos fiscais responsáveis pela atração de novos investimentos, principalmente no setor industrial, pelos chamados Grandes Projetos que, mesmo tardiamente, expandiram o grau de internacionalização do Espírito Santo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo conta com uma população aproximada de 3,4 milhões de habitantes – somente 1,79% da população do País (segundo o IBGE), da qual 79,5% encontram-se em áreas urbanas e 20,5% em áreas rurais. O Estado tem um PIB de cerca de 48 bilhões de dólares, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, dados de 2005), que representa 2,20% do PIB nacional, ocupando a 11^a. posição na formação do Produto Interno Bruto brasileiro, o que demonstra o elevado grau de disparidade entre as regiões do País.

O Espírito Santo se divide em quatro macrorregiões – Metropolitana, Norte, Noroeste e Sul – que estão subdivididas em 12 microrregiões – Metropolitana, Pólo Linhares, Metropolitana Expandida Sul, Sudoeste-Serrana, Central-Serrana, Litoral Norte, Extremo Norte, Pólo Colatina, Noroeste 1, Noroeste 2, Pólo Cachoeiro e Caparaó (Figuras 1 e 2).

Dentre as microrregiões, destaca-se, para os objetivos deste estudo, a Metropolitana, também conhecida como Grande Vitória, constituída pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Viana,

Cariacica, Serra, Fundão e Guarapari. Essa microrregião responde por uma população de cerca de 1,2 milhões de habitantes, de acordo com o último censo e com uma taxa de urbanização de 98,09%. Somente a Capital do Estado – Vitória – com cerca de 317 mil habitantes apresenta uma participação no PIB estadual da ordem de 31,8%.

A Grande Vitória conta com um complexo portuário extenso, de grande movimentação e diversidade de cargas que vão desde produtos agrícolas a granel, passando por minérios e siderúrgicos e também produtos industrializados de vários gêneros. A pauta de exportação do Estado caracteriza-se pela diversificação de produtos e integração entre os fornecedores locais e os mercados internacionais. Os portos capixabas, segundo Bittencourt (2006, p. 32), ocupam o “[...] segundo lugar no ranking das exportações dos portos brasileiros e o quarto lugar no sentido das importações”.

Aliado a essa estrutura portuária, a microrregião Metropolitana dispõe de mais de 347 empresas em funcionamento, o que representa 71% relativamente ao Estado e dessas a maior parte concentra-se na área de comércio exterior. Diante disso, a vocação da Grande Vitória configura-se em potencialidades agrícola, industrial, turística e comercial dinamizadas por sua infra-estrutura logística (BITTENCOURT, 2006, p. 33) (Figura 4).

3.1.1 O Desenvolvimento da Atividade Cafeeira e o Processo Migratório no Espírito Santo

A proibição de exploração do território capixaba pela política colonial de proteção às minas foi o principal marco da historiografia do desenvolvimento e do povoamento do Espírito Santo. Somente com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e a permissão de exploração das terras, com a concessão de sesmarias pelo Governo Central, é que os primeiros

ciclos migratórios, inicialmente internos, chegam ao Espírito Santo.

Segundo Bittencourt (2006, p. 133), nas primeiras décadas de 1800, a principal deficiência para a expansão econômica da Província consistia na ausência de uma infra-estrutura viária que permitisse o trânsito de pessoas e mercadorias do Espírito Santo com os seus vizinhos. A primeira grande iniciativa nesse sentido foi a construção da “Estrada Nova do Rubim”, ocorrida no Governo de Francisco Alberto Rubim (1821-1819), ligando o Espírito Santo a Minas Gerais. Conforme ressalta o autor “Matas fechadas, serras íngremes, vales profundos e retorcidos, trilhados por botocudos, tudo foi superado pela Comissão da Estrada - que a concluiu em 1820, quando desceu a primeira boiada de Minas Gerais, em 22 de julho daquele ano”.⁶

A partir da construção da Estrada Rubim, ocorre, então, o alastramento da atividade cafeeira em solos capixabas, concomitantemente ao processo de expansão da migração interna proveniente do norte fluminense, de São Paulo e de Minas Gerais, que vieram ocupar as áreas do sul do Espírito Santo, próximas à Região de Cachoeiro de Itapemirim, notadamente nos atuais municípios de Alegre, Guaçuí e Castelo (Microrregiões do Caparaó e do Pólo Cachoeiro) (Figura 1).

Não obstante a introdução dessa nova cultura, baseada nesse tipo de mão-de-obra, diferente da escravista, a expansão econômica da Província do Espírito Santo ainda fica obstada até meados do século XIX. Somente, então, quando a política imigratória promovida pelo Segundo Reinado torna-se efetiva, há a introdução de mão-de-obra européia, proveniente das mais diferentes regiões, e inicia-se a consolidação do povoamento do interior do Espírito Santo, baseada na cultura cafeeira e na pequena propriedade rural, pois, conforme Bittencourt

⁶ “BOTOCUDOS - Indígenas Brasileiros do grupo Jê, que se caracterizam pelo uso de botoques, ou rodela grandes de madeira introduzidas em furos feitos artificialmente nos lóbulos das orelhas, narinas e, sobretudo, nos beigos inferiores” (VICENTE, 2002, p. 610).

(1987, p. 66):

[...] no Brasil, apreciável número de imigrantes dirigiu-se para a grande fazenda de café. Um número menor se estabeleceu como pequenos proprietários nos núcleos coloniais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e, sobretudo, no Espírito Santo.

A imigração européia, concentrada em pequenas propriedades rurais familiares e nas regiões de montanhas, de clima mais ameno, da então Província do Espírito Santo, recebeu contingentes populacionais provenientes das Ilhas dos Açores – fundando o povoado de Viana em 1813 (Microrregião Metropolitana) (Figura 1); da Espanha – localizados na região do Rio Doce; alemães – estabelecidos na Colônia de Santa Izabel (atual município de Domingos Martins, na microrregião Sudoeste-Serrana) a partir de 1847, e nas Colônias de Santa Leopoldina e Santa Maria (microrregião Central-Serrana), onde também se instalaram colonos suíços, iniciando-se em 1857. Esses foram os primeiros indícios da profusão do movimento imigratório para o Espírito Santo, que teve sua população ampliada de 24.585 em 1817 para 82.131 habitantes em 1872, acompanhando a expansão da fronteira agrícola (BITTENCOURT, 1987).

Além das colônias já mencionadas, cabe destacar o ingresso dos imigrantes italianos, provenientes das regiões de Trento, Gênova e Veneza, que se assentaram, respectivamente, nas regiões capixabas de Santa Cruz (microrregião Metropolitana, atual município de Fundão); de “Alto Benevente”, na Região de Castelo (microrregião Pólo Cachoeiro) e de Nova Venécia (microrregião Noroeste 2), mais ao norte da Província do Espírito Santo. Em adição, cabe destacar, dentro dessa dinâmica do movimento migratório, a presença de retirantes nordestinos, refugiados da seca, para essas regiões.

A facilidade de expansão da fronteira agrícola no Espírito Santo, dada a manutenção de sua cobertura vegetal que, ainda em meados do século XIX, estava virgem, aliada à boa propensão de aquisição de terras, promovida pela política imigratória do Império, tornou as

terras espírito-santenses um oásis para o afluxo de imigrantes europeus que buscavam novas condições de vida e trabalho. Tal Política de Imigração permitia ao europeu recém-chegado adquirir a terra por meio de financiamento, pago em parcelas anuais que não excedessem a 1/5 dos rendimentos da propriedade e com juros máximo de 6%, além de uma carência de três anos (BITTENCOURT, 1987).

Essas condições extremamente favoráveis aos novos habitantes tinham, ainda, um outro fator de vantagem: a ausência de resistência por parte da aristocracia rural concentrada no Vale do Itapemirim, fisicamente isolada das regiões de colonos europeus, que não impunha obstáculos a essa política de imigração. Por outro lado, essa forma de povoamento encontrou alguns revezes. A Política de Imigração do Império instituía no empresário aliciador particular a figura principal de atração dessa mão-de-obra estrangeira predestinada a se tornar agricultora. Além desse aspecto, a política de imigração garantia ao estrangeiro liberdade de escolha da região a se instalar e assegurava o direito ao transporte gratuito. Contudo, esses agentes, visando ao maior lucro, pois recebiam recursos da Fazenda Pública por imigrante trazido ao Brasil, apresentavam propostas que nem sempre estavam contempladas nessa política, causando descontentamento dessa população deslocada.

Aliado ao problema das falsas promessas, outros fatores, como baixa resistência do imigrante europeu às doenças tropicais, ausência de mercado para a produção, conflitos com a administração pública e quebras contratuais, fizeram com que essa política não fosse de todo efetiva na manutenção do europeu no campo, provocando a migração de muitos para os centros urbanos – visto que a maioria provinha de cidades européias – e até mesmo o seu retorno ao Velho Mundo. Ainda assim, o Espírito Santo apresenta um grande incremento populacional, passando de 82.131 habitantes em 1872 para 103.350 em 1879 (BITTENCOURT, 1987).

A relação entre a cultura cafeeira e o processo imigratório no Espírito Santo é de grande expressividade. Na primeira metade do século XIX, havia no Brasil uma grave crise de mão-de-obra, provocada pela proibição do tráfico negreiro e que não era capaz de suprir a demanda de trabalho da economia açucareira que ainda persistia como atividade fundamental da economia capixaba. O afluxo dos descendentes de escravos do nordeste açucareiro e das minas já improdutivas para os grandes latifúndios da Província de São Paulo faz com que a carência de trabalhadores seja ainda maior no Espírito Santo.

Nesse sentido, passa a ocorrer no Espírito Santo uma paulatina transição do plantio de cana-de-açúcar para o de café, visto que essa cultura demandava menor contingente de mão-de-obra, que, aliada à escassez de escravos, se consolida na figura do imigrante europeu (BITTENCOURT, 2006). Dado o menor custo de produção e a facilidade de expansão agrícola, como já se demonstrou, e também devido à crescente demanda internacional do produto, o estímulo ao cultivo cafeeiro se viu em boas condições na Província. Prova disso é que:

[...] a partir da década de 1840, o decréscimo da produção de açúcar passou a encontrar paralelo no crescimento da produção de café; a exportação do açúcar, que, em 1844, atingira 324.308 arrobas, sequer figurará na estatística estadual de 1892. Enquanto o café, que em 1847, representava 115.390 arrobas, até o final do século atingirá a marca de 1.234.195 sacas (BITTENCOURT, 2006, p. 158).

A expansão dessa economia cafeeira fez com que surgissem governos provinciais mais eficientes e mesmo uma aristocracia rural, representada pelos Barões de Itapemirim, Aimorés, Timbuí e Guandú, o que demonstra que nem todo o cultivo do café se deu em pequenas propriedades e que, mesmo as classes dominantes da época viram nessa lavoura uma nova forma de acumulação primitiva do capital. Essa eficiência econômica foi de tal forma expressiva que resultou na visita do imperador Dom Pedro II à Província em 1860. Cabe destacar que, a despeito dessa aristocracia cafeeira, segundo Rocha e Morandi (1991, p. 22):

[...] A estrutura produtiva local transitou para um sistema de pequena propriedade e de trabalho familiar. A cafeicultura manteve seu papel preponderante e passou a ser desenvolvida em pequena escala de produção, de acordo com a disponibilidade de força de trabalho das famílias dos pequenos proprietários e dos parceiros. A unidade produtiva era praticamente auto-suficiente e tinha no café a sua quase única cultura mercantil.

A expressividade da economia do café e a necessidade de alternativas de transporte mais integradas promoveu a construção de ferrovias no Espírito Santo. A primeira iniciativa se deu com a Estrada de Ferro Espírito Santo–Caravelas em 1887 que ligava Cachoeiro de Itapemirim a Alegre, tendo ramal ligando-se a Castelo, seguida pela construção da ferrovia Vitória–Rio Pardo, pela Companhia de Viação Férrea Sapucaí, que somente se concretizou no início da República em 1891, dentre outras iniciativas que criaram as condições necessárias à ligação ferroviária entre Espírito Santo e Minas Gerais a partir de Cachoeiro de Itapemirim. Esse processo contribuiu para o melhoramento da malha viária e, conseqüentemente, para o crescimento econômico do Espírito Santo com o fomento da cafeicultura.

Todo esse êxito da cultura do café mostrou, em contrapartida, uma debilidade estrutural dos meios de produção, consubstanciada em técnicas improdutivas, carência de mão-de-obra e de recursos para investimento, comprometendo a qualidade do produto. Isso se torna, assim, o desafio a ser superado pelas administrações como forma de incrementar o que se tornará a maior fonte de recursos do comércio exterior brasileiro e capixaba no período pré-industrial, haja vista que, em fins do século XIX, o café já representava 94,33% das exportações do Espírito Santo, o que caracteriza a alta dependência da economia monoexportadora do Estado em relação à atividade cafeeira (BITTENCOURT, 1987).

O ritmo de expansão da economia cafeeira estabelecido durante o Segundo Reinado, se mantém durante a República Velha. A cafeicultura configura, dessa forma, o principal suporte econômico do Espírito Santo até os anos de 1950. O advento da República, e de sua forma federativa, possibilitou ao Espírito Santo maior autonomia financeira e tributária, o que

resultou em um aumento da base arrecadatória oriunda da tributação do café. Essa dependência, contudo, deixou o Estado vulnerável às oscilações do comportamento mercadológico do café, nesse período. Segundo Bittencourt (2006, p. 304): “O orçamento da Província, que mal ultrapassara de rs. 500:000\$00, em 1889, atingirá a mais de rs. 5.000:000\$000 no Estado, durante os anos de 1896 a 1898”.

Não obstante a importância que a atividade cafeeira desempenhou nesse período, observa-se que sua dinâmica não foi suficiente para suprir o atraso relegado ao Estado, herdado dos períodos colonial e imperial. Ou seja, a intervenção da Metrópole, em termos de proibição da expansão econômica durante a Colônia e a falta de ações mais efetivas por parte dos Governos Imperiais retratam a inadequação da ação do Estado na formulação de políticas para o Espírito Santo. Nas palavras de Bittencourt (2006, p. 270): “O Espírito Santo, em que pese a dinâmica da sua economia cafeeira, era reputado como um dos mais atrasados do Império, apresentando uma representação nacional muito fraca”.

Nesse contexto, destaca-se o Governo Muniz Freire (1892-1896), no qual se observou uma maior preocupação na adequação da infra-estrutura viária para o escoamento da produção de café, na superação da carência de mão-de-obra, condições fundamentais para a sustentação do modelo econômico local, baseado na produção e exportação de produtos primários tropicais. A insuficiência de força de trabalho foi sanada, em grande medida, pela política migratória, que atraiu mais de 20 mil imigrantes italianos para o Estado (BITTENCOURT, 2006).

Essa expansão dos investimentos em infra-estrutura denota o início de uma preocupação por parte dos governos estaduais em permitir a expansão do capital local, em fase de pré-industrialização, responsável pelo direcionamento de recursos para outros tipos de produção, como a do algodão, a açucareira e a têxtil. Nesse sentido, o Espírito Santo acompanha, ainda que em menor escala, uma tendência nacional, na qual “[...] a pesar do predomínio absoluto

dos interesses dos cafeicultores no novo regime, entre 1890 e 1914, cerca de sete mil estabelecimento industriais foram instalados, quase todos destinados à produção de bens de consumo” (BITTENCOURT, 2006, p. 278).

O período da Primeira Guerra Mundial, seguido pelo governo Nestor Gomes (1920-1924) no Espírito Santo apresentou certa turbulência política⁷ e econômico-industrial. Os impulsos industriais observados até então não lograram muito êxito nesse período, dentre outros fatores, pela dificuldade de acesso aos mercados internacionais promovida pela Guerra, tendo em vista o fechamento dos portos europeus. O café, entretanto, teve uma *performance* favorável, apresentando uma produção superior a um milhão e cem mil sacas, respondendo por cerca de 90% das rendas do Estado em 1924.

Na década de 1920, o Espírito Santo ascende ao terceiro lugar na produção nacional, ficando o café, como já vinha ocorrendo, responsável pela quase totalidade dos recursos arrecadados para a manutenção do aparelho estatal e serviços oficiais. Era o café que mantinha dinâmico o setor terciário e, por extensão, os próprios projetos industrializantes, cujo estado de sobrevivência só poderia ficar mantido graças aos recursos do café, que permanecia como a principal fonte da acumulação capitalista do Espírito Santo (BITTENCOURT, 2006, p. 324).

Esse impulso econômico-arrecadatário teve grande influência nas iniciativas de urbanização de Vitória e revitalização das ações industriais. Destaca-se, nesse contexto, o Governo Florentino Avidos (1924-1928), cujo projeto urbano dá novas feições à Capital capixaba, norteado por melhorias na estrutura de saneamento, de portos e viária. Nesse cenário, observa-se também uma nova expansão da fronteira agrícola do Estado, rumo à sua Região Norte, caracterizada pelas culturas do café, da pecuária, da extração madeireira e do cacau.

Essa iniciativa de urbanização consiste, segundo Brito (1995, p. 53), em uma dinâmica:

⁷ O Governo Nestor Gomes esteve impedido de tomar posse em 1920, pelo governante anterior, apoiado por uma campanha de polícia e somente conseguiu se estabelecer após uma intervenção do Governo Republicano, que confirmou sua vitória nas eleições estaduais (BITTENCOURT, 2006).

Dentro de cada um dos países [em que], as cidades transformaram-se em **locus** hegemônico da acumulação de capital, acelerando o processo de urbanização, fruto não só do crescimento vegetativo da população mas, principalmente, das migrações internas originárias do campo.

Esse aspecto terá grande importância quando se observar a política de erradicação dos cafezais, ocorrida na década de 1960, que será apresentada melhor no decorrer deste item.

Em seqüência, nos anos de 1930 e início dos anos de 1940, o Espírito Santo foi governado por João Punaro Bley (1930-1943), interventor federal indicado pelo Presidente Vargas após a Revolução de 1930, a despeito do fortalecimento do orçamento público e da consecução de obras estruturais antes paralisadas – como as estradas de rodagem e a expansão do Porto de Vitória – não impulsionou mudanças nos rumos da economia capixaba, mantendo a matriz agroexportadora, baseada na cafeicultura. Em contrapartida, a política econômica do Governo Federal apontava a industrialização do País, consubstanciada em incentivos concedidos à iniciativa privada e em investimentos públicos diretos em infra-estrutura viária e indústrias de base. Nesse sentido, não se observa uma harmonia entre as políticas governamentais nacional e local. Conforme ressalta Bittencourt (2006, p. 359):

O fracasso dos esforços industrializantes do Espírito Santo reforçou o modelo agrário local, tropical de exportação. A economia capixaba, ainda por muitos anos, alicerçará a secular base primária da economia cafeeira. Os quadros estatísticos demonstram claramente, inclusive, uma curva ascensional e progressiva do café no Espírito Santo em contraste com o declínio da cafeicultura nacional [...].

Comprovando a insuficiência da industrialização no Estado, Bittencourt (2006) ainda aponta que, em 1936, a renda industrial capixaba era de somente rs.877:188\$310.

A segunda metade da década de 1940 é caracterizada pelo auge da atividade cafeeira no Espírito Santo, em decorrência do extraordinário aumento dos preços internacionais do café e da expansão da área cultivada. Segundo Rocha e Morandi (1991, p. 47): “Os preços médios de exportação do café passaram de US\$ 16,18 por saca de 60 kg, em 1945, para US\$58,34 e US\$ 86,83 em 1950 e 1954, respectivamente”. Esse vulto econômico promoveu, conseqüentemente, o crescimento de uma indústria de transformação voltada para o

beneficiamento local do café, representando 61% do total do valor produzido por essa indústria.

Esses fatos caracterizam o que Rocha e Morandi (1991) denominaram “*boom* cafeeiro”, pois foi o período em que, em função da alta lucratividade do café ocorreu o aumento da participação da área plantada e do contingente de mão-de-obra empregado nessa cultura. De fato, o final dos anos de 1940 e os três primeiros anos de 1950 foram o auge da economia cafeeira no Estado do Espírito Santo. O incremento da produção cafeeira ocorreu em território nacional, o que provocou, em um segundo momento, uma crise de superprodução, na medida em que as quantidades produzidas eram bem superiores à demanda internacional pelo produto, o que gerou uma queda abrupta tanto nos preços, quanto na rentabilidade da produção. Prova disso foi que, em 1955 e em 1959, houve uma redução de 29% e 51,7%, respectivamente, em relação ao preço médio que vigorava em 1954.

Diante disso, o “*boom* cafeeiro” foi substituído pela grave crise de superprodução, que afetou o Brasil e, particularmente, a economia capixaba, tendo em vista que essa cultura se desenvolveu em bases produtivas familiares, conforme ressaltado. Cabe enfatizar, contudo, que a capacidade produtiva do café é mantida no Espírito Santo devido à resistência da unidade produtiva familiar – em grande parte auto-suficiente em subsistência – em suplantando essa atividade econômica, haja vista que sua renda dependia quase exclusivamente do café. Como afirmam Rocha e Morandi (1991, p. 50): “[...] a ‘economia capixaba’ apresentava-se altamente resistente à crise e à desestruturação de sua base produtiva”.

Além disso, o setor industrial de transformação do café apresentava grande resistência ao surgimento de atividades substitutivas ao café. Esses fatores fizeram com que, no Espírito Santo, se observasse algo diferente do ocorrido no restante do Brasil: não se verificou uma transição da cultura do café para as demais culturas mais rentáveis, nem a alocação dos

recursos daquele no incremento de novas formas de acumulação.

Passando por uma crise generalizada de superprodução, o Governo Federal do Brasil adotou, então, uma série de iniciativas de combate à questão. Dentre elas, destaca-se a criação do Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (Gerca), em 1960, cujo propósito era desenvolver e implementar um planejamento voltado para a redução das super-safras de café. A principal iniciativa do Grupo ocorre em 1962, quando se lança o plano de erradicação dos cafezais antieconômicos, com a diversificação das áreas erradicadas com outras atividades e revitalização de partes dos cafezais então existentes. A erradicação do café no Espírito Santo, onde a economia foi mais afetada por essa política, foi responsável pela destruição de cerca de 1,38 bilhão de pés de café de baixa produtividade entre 1962 e 1967 (ROCHA; MORANDI, 1991).

Essa política, por um lado, vem desestabilizar a principal atividade e fonte de recursos do Estado; por outro lado, há uma contundente injeção de recursos antes imobilizados na economia, decorrentes das indenizações concedidas por cova de café erradicada. Não obstante esse fator favorável, observou-se a dramática crise social decorrente da supressão de postos de trabalho no campo, que gerou grave êxodo rural, no período. Segundo Rocha e Morandi (1991), registra-se o desemprego de cerca de 60 mil pessoas em função da erradicação dos cafezais.

Por fim, cabe ressaltar que o aporte de recursos provenientes das indenizações promoveu grande liquidez à economia capixaba – atingindo a cifra de 70 milhões de cruzeiros em agosto de 1966. Esses recursos, aliados ao excedente de mão-de-obra recém-chegado do campo, são os pilares da nova iniciativa de industrialização que se observa no Espírito Santo, na década de 1960, além de incrementar outras atividades agrárias então existentes, como a pecuária e a extração de madeira. Cabe ressaltar, contudo, que o café, mesmo com a agressividade de tal

política, ainda se manteve como principal lavoura no Espírito Santo até os dias atuais.

3.1.2 A Inserção Internacional e os Grandes Projetos Industriais

Conforme ressaltado no item anterior, embora fortemente vinculada à produção agrícola-cafeeira, a economia capixaba apresentou repetidas iniciativas de industrialização do Estado. Essas medidas, contudo, encontraram diversos reveses que impediram maior êxito, mas que imprimiram à sociedade e aos governantes um ímpeto em promover o desenvolvimento industrial do Espírito Santo. As políticas nesse sentido se dividem em duas fases distintas: a primeira, ocorreu com base no capital local de pequena escala, financiado e apoiado pela administração pública estadual; a segunda esteve calcada principalmente na contundente injeção de capital internacional, coadunada com fortes intervenções e investimentos por parte do Governo Federal. Em meio a essas fases, destacam-se os Projetos de Impacto, responsáveis pela dotação de infra-estrutura essencial à implantação e expansão dos Grandes Projetos Industriais do Estado.

O primeiro grande projeto industrial observado no Espírito Santo data de 1942, quando se construiu a Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), localizada no município de Cariacica, na microrregião Metropolitana (Figura 1). Esse empreendimento, inicialmente financiado pelo capital privado, configura uma das primeiras iniciativas da siderurgia nacional e revela a vocação do Espírito Santo para projetos de grande porte vinculados à indústria de base. Posteriormente, já na década de 1960, ocorre sua coligação ao grupo estatal Siderúrgicas Brasileiras S.A. (Siderbrás) e sua expansão na produção de ferro-gusa.

O sucesso dessa unidade industrial se dá em função da conjunção de uma série de fatores logísticos e estratégicos, uma vez que os baixos custos de transporte da matéria-prima, o

minério de ferro que chega pela Ferrovia Vitória–Minas, e a facilidade de escoamento da produção devido à estrutura portuária (Figura 3) permitem uma maior eficiência e baixa onerosidade do processo produtivo. Esses fatores focaram maiores atenções ao potencial do Estado e acabaram por trazer maciços investimentos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nas décadas de 1960 e 1970.

A década de 1950, pode-se dizer, é marcada pelo Governo Jones dos Santos Neves (1951-1954), responsável por grandes investimentos públicos no Estado. Corroborando dos ideais desenvolvimentistas do Segundo Governo Vargas, é lançado nesses anos o “Plano de Valorização Econômica do Estado do Espírito Santo”, considerado o primeiro plano de desenvolvimento estadual adotado no Brasil. Aproveitando-se do auge da economia cafeeira e da melhoria na arrecadação do Estado, cuidou-se em buscar obras que permitissem um posterior crescimento industrial no Espírito Santo, iniciativas como a ligação asfáltica do Estado com os Estados vizinhos, finalização e ampliação do Porto de Vitória, implementação do “Plano Estadual de Eletrificação” e o início da construção das Usinas de Rio Bonito e Suíça, são exemplos desse ímpeto estrutural (BITTENCOURT; NETO, 2002).

Além disso, na iniciativa privada, destacam-se a criação do Grupo Buaiz, com seu moinho de Trigo, e das Federações da Indústria e do Comércio, ainda na década de 1950. Já na década de 1960, aproveitando-se do apoio estrutural existente, surgem diversas plantas agroindustriais, impulsionadas pelos incentivos fiscais e financeiros da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), criados pelo Governo Cristiano Dias Lopes Filho – e do Gerca. Segundo Rocha e Morandi (1991, p. 91):

A CODES financiou um total de 37 projetos industriais, sendo que 26 eram projetos de ampliação de fábricas já existentes, e 11 eram de instalação de novas plantas industriais. Dentre estes últimos destacaram-se, pelo elevado valor do investimento, os projetos da Realcafé Solúvel do Brasil S.A. e do Frigorífico Rio Doce S.A. - FRISA.

Sob à égide do Governo Militar no Brasil se inicia no Estado o Governo Cristiano Dias Lopes

Filho (1967-1971). Esse período é marcado, segundo Bittencourt e Neto (2002), pelo retorno ao “projeto jurista” que visava ao aprofundamento de políticas modernizantes calcadas no dirigismo econômico. Os principais resultados dessa administração foram a criação da Codes – transformada, na primeira metade da década de 1970, em Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (Bandes), do Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fundai), do Conselho de Desenvolvimento Econômico, do Sistema de Crédito para o Desenvolvimento, do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) e do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). O surgimento desse aparato desenvolvimentista contribuiu de forma decisiva para impulsionar o desenvolvimento industrial no Estado, mediante a atração de investimentos privados nacionais e internacionais.

É importante destacar que o Governo Cristiano Dias Lopes deu continuidade à política de melhoramento da infra-estrutura estadual pela criação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), pela expansão da rede da Telecomunicações do Espírito Santo S.A. (Telest) e da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan). A conjunção dessas iniciativas dinamizam a performance industrial no Estado na medida em que cria as condições propícias ao ingresso do grande capital produtivo. É em função dessas iniciativas que Rocha e Morandi (1991, p. 91) afirmam que “[...] em meados da década 70, a ‘economia capixaba’ havia atingido um nível de maturidade que a qualificava para receber grandes investimentos produtivos”.

No plano da indústria de base há que se destacar, nesse período, a construção do Porto de Tubarão, finalizada em 1966, e das duas usinas de pelotização de minério de ferro da CVRD, respectivamente em 1969 e 1973. A criação desses empreendimentos privados e estatais, com o investimento público, mediante financiamento e incentivos fiscais, representou o vértice da primeira fase da industrialização do Espírito Santo. Sua importância encontra-se na relativa

diversidade que promoveu à pauta produtiva do Estado e na criação das condições estruturais para a implementação dos Grandes Projetos da segunda fase da política industrial capixaba, cujo início está datado de meados da década de 1970.

As principais plantas industriais voltadas para a indústria de base no Estado caracterizam-se pela associação do grande capital internacional e nacional estatal. Merecem destaque as associações do capital internacional com a CVRD, tais como: a Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização (Itabasco) com capital italiano, a Hispanobrás, com capital espanhol, as duas usinas na Nibrasco, com capital japonês, e a Kobrasco, com capital sul-coreano. Todos esses empreendimentos localizam-se na região de Tubarão, aproveitando as facilidades logísticas do Porto e o acesso da matéria-prima pela ferrovia.

Além desses empreendimentos, foram criadas a Samarco Mineração S.A., em 1977, no município de Anchieta, tendo como principal acionista a Samitri e Marcona Internacional de capital norte-americano, e a Aracruz Celulose, inaugurada em 1978, no município de Aracruz, com a presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, o Grupo Lorentzen, a Billerud-Uddeholm, o Grupo Moreira Sales e a Companhia Vera Cruz Agro-Florestal bem como a construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), entre 1973 e 1983, em Tubarão, a partir da associação das Siderúrgicas Brasileiras S.A. (Siderbrás) com a Kawasaki Steel Corporation, de origem japonesa, e a Società Finanziaria Siderúrgica (Finsider), oriunda da Itália.

Esse cenário demonstra o maciço aporte financeiro internacional e nacional estatal recebido pelo Espírito Santo durante as décadas de 1970 e início dos anos 80. Diante disso, diferentemente do que ocorreu na primeira fase industrial capixaba, liderada pela presença do capital local, a segunda fase foi capitaneada pelo grande capital. A hegemonia do grande capital resultou na transformação da estrutura produtiva nos mais diversos setores da

economia capixaba, tendo o setor agrícola experimentado um processo de crescimento econômico e de modernização, enquanto o setor industrial se constituiu a mola mestra da expansão capitalista no Estado.

A modernização e a expansão dos Portos de Vitória, Tubarão e Praia Mole (Figura 3) configura o ponto culminante da inserção internacional do Espírito Santo a partir dos Grandes Projetos Industriais. Isso se deu, pois o principal objetivo dessa industrialização era aproveitar a potencialidade de escoamento de mercadorias para o mercado externo, contando com a infra-estrutura logística natural do Espírito Santo.

3.2 MIGRAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: OS GRANDES PROJETOS E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Conforme apresentado no item anterior, o processo de modernização da economia capixaba, calcado nos Projetos de Impacto e nos Grandes Projetos Industriais, acarretou uma mudança profunda no padrão de desenvolvimento econômico do Estado. Não obstante esse avanço, verifica-se uma intensa modificação na estrutura do mercado de trabalho e na mobilidade da mão-de-obra que, acompanhando esse desenvolvimento, esteve excluída de seus principais benefícios. Cabe demonstrar, portanto, como se deram essas alterações nas estruturas sociais do Espírito Santo, como se inverteu o padrão histórico de mobilidade da mão-de-obra no Estado e qual o impacto dessas modificações no mercado de trabalho nos anos de 1970.

A implantação dos Grandes Projetos trouxe alterações significativas nas relações de trabalho, intensificando o assalariamento em caráter permanente e temporário. A presença do “grande capital” dinamizou o mercado de trabalho e determinou uma nova lógica laboral e de acumulação capitalista. É nesse contexto que a indústria, ainda que tardia, se desenvolve no

Estado, propiciando e ampliando a inserção do trabalhador assalariado e redefinindo as relações entre capital e trabalho. Cabe registrar que o assalariamento alcançou também a mão-de-obra ocupada na atividade agrícola, mas não houve a supressão total do trabalho familiar rural, o qual continuou com grande expressividade e importância econômica para o Espírito Santo.

Os dados relativos a essas modificações observadas na economia do Estado, na década de 1970, foram obtidos de fontes oficiais, tendo como principal parâmetro o Estudo Básico para o Planejamento Estadual, intitulado “Espírito Santo: Crescimento e Desigualdade Social” (1979), que condensa o “Censo Escolar/Pesquisa Sócio Econômica” de 1977, realizado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, e o “Censo Demográfico” de 1970, feito pelo IBGE. Outro documento relevante para a caracterização do emprego no Estado é o “Projeto de Implementação do Sistema Nacional de Emprego no Estado do Espírito Santo - SINE/ES” (1977), elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social.

3.2.1 Perspectiva sobre o Emprego no Espírito Santo na Década de 1970: industrialização e informalidade

A industrialização do Espírito Santo, conjuntamente com a crise da economia cafeeira, marcada pela política de erradicação dos cafezais improdutivos, determinou um novo padrão de crescimento do Estado. De fato, no período de 1970-1977, verificou-se um arrefecimento no crescimento do setor agrícola no Estado, que foi de apenas 1,6% contra 5,8% no Brasil; a indústria, no pólo oposto, apresentou crescimento vertiginoso, na ordem de 22%, contra 11,7% do crescimento industrial nacional; o setor de serviços, por seu turno, teve um expressivo avanço, que foi de 14,9%, principalmente se comparado com as taxas nacionais de 10,4% (Tabela 1).

Tabela 1
Dados Comparativos da Economia do Espírito Santo com a do Brasil (1970/1976/1977)

Discriminação	Espírito Santo	Brasil	Relação ES/BR
1. PRODUTO INTERNO TOTAL (1976)			
- Total (milhões de cruzeiros)	14.738,3	1.560.271,1	0,9%
- Composição Setorial (%)			
. Agricultura	11,2	10,53	
. Indústria	27,2	39,43	
. Serviços	61,6	50,04	
2. TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO (70/77) (% ao ano)			
. Agricultura	1,6	5,8	
. Indústria	22,0	11,7	
. Serviços	14,9	10,4	
3. POPULAÇÃO (1977)			
- Total	1.701.496	113.200.000	1,5%
- Composição Percentual			
. Urbana	52,9	63,8	
. Rural	47,1	36,2	
4. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (1977)			
- Total	536.261	39.717.916(1)	1,3%
5. RENDA PER CAPITA (1977)			
- Cr\$ 1,00	12.453,00	16.850,00	0,74
- US\$ 1.00	744.00	1.007.00(2)	0,74
6. ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA (GINI) (1977)	0,58	0,60(1)	0,97

Fonte: Espírito Santo (1979, p. 37).

Notas: (1) Dados referentes a 1976.

(2) Taxa cambial de Cr\$ 16,73/US\$ 1.00.

Esse padrão de crescimento, contudo, não se traduziu em uma absorção proporcional da mão-de-obra no setor industrial. A composição da População Economicamente Ativa (PEA) do Estado no setor agrícola, em 1977, representava ainda 38,65% da mão-de-obra empregada; o setor industrial no mesmo ano alocou somente 11,35%, enquanto, nacionalmente, esse percentual era de 23,63; o setor de serviços, por fim, empregou impressionantes 49,98% da PEA. Isso demonstra que, não obstante um aumento da renda interna do Estado promovida

pela indústria – passando de 18,25% em 1970 para 27,24% em 1976 – a participação do setor na geração de empregos decaiu de 13,60% para 11,35% em 1977 (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição Setorial da População Economicamente Ativa e Composição Setorial da Renda Interna, Espírito Santo - Brasil (1970/1977)

	Espírito Santo				Brasil			
	% Emprego		% Renda Interna		% Emprego		% Renda Interna	
	1970	1977	1970	1976	1970	1976	1970	1976
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Setor Primário	52,51	38,67	22,57	11,18	44,28	36,22	10,24	10,72
Setor Secundário	13,60	11,35	18,25	27,24	17,92	23,63	36,26	38,39
Setor Terciário	33,89	49,98	59,18	61,58	37,79	40,15	53,49	50,87

Fonte: Espírito Santo (1979, p. 41).

Esses dados retratam que o modelo de industrialização local, consubstanciado na indústria de transformação altamente especializada e voltada para o mercado externo, absorve pouca mão-de-obra, uma vez que é intensiva em capital. Segundo Cosetti et al. (apud ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 16), “Esses são empreendimentos altamente poupadores de mão-de-obra, sendo que para cada emprego direto são necessários 438 mil dólares”.

Em contrapartida, a visível inexpressividade da taxa de crescimento do setor primário na composição do PIB estadual vem acompanhada de uma queda de 52,51% em 1970 para 38,67% em 1977 da PEA no setor (Tabela 2). Isso ocorre por dois principais motivos: em primeiro lugar, a Política de Erradicação dos Cafezais provocou intenso êxodo, ocasionando essa diminuição da concentração de mão-de-obra no campo e sua pouca produtividade; em segundo lugar, há uma outra face da situação do trabalho na agricultura capixaba, que é a sua concentração em unidades produtivas de estrutura familiar antieconômicas, pequenas ou médias, o que demanda muita força braçal, para gerar pouca produção (ESPÍRITO SANTO, 1977).

O setor de serviços, por fim, foi o único que apresentou um incremento na PEA, verificando-se um aumento de 33,89% para 49,98%, entre 1970 e 1977, bem como contribuiu, em menor escala, para o aumento da renda interna estadual, que era de 59,18% em 1970 para 61,58% em

1977 (Tabela 2). Esse grande aumento da participação da mão-de-obra nesse setor se deve, principalmente, a pouca qualificação da força de trabalho proveniente da zona rural, para atuar na nova vertente econômica adotada pelo Estado. Além disso, esse setor apresenta um índice de informalidade de 41% da PEA nele ocupado (Tabela 3), o que comprova a inabilidade do mercado de trabalho estadual, nesse período, em alocar a mão-de-obra disponível.

Tabela 3
Pessoas de Dez Anos e Mais Segundo as Atividades do Setor Informal Espírito Santo
(1977)
(continua)

Atividade do Setor Informal	População Economicamente Ativa
Total	103.704
Canteiros e Marroeiros	32
Garimpeiros	148
Vendedores Ambulantes	1.723
Vendedores de Jornais	163
Barqueiros e Canoeiros	72
Carroceiros e Tropeiros	478
Serventes de Pedreiro	9.636
Empregados Domésticos	32.628
Lavadeiras e Passadeiras	4.333
Engraxates	63
Biscateiros	4.630
Outras Ocupações Mal Definidas	49.798
Migrantes	58.843
Canteiros e Marroeiros	10
Garimpeiros	87
Vendedores Ambulantes	1.227
Vendedores de Jornais	102
Barqueiros e Canoeiros	26
Carroceiros e Tropeiros	276
Serventes de Pedreiro	5.214
Empregados Domésticos	17.426
Lavadeiras e Passadeiras	2.871
Engraxates	20
Biscateiros	2.678
Outras Ocupações Mal Definidas	28.906

Tabela 3
Pessoas de Dez Anos e Mais Segundo as Atividades do Setor Informal Espírito Santo
(1977)
(conclusão)

Não Migrantes	44.861
Canteiros e Marroeiros	22
Garimpeiros	61
Vendedores Ambulantes	496
Vendedores de Jornais	61
Barqueiros e Canoeiros	46
Carroceiros e Tropeiros	202
Serventes de Pedreiro	4.422
Empregados Domésticos	15.202
Lavadeiras e Passadeiras	1.462
Engraxates	43
Biscateiros	1.952
Outras Ocupações Mal Definidas	20.892

Fonte: Espírito Santo (1979, p. 45).

Como se pode ver (Tabela 2), a despeito de uma alteração da composição do mercado de trabalho capixaba, provocada pelo processo de industrialização tardia e altamente especializada, verifica-se, ainda em 1977, uma concentração da PEA no setor primário – 38,67% – em atividades pouco produtivas; ressalta-se a inexpressividade da participação da mão-de-obra no setor industrial – 11,35% – em frente ao seu impacto no crescimento econômico do Estado e, por fim, expõe-se a grave situação do setor terciário – 49,98% – que, concentrando maior proporção da força de trabalho, apresenta grandes sinais de precarização.

3.2.2 Mobilidade da Mão-de-Obra: urbanização e inversão do processo migratório

A década de 1970 representou um marco na aceleração do processo de urbanização da Região Metropolitana do Espírito Santo. Isso se deve aos já ressaltados Grandes Projetos Industriais e à Política de Erradicação dos Cafezais. Os primeiros, por requerer um aporte de mão-de-obra

inexistente nessa região e, além disso, por ter criado em torno de si um demanda econômica indireta; a segunda, por eliminar postos de trabalho na zona rural, causando êxodo. Dessa maneira, o Espírito Santo apresentou um aumento do percentual de população urbana que passou de 45% em 1970 para 52,9% em 1977 (ESPÍRITO SANTO, 1979).

Esse período é marcado pela inversão do fluxo migratório no Estado, explicado pela própria natureza do processo de industrialização capixaba que fixava pouca mão-de-obra. Nesse contexto, a população migrante do campo, desqualificada para o trabalho industrial, não via alternativa senão abandonar seu local de origem (Tabela 4).

Assim, as pessoas expulsas de suas regiões teriam como destino natural as regiões do próprio estado que estão se industrializando. Realmente esse fenômeno ocorre pois essas regiões são as únicas que estão crescendo em todo o estado, porém não a taxas tão altas que reflitam a absorção de toda a população vinda do interior (ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 23).

Tabela 4
População Residente em Domicílio Particular, Migrantes Segundo a Microrregião Metropolitana e Municípios em 1977 e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (1970/1977)

Microrregião / Municípios	Total	Migrantes	Migrantes em Cada Município	Migrantes no Total do Estado	Taxa Geométrica Total	Urbana	Rural
Metropolitana	473.750	273.043	57,63	40,54	3,2	3,1	4,0
Cariacica	123.165	73.082	59,34	10,85	2,8	3,8	0,4
Serra	31.956	18.191	56,92	2,70	9,6	8,3	10,7
Viana	16.338	9.531	58,34	1,41	6,4	4,7	6,7
Vila Velha	155.177	99.055	63,83	14,71	3,5	3,7	-9,1
Vitória	147.114	73.184	49,74	10,87	2,0	1,8	17,7

Fonte: Espírito Santo (1979, p. 59).

Dessa maneira, verificou-se um processo gradual de emigração/urbanização do Espírito Santo, inicialmente, do campo para centros regionais, como Castelo, Afonso Cláudio, Linhares e Santa Teresa; e destes para a Região Metropolitana, que passa a concentrar cerca de 41% do total de migrantes do Estado em 1977, contra 33% em 1970 e, por fim, partem de Vitória para outros Estados da Federação. Além disso, verificou-se, nesse período, a entrada

de 47.125 pessoas provenientes de outros Estados (Tabela 5). Esse fenômeno é responsável por uma taxa de rotatividade da população do Estado da ordem de 2/3 a cada ano, o que culmina em uma taxa de crescimento vegetativo negativa, de - 1,3% (ESPÍRITO SANTO, 1979).

Tabela 5
Pessoas não Naturais do Município em que Residem, Segundo
Lugar de Domicílio Anterior, Espírito Santo (1970/1977)

	1970		1977	
	ABS	%	ABS	%
TOTAL	517.247	100,00	673.445	100,00
Espírito Santo	324.976	62,83	412.68	61,21
Outras Unidades da Federação	190.186	36,77	237.311	35,24
Rondônia	22	0,00	106	0,02
Acre	32	0,01	96	0,01
Amazonas	84	0,02	292	0,04
Roraima	-	-	-	-
Pará	209	0,04	361	0,05
Amapá	23	0,00	140	0,02
Maranhão	131	0,03	368	0,05
Piauí	73	0,01	200	0,03
Ceará	915	0,18	1.234	0,18
Rio Grande do Norte	500	0,10	295	0,04
Paraíba	850	0,16	451	0,07
Pernambuco	1.302	0,25	1.373	0,20
Alagoas	1.162	0,22	822	0,12
Fernado de Noronha	57	0,01	10	0,00
Sergipe	1.631	0,32	1.076	0,16
Bahia	27.410	5,30	24.497	3,64
Minas Gerais	125.809	24,32	113.547	16,87
Rio de Janeiro	25.654	4,96	30.596	4,55
São Paulo	1.982	0,38	5.127	0,76
Paraná	1.157	0,22	2.266	0,34
Santa Catarina	163	0,03	330	0,05
Rio Grande do Sul	389	0,08	345	0,05
Mato Grosso	274	0,05	772	0,11
Goiás	188	0,04	579	0,09
Distrito Federal	169	0,03	604	0,09
Sem Declaração	-	-	51.828	7,70
País Estrangeiro	2.073	0,40	1.446	0,21
Sem Declaração	12	0,00	32.550	3,34

Fonte: Espírito Santo (1979, p. 60).

Como se vê, aliado ao fator da informalidade dos postos de trabalho e da incapacidade do setor secundário em reter a mão-de-obra migrante, ressaltados no item anterior, a alta taxa de rotatividade populacional do Espírito Santo resultou na inversão do movimento migratório no

Estado e na intensificação da urbanização de sua Região Metropolitana. O período dos Grandes Projetos Industriais caracterizou, portanto, um momento de grande crescimento econômico, sem o proporcional desenvolvimento social.

3.2.3 Modernização Econômica do Espírito Santo: crescimento e precarização das relações de trabalho

Os itens anteriores buscaram revelar como processos importantes, tais quais o migratório e o urbanístico, sofreram o impacto do rápido crescimento econômico industrial, aliado ao declínio da atividade agrícola, que vieram redefinir o mercado de trabalho capixaba. A modernização econômica do Estado viu, em período muito curto, um aporte de capital enorme, da ordem de 5,6 bilhões de dólares, divididos em Grandes Projetos Industriais e em Projetos de infra-estrutura. No entanto, essa magnitude de recursos não se traduziu na geração de empregos esperada (Tabela 6), principalmente nos pólos industriais de maior concentração tecnológica, como o siderúrgico.

Tabela 6
Investimentos e Número de Empregos Diretos dos Grandes Projetos

Discriminação	Investimento (US\$ Milhões)	Número de Empregos
1. Complexo siderúrgico	<u>4.260</u>	<u>9.850</u>
- Grande Vitória	4.070	9.400
- Anchieta (Praia de Ubu)	190	450
2. Complexo Naval (Grande Vitória)	90	4.000
3. Complexo Pára-Químico	<u>800</u>	<u>5.000</u>
- Aracruz	410	2.500
- Norte do Espírito Santo (Linhares, São Mateus, Conceição da Barra)	390	2.500
4. Complexo Portuário	<u>405</u>	<u>2.025</u>
- Grande Vitória	307	2.000
- Aracruz (Barra do Riacho)	48	7
- Anchieta (Praia de Ubu)	50	25
Total Geral	<u>5.555</u>	<u>20.875</u>
- Grande Vitória	4.467	15.400
- Outros Municípios	1.088	5.475

Fonte: Espírito Santo (1977, p. 20).

Outro fator relevante foi o não aproveitamento da mão-de-obra local, proveniente do êxodo rural interno, nesses projetos. Cabe destacar, segundo diagnóstico realizado para o “Projeto de Implantação do Sistema Nacional de Emprego no Estado do Espírito Santo – SINE/ES”:

Desta forma, a inexistência de alternativas no meio rural provocou uma maior concentração das atividades econômicas no seu principal pólo (Vitória), engrossando os contingentes marginalizados das cidades, agravando o problema de desemprego aberto e subocupação, e exercendo acentuada pressão na infra-estrutura existente, incapaz de acompanhar esta demanda em expansão contínua (ESPÍRITO SANTO, 1977, p. 12).

Esse processo de marginalização da população proveniente dos fluxos migratórios pode ser observado pela variação dos rendimentos mensais por estrato social. De fato, apenas 12,88% da PEA contavam com proventos superiores a cinco salários mínimos; enquanto 60,53% não apresentavam nenhuma renda ou renda inferior a dois salários mínimos; e apenas 21,41% da PEA apresentavam assalariamento mediano de dois a cinco salários mínimos (Tabela 7). Isso demonstra um alto grau de precarização das relações de trabalho, consubstanciada no baixo nível de rendimentos e em um alto índice de informalidade, principalmente no setor terciário, conforme demonstrado anteriormente.

Tabela 7
População Economicamente Ativa Segundo Grupos de Rendimento Mensal, Espírito Santo - Brasil (1977)

	1977			
	Espírito Santo		Brasil	
	ABS	%	ABS	%
Total	536.261	100,00	40.236.743	100,00
Até 1/2 SM	46.595	8,69	4.640.029	11,53
Mais de 1/2 a 1 SM	86.917	16,21	9.045.251	22,48
Mais de 1 a 2 SM	147.976	27,59	10.262.740	25,51
Mais de 2 a 5 SM	114.789	21,41	7.055.768	17,54
Mais de 5 SM	69.087	12,88	3.908.830	9,71
Sem Renda	43.105	8,04	5.228.317	12,99
Sem Declaração	27.792	5,18	95.808	0,24

Fonte: Espírito Santo (1979, p. 51).

Em adição, há que se atentar para a Tabela 8 que ressalta os indicadores do subemprego no Estado em 1972. Já nesse ano, dados do mercado de trabalho demonstram que 0,74% da força

de trabalho estava ocupada em menos de 15 horas semanais, enquanto 17,86% trabalhavam menos de 39 horas semanais. Associado a isso, tem-se que 27,4% dessa massa trabalhadores apresentaram rendimento igual ou inferior a apenas um salário mínimo mensal. “Esse dado retrata a precariedade das condições de vida de grande parte da população espírito-santense, na medida em que é um indicador da pobreza vigente” (ESPÍRITO SANTO, 1977, p. 35).

Tabela 8
Indicadores de Subemprego no Espírito Santo - 1972

Pessoal ocupado, trabalhando menos de 15 horas semanais	Pessoal ocupado, trabalhando menos de 39 horas semanais	Pessoal ocupado, com renda individual igual ou inferior a um salário mínimo mensal
0,74%	17,86%	27,4%

Fonte: Espírito Santo (1977, p. 54).

Essa situação de semicaios é agravada pelo fato de que 54% dos migrantes que trabalham foram alocados no setor terciário contra apenas 14% na indústria. Acrescente-se a isso que esses migrantes que constituem o setor informal representam 56,7% da força de trabalho informal desse setor (Tabela 3). Ou seja, a grande parte dos trabalhadores provenientes do campo e de outros Estados não encontrou condições adequadas de subsistência na Região Metropolitana do Espírito Santo. Cabe ressaltar, de acordo com o Relatório da Secretaria de Estado do Planejamento, que:

As limitações da estrutura produtiva em gerar empregos nos setores formais foram contrabalançadas pelo aumento exagerado do setor informal. Isto tem sido a tônica em todas as experiências de crescimento econômico na América Latina. O moderno convive com o tradicional (informal). A marginalidade e o pauperismo são inerentes aos modelos de desenvolvimento dependente capitalistas. Riqueza e pobreza não se excluem, convivem (ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 21).

A conjunção desses fatores explica, em grande medida, o aumento da precarização das relações de trabalho no bojo da intensificação do movimento migratório e do trabalho assalariado. Dessa forma, o modelo de acumulação capitalista decorrente da industrialização local não foi capaz de atender às necessidades sociais dos trabalhadores localizados no Espírito Santo, gerando uma massa excluída, incluída precariamente e marginalizada.

CAPÍTULO 4 - CENÁRIO DA EVOLUÇÃO E DINÂMICA DAS SIDERURGIAS MUNDIAL E BRASILEIRA

A siderurgia é a base do desenvolvimento e só o Estado tem capital para trabalhar o aço.

Getúlio Vargas

4.1 PANORAMA DA SIDERURGIA MUNDIAL

O surgimento da siderurgia mundial remonta ao século XIX e se confunde com o período da segunda Revolução Industrial. Tendo a Inglaterra como principal expoente do florescimento desse ramo produtivo, a produção de aço e de outros derivados da siderurgia foi preponderante para o desenvolvimento e diversificação dos demais setores produtivos, desde a construção civil até a indústria de bens de consumo. Esse segmento produtivo, portanto, apresenta um caráter estratégico no desenvolvimento da produção de bens de capital das economias capitalistas e representa uma área de intensa intervenção estatal, com grandes reflexos para o mercado de trabalho em níveis nacional e mundial.

Apesar da relevância da indústria siderúrgica no desenvolvimento de parques industriais diversificados, haja vista o imenso arco de subprodutos por ela produzidos e que atende a diversas outras atividades produtivas, o investimento nesse setor se mostrou, ao longo da história, de alto risco. Esse fator foi preponderante para colocar o Estado como o principal motor dos investimentos na siderurgia. De fato, segundo Morandi (1997, p. 25-26):

[...] o desenvolvimento da indústria siderúrgica foi muito suscetível às variações cíclicas da economia, pois, sendo insumo básico de setores como a indústria de transformação e da construção civil, o consumo de aço depende do comportamento do investimento e do desempenho dos demais setores da atividade econômica.

A intensa participação do Estado no desenvolvimento da indústria siderúrgica em nível mundial, como investidor e/ou financiador do processo de implementação dos parques

industriais, principalmente nas fases iniciais que representam o maior risco, se deu, em muitos casos, em conjunto com o capital privado nacional e estrangeiro, na forma de *joint ventures*,⁸ com destaque para as economias em desenvolvimento, como o Brasil.

A substituição do ferro pelo aço, como produto essencial das diversas linhas de produção somente começa a ocorrer efetivamente no século XX. Os 50 primeiros anos de grande expansão da indústria siderúrgica encontraram, contudo, diversos percalços – duas Guerras Mundiais, permeadas por uma grande crise econômica do capitalismo e uma Revolução Comunista que transformou o modo de produção dominante em grande parte do mundo – que balizaram um ritmo irregular de crescimento dos parques industriais nacionais. Nesse sentido, a Segunda Guerra Mundial pode ser considerada um marco a partir do qual se vê a consolidação da siderurgia e sua maior expansão em nível mundial.

O comportamento da siderurgia mundial apresenta grandes oscilações entre as décadas do pós-1945, embora haja períodos de certa regularidade em seu desenvolvimento. Entre os anos 1950 e 1970, verifica-se um intenso aumento da demanda – proveniente principalmente das economias desenvolvidas e em reconstrução – das inovações tecnológicas, consubstanciadas no aumento das escalas produtivas e de melhoria na eficiência produtiva dos insumos básicos. Morandi (1997) considera esse período o início de uma fase caracterizada pelo incremento das taxas de crescimento acompanhadas pelo aumento da quantidade produzida – que passou de 189,9 Mt em 1950 para 703,5 Mt em 1974 (Tabela 9). Nessas duas décadas, verifica-se a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) como produtor de bens siderúrgicos, representando uma média de 33,9% da produção mundial de aço bruto (Tabela 10).

⁸ *Joint ventures* são as associações de capitais estatais ou estatal-privado, nacionais e estrangeiros para a formação de capital para investimentos produtivos, principalmente nas indústrias de base e de transformação, por exemplo, a indústria siderúrgica, automobilística, de extração mineral, dentre outras.

Tabela 9
Distribuição Geográfica da Produção de Aço Bruto (em Mt),
Regiões e Países Seleccionados (1950-1993) (10⁶ t)

Grupo de Países	1950	1960	1966	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Japão	4,8	22,1	47,7	93,3	88,6	96,9	119,3	117,1	102,3	107,4
Estados Unidos	90,9	91,9	121,6	119,1	109,3	120,9	136,8	132,2	105,8	116,1
CEE ¹	52,1	97,6	113,3	144,0	135,9	148,1	160,3	166,5	136,1	144,3
Subtotal	147,8	211,6	282,6	356,4	333,8	365,9	416,4	415,8	344,2	367,8
Brasil	-	-	3,7	5,3	6,0	6,5	7,2	7,5	8,4	9,3
Coréia do Sul	-	-	1,3	2,1	2,4	2,5	2,9	3,2	3,5	3,5
Taiwan	-	-	0,3	-	0,5	0,5	0,5	0,9	0,7	1,1
Países em Desenvolvimento²	4,0	-	17,1	21,9	22,8	25,7	26,8	28,9	30,8	31,9
União Soviética	27,3	65,3	96,9	115,8	120,6	125,6	131,5	136,2	141,3	144,8
China	-	13,4	12,0	18,0	21,0	23,0	26,0	26,0	23,9	20,5
Total Mundial	189,8	347,1	469,3	595,3	582,3	630,5	696,4	703,5	643,5	675,1

Grupo de Países	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Japão	102,4	102,1	111,7	111,4	101,7	99,5	97,2	105,6	105,3	98,3
Estados Unidos	113,7	124,3	123,7	101,5	109,6	67,7	76,8	83,9	80,1	74,0
CEE ¹	136,6	143,1	151,6	139,8	137,8	123,0	121,0	132,1	133,3	117,9
Subtotal	352,7	369,5	387,0	352,7	349,1	290,2	295,0	321,6	318,7	290,2
Brasil	11,3	12,2	13,9	15,3	13,2	13,0	14,7	18,4	20,5	21,2
Coréia do Sul	4,3	5,0	7,6	8,6	10,8	11,8	11,9	13,0	13,5	14,6
Taiwan	1,7	3,4	3,2	3,4	3,2	4,2	5,0	4,9	5,2	5,5
Países em Desenvolvimento²	38,4	43,3	49,0	51,2	52,5	55,3	58,0	64,2	69,4	73,3
União Soviética	146,7	151,4	149,1	147,9	148,5	147,2	152,5	154,2	154,7	160,5
China	23,7	31,8	34,5	37,1	36,6	37,2	40,0	43,5	46,8	52,2
Total Mundial	675,3	716,5	746,7	716,2	707,0	645,0	663,5	710,1	718,9	713,5

Grupo de Países	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Japão	98,5	105,7	107,9	110,4	109,6	98,1	99,6
Estados Unidos	80,9	90,7	88,8	89,7	79,7	84,3	87,0
CEE ¹	124,1	135,1	137,5	134,1	135,0	129,8	129,7
Subtotal	303,5	331,5	334,2	334,2	324,3	312,2	316,3
Brasil	22,2	24,7	25,1	20,6	22,6	23,9	25,2
Coréia do Sul	16,8	19,1	21,9	23,1	26,0	28,1	33,0
Taiwan	5,8	8,3	9,0	9,7	11,0	10,7	12,0
Países em Desenvolvimento²	79,9	89,4	93,3	91,2	100,0	106,6	115,1
União Soviética	161,9	163,0	160,1	154,4	132,8	-	-
China	56,3	59,4	61,6	66,3	71,0	80,9	89,5
Total Mundial	736,5	780,1	786,0	770,0	735,8	722,7	725,3

Fonte: International Iron and Steel Institute (apud MORANDI, 1997, p. 52).

Nota: (1) Compreende: Alemanha Ocidental, Reino Unido, França, Itália, Bélgica, Espanha, Luxemburgo e Países Baixos.

(2) Compreende: Brasil, México, Venezuela, Argentina, Índia, Turquia, Coréia do Sul, Coréia do Norte e Formosa.

Tabela 10
Participação Percentual na Produção Mundial de Aço Bruto,
Regiões e Países Selecionados (1950/1993) (%)

Países/Regiões	1950	1960	1966	1970	1975	1980	1985	1990	1993
Japão	2,5	6,4	10,2	15,7	15,9	15,6	14,6	14,3	13,7
Estados Unidos	47,9	26,5	25,9	20,0	16,4	14,2	11,1	11,6	12,0
CEE	27,4	28,1	24,1	24,2	21,1	19,5	18,6	17,4	17,9
Subtotal	77,8	61,0	60,2	59,9	53,4	49,3	44,3	43,3	43,6
Brasil	-	-	0,8	0,9	1,3	2,1	2,9	2,7	3,5
Coréia do Sul	-	-	0,3	0,4	0,5	1,2	1,9	3,0	4,5
Taiwan	-	-	0,1	-	0,1	0,5	0,7	1,3	1,7
Países em Desenvolvimento	2,1	-	3,6	3,8	4,8	7,1	9,7	11,8	15,9
União Soviética	14,4	18,8	20,6	19,5	22,0	20,7	21,5	20,1	-
China	-	3,9	2,6	3,0	3,7	5,1	6,5	8,6	12,3

Fonte: Morandi (1997, p. 53).

A década de 70, por sua vez, caracteriza-se, no panorama da indústria mundial do aço, como o momento de ruptura do ciclo de expansão dessa atividade produtiva. Verifica-se que 1974 representa o ano marco final do período de grande crescimento dessa indústria, uma vez que as crises energéticas do petróleo – 1973 e 1979 – e a retração da demanda provocaram um arrefecimento desse processo. Inicia-se, nesse ínterim, o processo de desconcentração geográfica da produção internacional do aço, com o surgimento de novos países produtores, notadamente provenientes da reconstrução do pós-guerra e, em menor escala, de alguns países em desenvolvimento, representando um período de transição da hegemonia dos EUA como os maiores produtores mundiais de aço.

A crise energética do fim dos anos de 1970, em função de sua intensidade, provocou uma retração produtiva (Tabela 9), entre os anos de 1979-1984, que obrigou o segmento da siderurgia a promover uma forte reestruturação produtiva, que foi o vetor característico da indústria nos anos de 1980. Esse processo iniciou-se no Japão, consubstanciando-se na flexibilização da estrutura produtiva conforme abordado no Capítulo 2 deste estudo. Nas palavras de Morandi (1997, p. 30):

As tendências gerais das novas bases de expansão do capitalismo estão impondo profundos desafios tecnológicos ao setor, no sentido de compactar as etapas produtivas e tornar a indústria mais flexível, para atender uma demanda caracterizada por pequenos lotes de produtos diferenciados, com exigências cada vez

maiores pela qualidade.

Nesse sentido, verifica-se, a partir do segundo choque do petróleo – 1979 – a desativação de parte da capacidade de produção de indústrias de grande porte, notadamente das usinas integradas norte-americanas, e a emergência das chamadas “miniusinas”, principalmente no Japão, cujo foco se constitui na economia de energia e na utilização de sucata⁹ como matéria-prima, acompanhada da redução de minério de ferro no processo produtivo (Figura 5).

Associado aos crescentes custos de energia, destaca-se, no escopo da crise da siderurgia, uma elevada capacidade de produção ociosa que se agrava com os choques do petróleo. A inatividade da capacidade instalada acaba provocando o fechamento de linhas de produção e até mesmo de usinas inteiras, onde a política de reestruturação citada não foi capaz de reorganizar o setor, revertendo a situação. Isso causou um grande impacto social retratado pela diminuição da utilização da mão-de-obra empregada, ainda que tenha ocorrido um aumento da produtividade, proveniente do aprimoramento tecnológico, segundo Oliveira (2000, p. 4):

Em 1973, a produção conjunta de 22 grandes países produtores de aço, responsáveis pela fabricação de 69% da produção mundial de aço, foi de 481 milhões de toneladas, requerendo a utilização de 2,61 milhões de trabalhadores, e resultando em uma produtividade física média de 184 toneladas/homens/ano. Em 1993, estes mesmos países produziram 422 milhões de toneladas (apresentando uma queda de 12,3%), mas empregaram somente 1,42 milhões de trabalhadores (uma redução, portanto, de 46,0%), o que propiciou uma elevação da produtividade física para 297 toneladas/homem/ano.

Pode-se aferir daí o impacto de processos, como o de automação e de acumulação flexível e até de terceirização, experimentado por diversos setores da economia mundial nesse período e que, certamente, influenciou essa reestruturação da planta siderúrgica mundial, causando esse

⁹ A sucata é um tipo de matéria-prima proveniente de resíduos, subprodutos e reciclagem do aço. Existe nos seguintes tipos: “Sucata de Retorno: originada na usina produtora de aço, durante a fabricação de seus produtos. Sucata de Processamento: proveniente das sobras e aparas geradas pelos segmentos consumidores de aço (indústria automobilística, embalagens, naval, construção civil e outros). Sucata de Obsolescência: proveniente da coleta de produtos no fim de sua vida útil (automóveis, embalagens, máquinas, eletrodomésticos e outros” (INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA, 2007, p. 30).

imenso déficit social.

Durante a década de 1980, nesse contexto, verifica-se a consolidação do Japão como o maior produtor mundial de aço. Saindo de uma produção inexpressiva em 1950 – de 4,8 Mt – esse país apresentou vertiginoso crescimento na participação no mercado de aço até os anos de 1970 – 93,3 Mt – quando passa a disputar com os EUA a posição de líder na produção mundial (Tabela 9). O desenvolvimento de novas técnicas produtivas, conforme exposto acima, foi um dos principais fatores – aliado a menores custos de transporte, de matérias-primas e a uma maior dinâmica no consumo interno – que consolida sua posição hegemônica ao longo dos anos 1980 e 1990.

Dessa forma, cabe registrar as seguintes palavras de Morandi (1997, p. 63):

Os Estados Unidos apresentaram uma tendência declinante tanto na produção quanto nas exportações mundiais, enquanto o Japão teve um crescimento derivado da forte expansão do seu mercado interno que praticamente dobra nesse período, conjugada a uma política de proteção da indústria local contra as importações e de um agressivo aumento das exportações.

Isso demonstra o papel relevante das políticas intervencionistas estatais na condução do processo de expansão de áreas estratégicas na economia, em setores inicialmente pouco competitivos e de risco. Com isso, quer se afirmar que o Estado representa um dos atores mais importantes na dinamização do setor siderúrgico em nível mundial.

Além disso, um outro fator que merece destaque, na dinâmica do mercado internacional de aço, é o acelerado crescimento dos países em desenvolvimento na instalação de parques siderúrgicos e na produção de aço, como se verificou, principalmente, na América Latina e na Ásia, após 1970, tendo como maiores expoentes Brasil, Coréia do Sul e Taiwan, constatando um incremento da ordem de 93,2 Mt na produção de bloco de países entre 1970-1993, quando se tornou responsável por 15,9% da produção mundial superior à produção japonesa nesse mesmo ano, o que equivalia a 13,7% do total (Tabela 10).

Do exposto, identifica-se uma preponderância da atuação histórica do Estado no impulsionamento da indústria siderúrgica internacionalmente. Vê-se, ainda, como se deu a distribuição espacial da produção de aço e seus derivados no mundo, com especial destaque para o declínio da produção nos Estados Unidos e a ascensão do papel da indústria japonesa, principalmente no que diz respeito à adoção de novas tecnologias, além do expressivo crescimento dos parques industriais nos países em desenvolvimento. Diante desse cenário, passa-se a apresentação da siderurgia brasileira.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA SIDERURGIA BRASILEIRA

A siderurgia tem um papel histórico no desenvolvimento econômico do Brasil, uma vez que a implantação de parques siderúrgicos se insere em estratégias governamentais de crescimento e modernização do País. Até o período das privatizações, o Brasil contava com 36 plantas industriais, cuja capacidade de produção era de 28,7 milhões de toneladas de aço bruto por ano (MESQUITA; NAIDIM, 1992), finalizando um período de intensa intervenção do Estado no setor que vai de 1930 a 1990. Destaca-se, assim, a importância da atuação estatal no impulso de uma atividade que se mostrou relevante historicamente para o mercado nacional e, posteriormente, sua retirada em um momento em que a situação internacional direcionou caminhos econômicos nos quais a atuação do Estado deveria ser mais restrita, como apresentado no Capítulo 2 desta tese, quando se abordou o Processo de Globalização.

A produção de aço do Brasil remonta à década de 1920, quando se instala, no Estado de Minas Gerais, a planta industrial da Companhia Belgo-Mineira (DE PAULA, 2002). Num período em que o País passa por uma intensa demanda por produtos siderúrgicos, decorrente do incremento no desenvolvimento da indústria nacional, pela estratégia de Substituição de

importações adotada pelo Governo Federal, essa empresa veio suprir, ainda que insuficientemente, o crescente mercado de aço brasileiro. Dando continuidade à forte intervenção do Estado no sistema econômico brasileiro, o Governo Vargas aceita a proposta norte-americana de apoio técnico e financeiro para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a partir de 1943, instalando, em 1946, uma capacidade produtiva de 270 mil t/ano de aço bruto (MORANDI, 1997). Cabe destacar que até esse ano, a Belgo-Mineira respondia por 70% da produção siderúrgica brasileira que evoluiu sua produção de 4,5 mil toneladas em 1924 para 342 mil toneladas em 1946 (DE PAULA, 2002).

Nesse mesmo período, destaca-se o investimento da iniciativa privada nacional na criação da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), no Estado do Espírito Santo, conforme se ressaltou no capítulo anterior. A política nacionalista de expansão do parque siderúrgico prossegue com a implantação da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas), como empresas privadas, durante as décadas de 1950 e 1960, aquela construída a partir de investimento do BNDE, da CSN e do governo do Estado de São Paulo e esta, a partir da associação do capital japonês da Nippon Steel e de recursos majoritários do BNDE, CVRD, CSN e do Governo do Estado de Minas Gerais, apresentando uma produção anual de 600 mil toneladas e 500 mil toneladas, respectivamente.

Fato relevante, com relação ao fôlego inicial do setor privado na siderurgia brasileira, é que a constituição desses empreendimentos, que começavam como empresas privadas com participação acionária de governos estaduais, mas que, devido à insuficiência financeira e ao alto grau de investimento demandado por esse tipo de parque industrial, obrigava esse setor a transferir a responsabilidade pelas usinas para o Governo Federal ou para o BNDE. O caso emblemático dessas usinas (Cofavi, Cosipa, Usiminas) revela a função preponderante do Poder Público federal nesses setores, visto que, segundo De Paula (2002), esse processo de estatização se deu de forma marcante no mercado nacional de aço. Assim, em um cenário de

estagnação econômica pelo qual passou o País na primeira metade da década de 1960, a siderurgia nacional apresentou resultados pouco satisfatórios. A isso se seguiu, segundo De Paula (2002), a estatização do maior grupo siderúrgico privado nacional, o Grupo Jafet, detentor de seis usinas no Estado de São Paulo e que abriu concordata em 1965, sendo absorvido pelo Governo Federal em 1967.

A reação oficial a esse período de retração foi, além da política de estatizações, a criação de um Plano Nacional Siderúrgico (PNS) que preconizava impulsionar a produtividade da planta brasileira a partir das seguintes iniciativas: criação de uma Comissão Interministerial para estabelecer política de desenvolvimento para o aço; criação de uma *holding*¹⁰ (Brassinder, mas que depois passaria a chamar-se Siderbrás) para o setor; uma comissão de desenvolvimento para o setor privado e, por fim, um Fundo Nacional de Siderurgia (Funasi). Dessas iniciativas, segundo De Paula (2002), somente o Conselho Interministerial, denominado Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia (Cosinder), de 1968, e a Siderbrás, criada em 1974, se efetivaram. Isso denota, em termos, a pouca importância relegada à iniciativa privada, após o período de estatizações.

A reversão do quadro de estagnação característico dos anos de 1960 se deu mediante o acirramento da participação estatal na siderurgia, reforçando o papel da Siderbrás a partir de novos investimentos, com o incremento da demanda interna e de uma maior presença no mercado internacional de aço. De fato, a própria produção nacional ampliou-se proporcionalmente ao mercado internacional, chegando, em 1972, a atingir cerca de 1% da produção mundial, o que colocou o Brasil como 17º maior produtor siderúrgico (Tabela 9).

¹⁰ Denomina-se *holding* a empresa criada para controlar um grupo de empresas, também chamado grupo econômico. Dentre os objetivos da Siderbrás, destaca-se: “[...] promover e gerir os interesses da União em empreendimentos dos recursos financeiros para as suas atividades afins; programar as necessidades dos recursos financeiros para as suas subsidiárias; promover a execução de atividades relacionadas com a indústria siderúrgica no Brasil e no exterior; coordenar e supervisionar as políticas industrial e comercial das suas subsidiárias” (MACIEL, apud MORANDI, 1997, p. 92).

Cabe destacar que a produção conjunta das principais empresas siderúrgicas estatais (CSN, Usiminas e Cosipa) foi da ordem de 52,8% da produção nacional de aço bruto (DE PAULA, 2002).

O aporte de investimentos no parque siderúrgico brasileiro que contribuiu para a dinamização do setor, conforme demonstrado, deu-se a partir da implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento do qual 77% do investimento industrial foram destinados à siderurgia no período de 1974-1980. Maior expoente dessa política foi a execução do segundo Plano Siderúrgico Nacional (PSN-2) que culminou na criação da Açominas e da CST e na ampliação das três maiores plantas do setor (CSN, Usiminas e Cosipa), como se pode ver a partir da Tabela 11. Os dois novos empreendimentos fizeram parte de uma nova estratégia governamental de expandir a produção nacional de siderúrgicos semi-acabados, com vistas a atender à demanda do mercado externo, já que esse tipo de produto, de menor valor agregado, já era produzido em escala de subsistência pela planta nacional instalada (MORANDI, 1997).

Tabela 11
Estágios de Ampliação da Capacidade Instalada das Estatais Brasileiras (1968-1989)

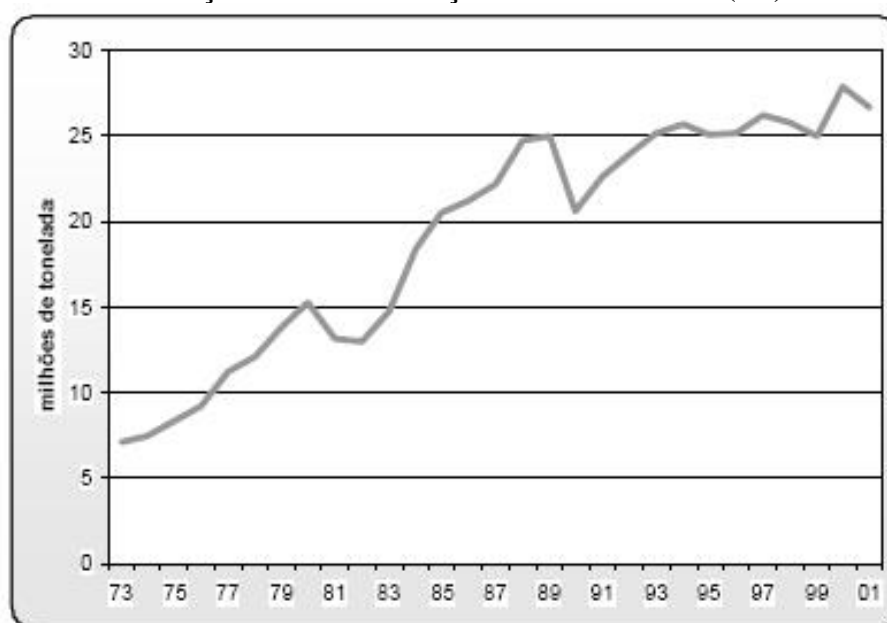
	Capacidade (mil toneladas)	Início	Término		Custo (US\$ milhões)
			Previsto	Efetivo	
CSN – I Estágio	300	1968	1973	1977	96
CSN – II Estágio	800	1972	1976	1978	838
CSN – III Estágio	2100	1975	1981	1983	2400
Usiminas – I Estágio	800	1969	1974	1974	294
Usiminas – II Estágio	1000	1971	1975	1976	648
Usiminas – III Estágio	1100	1974	1978	1982	1490
Cosipa – I Estágio	550	1967	1973	1976	250
Cosipa – II Estágio	1200	1970	1973	1978	1059
Cosipa – III Estágio	1100	1973	1979	1989	3190
CST	3300	1978	1982	1983	2920
Açominas	2000	1976	1981	1986	6320

Fonte: De Paula (2002, p. 77).

Os anos de 1980 apresentam um cenário *sui generis* quando se trata da siderurgia nacional. Pautados pela crise da dívida externa nacional e por um ciclo recessivo da economia brasileira, esses anos viram um substancial incremento da capacidade instalada e da produção

da siderurgia nacional, como se pode ver no Gráfico 1. Isso ocorreu devido a uma superestimação da capacidade de absorção dos mercados interno e externo quando da implementação dos planos de investimento na indústria siderúrgica nacional nos anos de 1970.

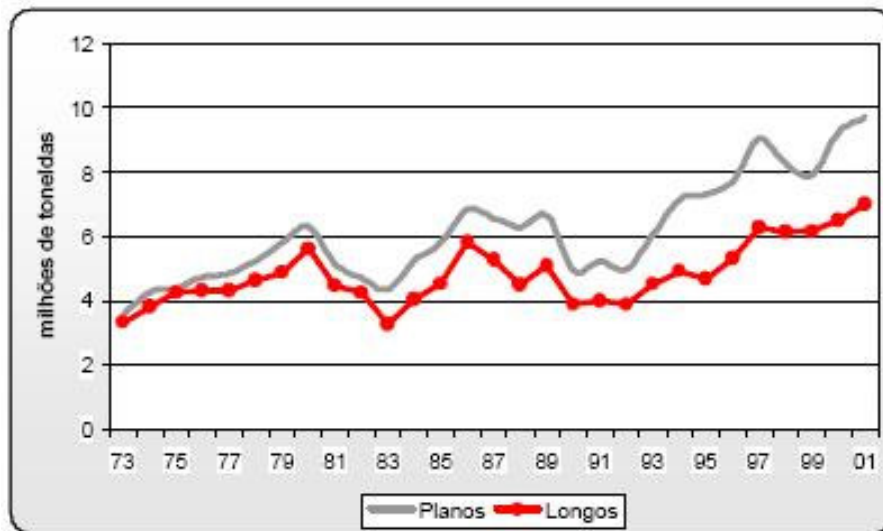
Gráfico 1
Produção Brasileira de Aço Bruto – 1973-2001 (Mt)



Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia (apud DE PAULA, 2002, p. 76).

Dessa maneira, o aumento das demandas interna e externa que se esperava com as projeções do PSN-2, visto que, durante a década de 1970, se verificou um aumento expressivo do consumo de aço (Gráfico 2), não se confirmou, causando a diminuição do uso da capacidade produtiva instalada na ordem de 18% entre os anos de 1980 e 1982 (MORANDI, 1997) e um excedente produtivo.

Gráfico 2
Consumo Aparente Brasileiro de Produtos Siderúrgicos por Tipo (1973-2001) (Mt)



Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia (apud DE PAULA, 2002, p. 79).

Cabe destacar que:

Logo no início da década [1980], a economia enfrentou uma crise sem precedentes, atingindo, sobretudo, a indústria siderúrgica que se deparou com uma forte redução no consumo dos principais setores demandantes de aço. O ano de 1980 representou o auge do crescimento da siderurgia que se verificou durante toda a década anterior. A produção de 15,3Mt ocupou 98% da capacidade instalada no setor com um consumo interno de 11,7Mt. (MORANDI, 1997, p. 105).

Como se pode verificar, a partir da análise conjunta dos Gráficos 1 e 2, o período de 1980 a 1983 representa um forte ciclo recessivo para a siderurgia nacional. Em 1983, contudo, reinicia-se um aumento tanto da produção quanto do consumo de produtos siderúrgicos, fortemente impulsionado pela entrada em operação da CST e da Açominas, respectivamente, em 1983 e 1986. Cabe ressaltar que o crescimento da produção se deve, em parte, ao mercado externo, já que da comparação entre esses gráficos se denota um crescimento do consumo interno proporcionalmente menor que a produção no período de 1983 a 1987.

Em 1987, vê-se um novo acirramento da crise econômica, com nova queda da produção e do consumo de produtos siderúrgicos. Esse fato causa grande desestabilidade no mercado e nas finanças públicas, uma vez que o Estado se via também incapaz de manter seu patrimônio, arcando com os recorrentes déficits da indústria siderúrgica no período. Isso deu força ao

surgimento de uma política de desestatização do setor, conforme ressaltam Mesquita e Naidim (1992, p. 34):

As justificativas para a privatização são várias: a necessidade de se redirecionar os recursos do Estado para investimentos em infra-estrutura social; o esgotamento de sua capacidade financeira de sustentar os investimentos necessários para atualização tecnológica das empresas; a presença de ineficiências [...].

Os anos de 1990, assim, vão marcar a retirada do Estado do setor siderúrgico nacional, constatando-se, a partir disso, sua rápida internacionalização e apropriação por grandes conglomerados transnacionais, em uma ótica globalizadora, impulsionada por uma política neoliberal com marcante atuação do setor privado. Importa ressaltar que o processo de privatização exigiu do Estado um dispendioso ciclo de saneamento financeiro das empresas como forma de prepará-las para a desestatização.

O agravamento da crise do Estado levou o governo a lançar, em 1990, o Programa Nacional de Desestatização, cujo propósito consistia em promover o saneamento financeiro do Estado, preconizando um forte ajuste fiscal, redução da dívida pública, retomada do nível de investimento, modernização do parque industrial e o revigoramento do mercado de capitais. Nesse contexto, segundo Morandi (1997), o processo de privatização teve início a partir da venda da Usiminas (em outubro de 1991), acompanhada da CST (em julho de 1992), da CSN (em abril de 1993), da Cosipa (em agosto de 1993) e da Açominas (em setembro de 1993).

Dessa maneira, vê-se como foi estruturada a política nacional para a indústria siderúrgica, inicialmente baseada em uma forte intervenção estatal, incluindo a estatização de empresas, assim como se constata toda uma trajetória da política governamental que se viu enfraquecida pelas recorrentes crises econômico-financeiras, que acabaram por levar à retirada do Estado desse segmento industrial. No próximo capítulo, trata-se do processo de privatização da CST, objeto investigatório deste trabalho, com vistas a permitir uma melhor análise sobre a precarização das relações de trabalho e do movimento migratório relacionado *in casu*.

4.3 SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO SIDERÚRGICO

4.3.1 Panorama Comparado das Políticas Públicas Para o Setor da Siderurgia nos Países Centrais e no Brasil

A siderurgia constitui um campo da indústria caracterizado pela intensidade em capital e menos participação relativa do trabalho, comparativamente com outros setores da economia. A dimensão dos investimentos em parques siderúrgicos, contudo, é responsável pela atração de grandes contingentes de mão-de-obra, em função da magnitude e extensão dos parques industriais desse setor. Faz-se relevante, portanto, entender como se dá essa especial relação entre capital e trabalho, analisando suas especificidades com relação a questões como: políticas públicas, precarização, automação, terceirização e migração.

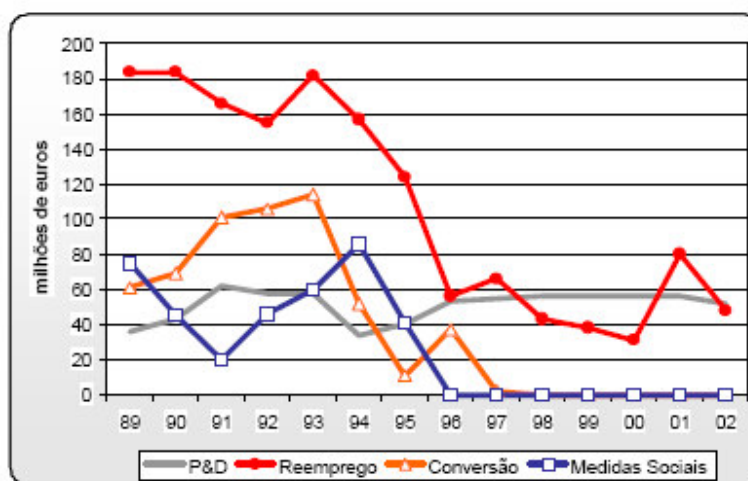
A experiência internacional demonstra que a questão do emprego na siderurgia demanda uma intensa intervenção dos organismos estatais reguladores e financiados capazes de definir o perfil do mercado de trabalho nesse setor. Em uma perspectiva comparada, pode-se perceber, atualmente, como se formatam as políticas sociais e de emprego na siderurgia na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Pode-se perceber que, apesar da difusão internacional de uma cartilha neoliberal, países centrais apresentam direcionamentos e incentivos específicos para o setor da siderurgia, enquanto países em desenvolvimento, como o Brasil, mantêm-se sem padrões regulatórios voltados para esse setor.

Como aponta De Paula (2002), a União Européia, a partir da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (Ceca), passou a definir um programa integrado de regulação do setor siderúrgico, no qual as relações de trabalho e a proteção do trabalhador ativo e inativo foram contempladas no Tratado de Paris de 1951 que deu origem a esse órgão. Alguns dos

instrumentos desse programa merecem destaque, tais como: auxílio aos desempregados em função da desativação integral ou parcial de plantas industriais; aposentadoria antecipada; reemprego; medidas sociais e políticas de conversão, caracterizadas pelo reaquecimento das economias regionais fragilizadas pela desativação de parques industriais siderúrgicos.

Como pode ser visualizado no Gráfico 3, as diretrizes europeias, no período de 1989-2002, envolveram investimentos relativamente equilibrados em pesquisa e desenvolvimento; uma intensa política de reemprego, mas em constante declínio até o ano 2000, quando apresenta uma retomada da ordem de aproximadamente 50 milhões de euros, observando-se nova queda nos anos seguintes; no que diz respeito às iniciativas de conversão, elas apresentam uma alta expressiva até o ano de 1993, acompanhada de um queda abrupta até 1995, com pequena recuperação em 1996 e o fim dos investimentos nessa área a partir de 1997; por fim, as medidas sociais preconizadas nessa política tiveram relativa oscilação entre 1989 e 1995, finalizando uma rota de queda em 1996, quando deixaram de existir.

Gráfico 3
Dispêndios Orçamentários da CECA (1989-2002) (milhões de euros)



Fonte: Eurofer Annual Reports (apud DE PAULA, 2002, p. 45).

Esses dados denotam que, no período de 1989 a 1996, deve ter ocorrido uma intensa reestruturação do setor, com a desativação de plantas obsoletas e poluentes, o que justifica as

políticas concomitantes de conversão e medidas sociais, bem como o intenso reemprego observado até meados de 1993. A partir de 1996, por seu turno, pode-se inferir que o fim das políticas de medidas sociais e conversão (que terminam definitivamente em 1997) podem ter se dado em função do término desse processo de desativação, acompanhado pela modernização do setor, o que explicaria a manutenção dos gastos com pesquisa e desenvolvimento e com o reemprego, que, inclusive, vê uma alta entre 2000 e 2002.

A política dos Estados Unidos na questão do trabalho no setor siderúrgico está calcada em dois principais programas sociais de longo prazo: o *Employment Retirement Income Security Act* (ERISA) e o *Trade Adjustment Assistance* (TAA), ambos de 1974. Segundo De Paula (2002), o ERISA constitui-se de um aparato regulatório para a proteção dos trabalhadores aposentados, trazendo-lhes garantia de recebimento do benefício previdenciário, em casos como a falência de fundos de pensão, ou assegurando a segurança financeira do cônjuge em casos especiais. O TAA, por sua vez, é um programa de auxílio a desempregados, ou a empregados que tiveram redução de horas trabalhadas e de salários em função do aumento de importações. Essa política ainda prevê treinamento, complementação ao seguro-desemprego e ajuda de custo para busca de novo emprego e realocização do trabalhador.

Cabe destacar que, nos anos de 1980, em função da crise na siderurgia norte-americana, houve uma renegociação dos contratos de trabalho, marcada pela diminuição salarial e por uma maior flexibilização na estruturação das atividades dos trabalhadores. Essa crise, conforme se apresentou no item 4.3.1, provocou iniciativas de reestruturação do setor naquele país, contudo, segundo De Paula (2002, p. 54), “[...] alguns instrumentos sociais e financeiros acabam dando uma sobrevida a siderúrgicas em situações críticas e, conseqüentemente, retardando o ritmo de redução da capacidade instalada”.

Pode-se dizer, com base no exposto, que há alguma similaridade entre essas políticas, no

sentido de promover a manutenção do emprego, o auxílio aos desempregados e, mesmo uma estrutura previdenciária concreta. Contudo, verifica-se uma discrepância no tratamento de plantas obsoletas, já que, na Europa, a partir dos dados de conversão econômica, vê-se uma estratégia de modernização dos parques industriais com o fechamento de fábricas antigas e criação de novas, enquanto, nos Estados Unidos, o que ocorre é uma sobrevida a indústrias ultrapassadas; em ambos, no entanto, verifica-se uma redução da capacidade instalada do setor em geral.

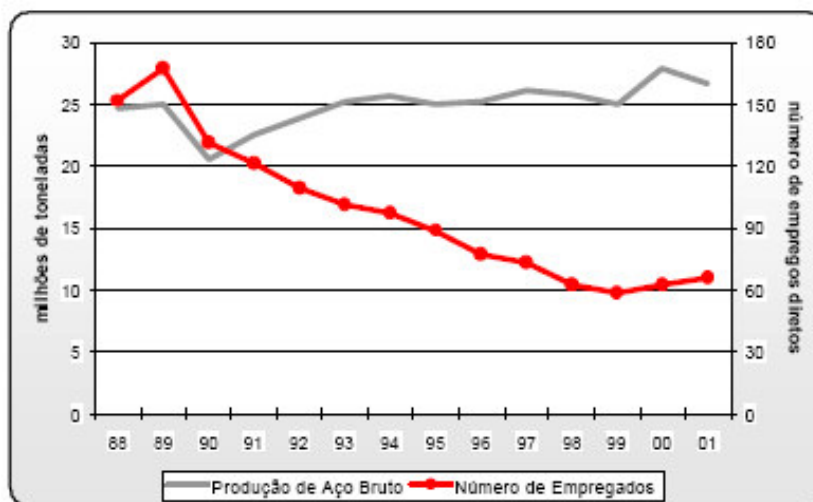
No que tange à experiência brasileira na formulação de uma política pública voltada para o setor siderúrgico, divide-se a atuação do Estado em duas fases distintas marcadas, segundo De Paula (2002), pela pré e pós-privatização. A primeira fase é baseada na criação de planos específicos de desenvolvimento do setor siderúrgico nacional, consubstanciada na criação do PSN-1 e do PSN-2, e na incorporação deste no Plano Nacional de Desenvolvimento, conforme apresentado. A segunda fase, ao contrário, caracteriza-se não só pela retirada do Estado do setor, mas também pela sua relativa ausência como agente regulador.

No que concerne às políticas de emprego e de segurança ao trabalhador, ao exemplo do que se observa nos EUA e na Europa, não se pode dizer que foram formuladas estratégias distintas para o setor siderúrgico. De fato, a incorporação da siderurgia no plano de desenvolvimento pressupõe sua integração em uma política maior de geração de empregos e dinamização da economia. Além disso, as políticas do Estado, como controlador das empresas siderúrgicas públicas, de saneamento do quadro de funcionários, como forma de prepará-las para a privatização (OLIVEIRA, 2000), não podem ser consideradas como políticas públicas, visto que sua amplitude não ultrapassa as plantas envolvidas no processo de desestatização.

O que se percebe, a partir da análise do Gráfico 4, é uma discrepância da relação entre emprego e produção nos períodos anterior e posterior ao processo de privatização. Isso pode

estar relacionado tanto com a ausência do Estado como elemento regulador, como também com outras políticas de aumento da produtividade, como o investimento em tecnologia e busca pelo aumento da eficiência, já que, segundo Oliveira (2000), observou-se, de forma generalizada no setor, mesmo entre os grupos privados, um padrão de queda na manutenção dos empregos, principalmente os da área administrativa.

Gráfico 4
Produção e Emprego na Siderurgia Brasileira (1988-2001)



Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia (apud DE PAULA, 2002, p. 124).

Ainda segundo a autora: “A eliminação de postos de trabalho no setor foi mais acentuada para os trabalhadores de funções administrativas, cujo efetivo foi reduzido em 71,29% entre 1989 e 1998. Neste mesmo período, os trabalhadores de produção tiveram uma menor redução, de 56,65%” (OLIVEIRA, 2000, p. 9-10).

Especificamente quanto ao saneamento dos quadros empregatícios das Empresas Estatais, destaca-se a criação da Comissão de Controle das Empresas Estatais, no âmbito do Programa de Gestão das Empresas Estatais de 1991, que visava ao incremento da competitividade dessas indústrias que, segundo Garcia (2004, p. 110):

[...] pelo menos no caso da siderurgia, os resultados supostamente pretendidos com a formação desta agência não foram atingidos pelas empresas a contento, a não ser no que se refere à gestão da mão-de-obra, em relação à qual tais políticas conservadoras

já começavam a exibir contundentemente a face da redução absoluta dos custos do trabalho como eixo estratégico para garantir o aumento dos ganhos de produtividade das empresas e, mais do que isso, torná-las vendáveis.

Outro fator que merece destaque é a ausência de menção na literatura pesquisada de políticas de reemprego e conversão econômica para atender ao contingente de trabalhadores desempregados e fomentar as áreas afetadas pela desativação de plantas industriais siderúrgicas. Cabe registrar, por fim, os reflexos de uma política da primeira metade da década de 1990 que afetaram a siderurgia nacional. Trata-se da reestruturação do trabalho portuário, pela Lei nº. 8360/93, que reduziu custos operacionais na produção e transporte de produtos siderúrgicos (DE PAULA, 2002), sem denotar, contudo, ganhos concretos para os trabalhadores portuários.

Isso demonstra uma clara diferença da atuação estatal nos países desenvolvidos e no Brasil, mesmo após a eminência das políticas de cunho neoliberal e da intensificação do Processo de Globalização. Apoiando-se na crítica dos Céticos da Globalização (Capítulo 2), pode-se dizer que isso revela, na prática, a profundidade da adoção das políticas liberalizantes e da retirada do Estado da economia, seja como investidor, seja como regulador, tornado-se um ator inexpressivo na condução dos processos de coesão social.

4.3.2 Relações de Trabalho na Siderurgia Brasileira: automação, terceirização e precarização

O mercado de trabalho no setor siderúrgico brasileiro apresenta características muito especiais em função do histórico *sui generis* da evolução dessa indústria. Há que se referenciar dois fatores marcantes em seu contexto recente: o fim do período de intervenção estatal e a intensificação do padrão tecnológico e produtivo que norteia as relações de trabalho nesse setor da economia. Para os objetivos deste estudo, optou-se por tratar da configuração desse

mercado no período de 1986-2000, retratando o perfil do emprego no momento imediatamente anterior ao processo de privatização das empresas siderúrgicas e os anos que o sucederam.

Um dos dados mais relevantes, ao se tratar do emprego no setor siderúrgico, consiste em retratar o padrão da relação entre capital e trabalho na composição dos parques industriais. De acordo com a Tabela 12, pode-se observar que, entre os principais setores produtivos nacionais, a siderurgia é o que menos disponibiliza novas vagas diretas no mercado de trabalho a cada R\$10 MI investido, caracterizando sua intensidade em capital.

Tabela 12
Empregos Diretos Gerados a Cada R\$10 Milhões Investidos (1998-2001)

SETOR	Agropecuária			Petróleo e Gás			Siderurgia			Automóveis, Caminhões e Ônibus		
Ano	1998	1999	2001	1998	1999	2001	1998	1999	2001	1998	1999	2001
Vagas	983	929	620	32	28	11	24	21	13	24	24	19

SETOR	Comércio			Serviços		
Ano	1998	1999	2001	1998	1999	2001
Vagas	621	648	495	385	390	342

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (apud SANTOS, 2006, p. 16).

Comparativamente ao setor agropecuário tradicional, que é intensivo em trabalho, houve, por exemplo, uma diferença de 959 postos de trabalho oferecidos. É importante ressaltar que isso, aliado às características de baixos custos de mão-de-obra e insumos, configura, por um lado, um padrão de produtividade que determina a alta competitividade da siderurgia brasileira e, por outro, uma enorme precarização das relações de trabalho, já que a rentabilidade proporcionada pela exploração dessa mão-de-obra não se traduz em benefício proporcional à categoria. Isso pode ser percebido a partir do que ocorre no setor de bobinas laminadas a frio, como pode ser constatado pela análise comparativa entre o Brasil e países desenvolvidos e em desenvolvimento, de acordo com a Tabela 13, bem como a partir do Gráfico 5.

Tabela 13
Custo de Produção de Bobinas Laminadas a Frio, Países Selecionados, em Abril de 2004

	EUA	Japão	Alemanha	Reino Unido	França	Canadá	Austrália	Coréia do Sul
Principais Matérias-primas	158	145	182	176	160	156	127	174
Carvão Mineral	32	42	36	38	37	32	24	40
Minério de Ferro	66	76	80	81	85	63	58	75
Sucata/DRI	60	27	66	56	38	61	45	59
Outras Matérias-Primas	149	148	151	159	144	152	138	132
Custos Salariais	124	121	137	112	125	105	117	49
Salário por Hora	39	42	47	37	44	31	33	17
Produtividade (1)	3,2	2,9	2,9	3,0	2,8	3,5	3,6	2,9
Custo Operacional Total	431	414	471	447	429	413	382	354
Despesas Financeiras	33	56	56	43	41	31	30	60
Depreciação	22	50	40	34	28	23	28	40
Juros	11	6	16	9	13	8	2	20
Custo Total	464	470	527	490	470	444	412	414

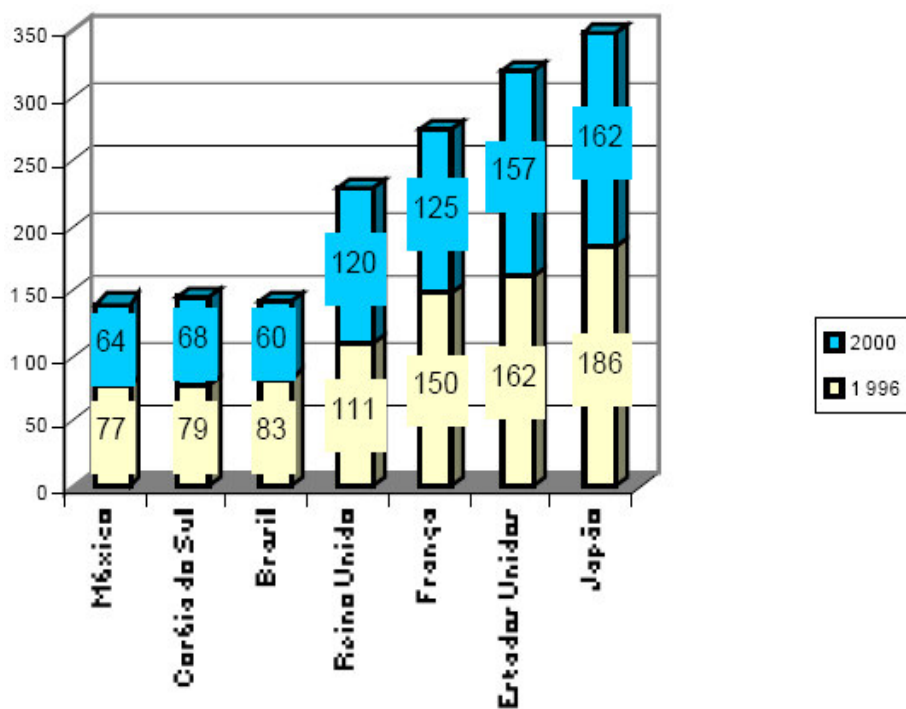
	Taiwan	Brasil	México	Rússia	China	Índia
Principais Matérias-primas	186	118	168	136	182	138
Carvão Mineral	36	43	41	31	42	37
Minério de Ferro	72	49	56	67	110	44
Sucata/DRI	78	25	71	37	30	58
Outras Matérias-Primas	142	123	140	129	148	156
Custos Salariais	66	60	70	22	23	54
Salário por Hora	19	14	13	3	2	3
Produtividade (1)	3,5	4,3	5,4	8,7	12,5	16,5
Custo Operacional Total	393	300	379	286	353	348
Despesas Financeiras	57	57	43	27	40	73
Depreciação	37	25	24	15	30	37
Juros	20	32	19	12	10	36
Custo Total	450	357	422	313	393	421

Fonte: World Steel Dynamics (apud OLIVEIRA, 2004, p. 96).

Nota 1: Em horas homem por tonelada.

Gráfico 5

Custo de Mão-de-Obra em Países Selecionados (US\$/ton)



Fonte: Booz-Allen&Hamilton e World Steel Dynamics (apud GARCIA, 2004, p. 227).

A evolução do emprego na siderurgia brasileira, durante o período de 1986 a 1999, retrata uma variação na utilização de mão-de-obra em números absolutos. Prova disso é que, em 1986, a indústria siderúrgica absorvia um contingente de 151.269 trabalhadores, passando a um ápice de 167.414 em 1989 e, a partir de então, apresenta uma contínua redução para 58.849 trabalhadores no ano de 1999, configurando o padrão mínimo de absorção do emprego no período pós-privatização, que suprimiu 108.565 postos de trabalho no setor (Tabela 14). Nas palavras de Oliveira (2000, p. 6) “Uma das dimensões mais significativas do processo de reestruturação da indústria siderúrgica brasileira foi a drástica redução do efetivo de pessoal, sem precedentes em sua história”.

Tabela 14
A Evolução do Emprego na Siderurgia Brasileira (1986-1999)

Ano	Efetivo em Atividades Siderúrgicas (3)				Efetivo Próprio em Exercício (2)			
	Números Absolutos (1)	Variação Anual Acumulada (1986=100) (%)	Variação Anual (%)	Número Índice (1986=100) (%)	Números Absolutos	Variação Anual Acumulada (1986=100) (%)	Variação Anual (%)	Número Índice (1986=100) (%)
31/12/86	151269	9,20	9,20	100,00	139153	5,52	5,52	100,00
31/12/87	147827	-2,28	-2,28	97,72	136566	-1,86	-1,86	98,14
31/12/88	151846	0,38	2,72	100,38	132385	-4,86	-3,06	95,14
31/12/89	167414	10,67	10,25	110,67	132982	-4,47	0,41	95,53
31/12/90	131663	-12,96	-21,35	87,04	111898	-19,59	-15,82	80,41
31/12/91	121500	-19,68	-7,72	80,36	102367	-26,43	-8,52	73,52
31/12/92	109707	-27,48	-9,71	72,52	93594	-32,74	-8,57	67,26
31/12/93	101528	-32,88	-7,46	67,12	87012	-37,47	-7,03	62,53
31/12/94	97414	-35,60	-4,05	64,40	82459	-40,74	-5,23	59,26
31/12/95	89246	-41,00	-8,38	59,00	75457	-45,77	-8,49	54,23
31/12/96	77547	-48,74	-13,11	51,26	65227	-53,13	-13,56	46,87
31/12/97	73578	-51,36	-5,12	48,64	60425	-56,58	-7,36	43,42
31/12/98	62868	-58,44	-14,56	41,56	52879	-62,00	-12,49	38,00
31/12/99	58849	-61,10	-6,39	38,90	50578	-63,65	-4,35	36,35

Fonte: Oliveira (2000, p. 7).

Notas: (1) Em 1984 e 1985 os efetivos em atividades siderúrgicas eram respectivamente, 137.878 e 138.526, segundo os Anuários Estatísticos do IBS.

(2) Em 1984 e 1985 os efetivos próprios em exercício eram respectivamente 129.144 e 131.874.

(3) Corresponde ao somatório do efetivo próprio em exercício e efetivo de terceiros.

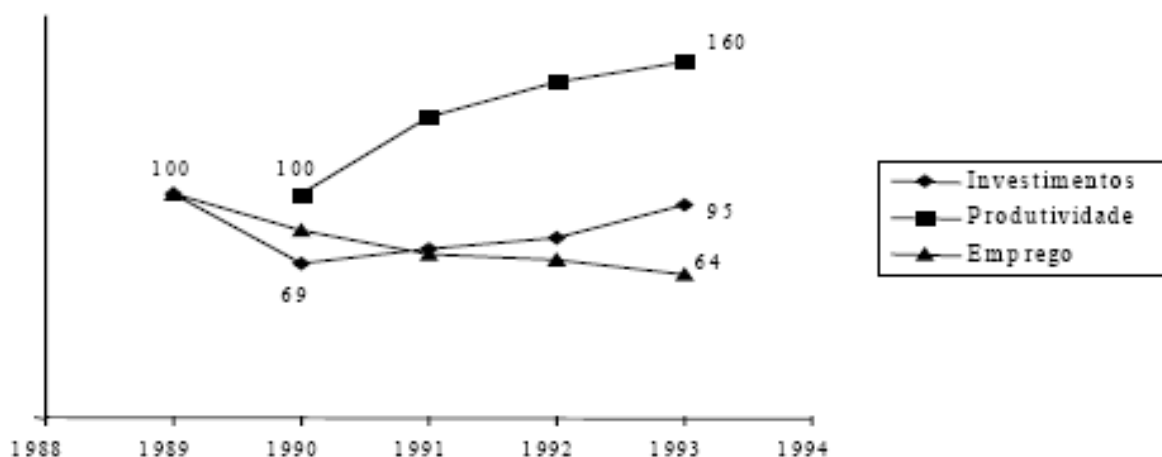
Isso se deve a dois fenômenos distintos que envolvem a preparação, o estágio inicial do processo de privatização e o período pós-privatização quando as empresas já se encontravam reestruturadas. Conforme ressaltado no subitem anterior, o período antecedente ao ciclo de desestatização passou por um intenso ajuste no uso da mão-de-obra, caracterizado pelo enxugamento dos quadros funcionais das empresas siderúrgicas, de forma a sanear suas contas para passá-las à iniciativa privada. O período imediatamente posterior às privatizações resultou em uma relativa manutenção dessa estratégia de redução de custos e na manutenção de um baixo investimento em capital, como pode ser observado na Tabela 15. Em contrapartida, como se constata da análise conjunta dessa tabela com o Gráfico 6, os investimentos aumentam, significativamente, a partir de 1994 até 1998, enquanto o emprego apresenta a queda demonstrada acima, *pari passu* a uma produtividade ascendente.

Tabela 15
Investimentos na Siderurgia Brasileira por Segmento (1990-1999)

Investimentos (em US\$ milhões)					Distribuição Relativa (%)			
Ano	Aços Planos	Aços Longos	Aços Especiais	Total	Aços Planos	Aços Longos	Aços Especiais	Total
1990	179	224	91	494	36,2	45,3	18,4	100
1991	196	81	62	339	37,8	23,9	18,3	100
1992	210	103	37	350	60,0	29,4	10,6	100
1993	247	264	70	581	42,5	45,4	12,0	100
1994	355	295	216	866	41,0	34,1	24,9	100
1995	541	192	254	987	54,8	19,5	25,7	100
1996	936	99	299	1334	70,2	7,4	22,4	100
1997	1650	116	234	2000	82,5	5,8	11,7	100
1998	1520	375	227	2122	71,6	17,7	10,7	100
1999	886	408	65	1359	65,2	30	4,78	100
Total	6720	2157	1555	10432	65	20,1	14,9	100

Fonte: Garcia (2004, p. 172).

Gráfico 6
Produtividade, Emprego e Investimentos no Segmento de Aços Planos (1989-1993)



Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia (apud GARCIA, 2004, p. 165).

De uma maneira simplificada, apenas dividindo o valor investido geral pelo contingente operário do setor (Tabelas 14 e 15), chega-se aos valores aproximados de R\$8.890,00 investidos por trabalhador no ano de 1994, quando foram reiniciados os investimentos na siderurgia nacional, para um montante de R\$33.800,00 em 1998, quando o ciclo se finaliza, apresentando nova queda em 1999 em função da crise econômica pela qual o País enfrentou. Isso denota o impacto do processo de automação verificado na segunda metade da década de

1990, comprovando a intensidade em capital desse setor da economia, conforme já mostrado.

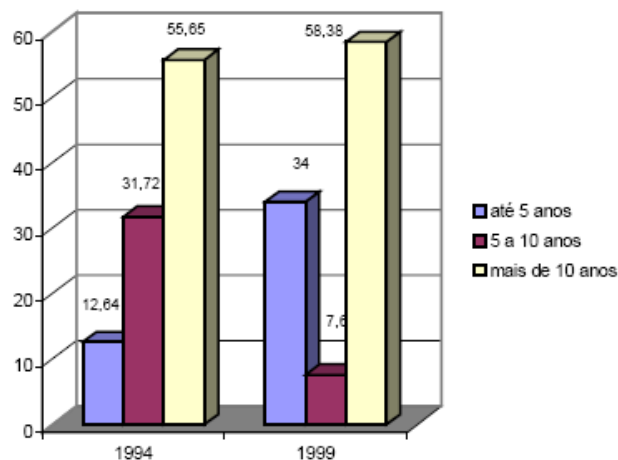
Nesse sentido, cabe destacar, de acordo com Garcia (2004, p. 173) que “A maioria das empresas siderúrgicas, deste modo, sobretudo a partir de meados da década, passou a privilegiar o enobrecimento do mix de produtos e a modernização dos equipamentos a fim de aumentar os seus níveis de produtividade”. Isso pode ser compreendido melhor a partir da Tabela 16, que evidencia os investimentos realizados por áreas específicas, notadamente em informática e automação, tendo sido estimado um aumento de 3,7 vezes no período de 1997-2002, em relação ao período de 1994-1996, passando de U\$59 MI para U\$220 MI. Disso decorre o potencial de precarização do trabalho ocasionado pelo processo de automação, uma vez que infla o mercado de trabalho setorial com mão-de-obra ociosa, ocasionando, inclusive, uma diminuição do tempo de permanência do trabalhador em sua função, ampliando o grau de rotatividade do setor, como pode ser comprovado no Gráfico 7.

Tabela 16
Investimentos do Setor Siderúrgico Brasileiro (1994-2002)

Unidades/Áreas	1994/1996 (Realizados)		1997/2002 (Previstos)		Total Previsto	
	(US\$ milhões)	%	(US\$ milhões)	%	(US\$ milhões)	%
Matéria-Prima	4	0,03	2	0,01	6	0,04
Energia	98	0,65	656	4,40	754	5,05
Redução	447	3,00	2027	13,59	2474	16,59
Aciaria	291	1,95	734	4,92	1025	6,87
Lingotamento	324	2,17	679	4,53	1003	6,70
Laminação	876	5,87	5309	35,59	6185	41,46
Meio Ambiente	338	2,27	642	4,30	980	6,57
Informática/Automação	59	0,40	220	1,47	279	1,87
(P&D)	22	0,15	56	0,38	78	0,53
Treinamento de Pessoal	7	0,05	22	0,15	29	0,20
Outros	722	4,84	1383	9,28	2105	14,12
Total	3188	21,38	11730	78,62	14918	100,00

Fonte: Oliveira (2000, p. 6).

Gráfico 7
Tempo de Emprego no Setor Siderúrgico (1994/1999)



Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia (apud GARCIA, 2004, p. 229).

Vinculado a esse processo de redução dos custos da mão-de-obra, cabe salientar a adoção de Ciclos de Controle de Qualidade (CCQs) e dos métodos *just in time/Kanban* (GARCIA, 2004) a partir da segunda metade da década de 1990 como forma de aumentar a produtividade e a participação do trabalhador como responsável pelo controle e efetividade do processo produtivo. Esses aspectos são característicos do processo geral de introdução dos CCQs no Brasil, conforme apresentado no Capítulo 2 desta tese. Destaca-se, contudo, a adoção pioneira dessa estratégia pela Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) em período anterior, logrando relativo êxito. Segundo Oliveira (2004, p. 119), no Brasil, como característica desse processo:

[...] reduziu-se significativamente os recursos humanos envolvidos em atividades tecnológicas, reverteu-se parcialmente a intensidade dos gastos com pessoal no total dos dispêndios em P&D, bem como se acentuou fortemente a pesquisa para desenvolvimento de produtos e apoio aos clientes, em comparação com as atividades tecnológicas em processo.

Esta estratégia de gestão da qualidade de fato contribuiu para o aumento da eficiência empresarial, com a redução de desperdícios, a otimização da estrutura física e a ausência de retrabalho. Não obstante esses benefícios gerenciais, o que realmente se constata com a tônica dessa política é a redução dos custos do trabalho, mediante estratégias combinadas de automação, flexibilização e terceirização, que estimulam o aumento da produtividade, do

desemprego e da exploração da mão-de-obra, ampliando os efeitos da precarização, principalmente no que diz respeito ao enfraquecimento dos sindicatos, que passam a dispor de menores meios para manter e reivindicar direitos trabalhistas. A aplicação dessa estratégia na siderurgia encontra grande semelhança com os processos globais de gestão da força de trabalho típicos da Terceira Revolução Industrial, apresentados no Capítulo 2 desta tese, integrando um processo de erosão do mercado mundial de trabalho.

Nesse contexto, o processo de terceirização, notadamente nos anos de 1990, foi marcado pelo enxugamento do efetivo de mão-de-obra, consubstanciado em demissões em massa, como forma de uma política de intensificação de capital na siderurgia, conforme mostrado anteriormente. Associado a isso, há o aumento da taxa de produtividade (Gráfico 6) decorrente do excesso de funções e atividades que passaram a ser exercidas por aqueles trabalhadores que não foram eliminados das empresas pela política de reestruturação da siderurgia dos fins dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, apresentada na seção anterior, vinculada a um processo maior de transnacionalização da economia verificado internacionalmente.

Uma das principais facetas da lógica da terceirização na siderurgia brasileira, cabe ressaltar, foi a substituição de empregados com vínculo trabalhista que atuavam diretamente no “núcleo da produção” siderúrgica, executando funções eminentemente ligadas à atividade-fim do setor por terceiros. De fato, segundo Garcia (2004, p. 210-212), a proporção de terceirizados na indústria siderúrgica permaneceu em torno de 17% da força de trabalho, durante a década de 1990, contudo, nesse montante, verifica-se um aumento da relação de trabalhadores diretamente vinculados à produção da ordem de 10,33%, passando de 66,85% para 77,18%, entre 1990 e 1999, enquanto, nos setores administrativos, houve uma variação negativa em torno de 15,85% no mesmo período. Acrescenta o autor que “[...] a terceirização dos anos 90 compreendeu um processo novo, segundo o qual os trabalhadores terceirizados foram

inseridos nas áreas críticas do processo de produção do aço, antes ocupadas exclusivamente aos trabalhadores com carteira profissional”.

Isso se insere em uma estratégia de demissões em massa e pela recontração terceirizada de trabalhadores especializados, aposentados e até mesmo de mão-de-obra de chão de fábrica. Esse tipo de iniciativa das empresas do setor contribuiu em grande medida para o enfraquecimento das organizações sindicais, lembrando o que se ressaltou no Capítulo 2 deste trabalho, uma vez que promoveu maciços desligamentos de associados e a falta de nova vinculação dos trabalhadores terceirizados aos sindicatos. De forma exemplificativa, registra-se a diminuição dos quadros gerenciais das principais siderúrgicas brasileiras – Acesita, Usiminas, Cosipa, CSN e CST – que girou em torno de uma média de 70% durante fins dos anos de 1980 até 1998 (GARCIA, 2004).

A busca pela redução dos custos do trabalho e pelo aumento da produtividade na siderurgia brasileira, preconizada pelos processos de terceirização e automação, exigiu uma flexibilização das jornadas de trabalho e das próprias relações empregatícias, instaurando um processo de acumulação flexível de capital calcado na exploração da mão-de-obra precarizada, vista na piora das condições de trabalho e de vida do operariado metalúrgico. Dessa maneira, pode-se dizer que a congruência perversa dos processos citados gera e intensifica a precarização das relações de trabalho. Nesse sentido, permite-se discordar de Antunes (2003), conforme apresentado no Capítulo 2, quando se refere à sua disposição em entender uma relação imaterial entre tecnologia e empregados como uma nova forma de se criar interações positivas entre capital e trabalho, notadamente na siderurgia.

A queda no nível de condições de vida, decorrente da precarização das relações de trabalho, pode ser observada a partir da análise das políticas de flexibilização da remuneração do trabalho (Tabela 17). Pode-se constatar que a maior perda salarial no setor siderúrgico se

encontra entre os trabalhadores de apoio à produção com rendimentos entre cinco e dez SM e entre os ligados diretamente à produção com rendimentos de até cinco SM, apresentando uma variação de 17,97% e 15,96%, respectivamente, no período de 1994-2000. Isso decorre de um cenário global de perdas de rendimentos que aumentou o contingente de empregados recebendo até cinco SM em 10,87% e de cinco a dez SM em 11,71% em um montante de trabalhadores correspondente a 56,56% em 2000, contra 33,98% em 1994, correspondente a uma diferença de 22,58% de empregados que passaram a fazer parte dessas faixas de proventos no período em questão.

Tabela 17
Evolução dos Salários no Setor Siderúrgico (1994/2000) (%)

Grupo de Ocupações	Setor Siderúrgico			
	Até 5SM		De 5 e 10SM	
	1994	2000	1994	2000
Ocupações ligadas à área de gestão e planejamento	0,02	0,74	1,49	4,32
Ocupações de apoio à produção	4,61	15,37	37,03	55
Ocupações ligadas diretamente à produção	4,46	20,42	36,76	47,49
Ocupações de maestria	1,47	0,84	12,15	10,15
Todas as ocupações	4,91	15,78	29,07	40,78

Fonte: Garcia (2004, p. 225).

Nota: Dados adaptados pela autora.

A metodologia da RAIS que desagrega os dados, tal como estão apresentados na tabela, se inicia em 1994.

Esses dados demonstram uma redefinição na estrutura da composição salarial dos trabalhadores metalúrgicos, vinculados ao setor siderúrgico brasileiro, resultante do perfil do processo de terceirização, da amplitude do fenômeno da automação e, conseqüentemente, da debilidade do poder de atuação e enfrentamento dos sindicatos e do Estado na formulação de políticas públicas adequadas para lidar com os novos desafios do mercado de trabalho nacional. A convergência desses aspectos determina o processo de precarização que permeia as relações de trabalho no mundo globalizado.

É nesse contexto de terceirização, automação e flexibilização, que tende a culminar na precarização que o Brasil apresenta, como estratégia competitiva, os baixos custos de trabalho no setor siderúrgico, permitindo, assim, uma inserção internacional privilegiada no mercado

mundial, associada à sua qualidade em termos do produto (Gráfico 5 e Tabela 13). Prova disso é que o Brasil apresenta o segundo menor custo operacional dentre os setores siderúrgicos dos 14 principais países produtores na ordem de 300 dólares por tonelada despachada, perdendo apenas para a Rússia (Tabela 13), com um custo total de 286 dólares por tonelada despachada, mas que, em oposição, apresenta um nível de exploração da força de trabalho de aproximadamente cinco vezes mais. Em contrapartida, em comparação com países como a Alemanha e a França, a exploração do trabalho é, respectivamente, 3,4 e 3,1 vezes maior no Brasil.

Por conseguinte, pode-se constatar que o quadro da realidade do mercado de trabalho na siderurgia brasileira não difere expressivamente do exposto pelos teóricos do trabalho, conforme apresentado no Capítulo 2 deste estudo. Percebe-se, nesse ínterim, que os processos de cunho neoliberal então apresentados estão fortemente presentes na realidade brasileira, criando um ambiente propício à exploração do trabalhador e ao acirramento da exclusão social. Por fim, destaca-se a proximidade do pensamento dos Céticos da Globalização em frente a um cenário marcado pelo incremento das disparidades geradas pelo Processo de Globalização.

4.3.3 Fluxos Migratórios e Relações de Trabalho na Siderurgia Brasileira

Os processos migratórios estão intimamente ligados à busca pelo trabalho. De fato, o capital cria continuamente a necessidade de deslocamentos de mão-de-obra, tanto a partir de áreas onde o exército de reserva é excessivamente grande, como para regiões onde a escassez de trabalhadores é premente. De maneira geral, a instalação de parques siderúrgicos é responsável pelo deslocamento de expressivas massas de trabalhadores, tanto para a sua

construção, como para o seu funcionamento técnico-operacional, caracterizando uma enorme diversidade na composição do mercado de trabalho da região receptora do projeto industrial.

Nesse escopo, a implementação de usinas siderúrgicas no mundo se deu em áreas distantes dos grandes centros urbanos, geralmente influenciadas por questões estratégicas, como a proximidade dos insumos e das regiões de escoamento da produção. A experiência brasileira acompanhou inicialmente esse processo nos casos emblemáticos da CSN e da Belgo-Mineira, que criaram, por assim dizer, verdadeiras cidades do aço que passaram a viver em função dessas indústrias (GARCIA, 2004). O processo de composição do quadro de mão-de-obra operária que atuou na construção dessas usinas dependeu da oferta e da garantia de condições materiais indispensáveis à permanência e à reprodução da força de trabalho nessas regiões.

Nesse contexto, pode-se dizer que isso depende de uma intensa política pública de deslocamento de mão-de-obra e da dotação de infra-estrutura pública básica para acomodação desse contingente populacional, muitas vezes proveniente do campo e recém-assalariado. Esse processo de assalariamento, característico dos surtos industriais nascentes – como foi o caso do Brasil à época da implantação da CSN ou do Espírito Santo quando da implementação dos Grandes Projetos Industriais, conforme exposto no Capítulo 3 – revela a inexpressividade de organização do operariado para lidar com as intermitências das situações de migração.

Outro fator interessante é a criação de vilas operárias, altamente vinculadas às empresas, criando um intenso sistema de controle dos trabalhadores recém-chegados. De fato, segundo Garcia (2004, p. 79), a construção dessas vilas:

[...] permitiu que o poder discricionário dos patrões sobre os trabalhadores escapasse do espaço intra-muros da usina, estendendo assim o seu controle à vida doméstica dos trabalhadores. E mesmo quando a representação sindical operária conseguiu tardiamente se interpor enquanto ator legítimo no meio operário, ao conquistar a ampliação dos benefícios para a categoria, ela acabaria por reforçar o sistema de relações industriais calcado na combinação entre o controle despótico e o paternalismo.

Pode-se aferir que esse tipo de supervisão está associado a uma certa precarização, uma vez

que esse controle permanente limita em muito a liberdade e liberalidade da ação dos trabalhadores e de suas famílias, pois lhes gera receio de que seus atos extramuros da empresa influenciem as posições da administração gerencial em sua avaliação.

Por fim, cabe ressaltar a amplitude do impacto populacional da instalação de plantas siderúrgicas em áreas isoladas. O caso exemplificativo no Brasil está caracterizado na cidade de Volta Redonda, onde foi criada a CSN. Nesse caso, somente no ano inicial de implantação em 1942, foram empregados mais de seis mil trabalhadores, numa cidade cujo contingente populacional era da ordem de três mil habitantes. Isso foi apenas a ponta de um processo contínuo de incorporação de população migrante proveniente de várias regiões do País, notadamente do Nordeste e de Minas Gerais – direcionada as diversas fases de construção da usina. Esse impacto migratório transformou Volta Redonda, segundo Garcia (2004), na maior cidade operária do Brasil em 1950, com uma população de trabalhadores de 40 mil pessoas. Isso permite dizer que a população total da cidade deveria ser bem maior, uma vez incorporadas ao cálculo as famílias dos trabalhadores.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a expansão da siderurgia brasileira permitiu o aumento do fluxo migratório nacional, incorporando populações de diversas regiões que se deslocavam, por meio de incentivos oficiais, atraídos por melhores condições de vida e trabalho. Esse movimento foi responsável pelo surgimento de novos centros urbano-industriais, que acompanharam a implementação das diversas usinas siderúrgicas do País. Um caso diferente, que será abordado no próximo capítulo, é o da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que já nasce em um centro urbano médio e dinâmico – a cidade de Vitória no Espírito Santo.

CAPÍTULO 5 - DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO À ARCELORMITTAL-TUBARÃO: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PÓS-PRIVATIZAÇÃO E OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS INFLUENCIADOS PELA EMPRESA

A inauguração da Usina Siderúrgica de Tubarão é um fato especialmente significativo para o Espírito Santo. A par de sua expressiva presença no cenário nacional como indutora de desenvolvimento, a usina ser, para nós em particular, um marco destinado a superar a história deste Estado em fases distintas. [...] Essa usina custou sacrifícios, esforços, dedicações. É, assim, um marco que reflete a perseverança que predominou em rico momento da vida estadual.

(A Gazeta, 30 de novembro de 1983).

5.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA CST: SURGIMENTO DO PÓLO SIDERÚRGICO DE TUBARÃO

A criação oficial da Companhia Siderúrgica de Tubarão após a assinatura dos atos legais entre a Siderbrás, empresa pública brasileira controladora das indústrias siderúrgicas estatais, a Kawasaki Steel Corporation, empresa privada japonesa e a também estatal italiana Finsider, ocorre em 1976.¹¹ As razões que levaram ao surgimento da usina remontam a vontades políticas históricas do processo de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, a questões estratégicas e locacionais, bem como ao interesse do Governo Federal e de investidores estrangeiros em explorar as vantagens comparativas capixabas em um empreendimento voltado para atender à aquecida demanda internacional por aço. Nesse contexto, encontra-se o

¹¹ Essa estratégia de união do Estado com empresas nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para a construção de grandes empreendimentos industriais nesse período, tanto no Espírito Santo, quanto no restante do País, parece ser um padrão adotado pelo Governo Federal, no âmbito do II PND, com vistas a promover o desenvolvimento da indústria de base nacional. Outro exemplo característico dessa tônica é o da criação da indústria de papel e celulose nessa mesma época, como pode ser visto em Dalcomuni (1997).

desafio da implementação do pólo siderúrgico de Tubarão, na Capital espírito-santense, cuja tortuosa trajetória percorre um período de mais uma década até a inauguração e entrada em operação em 4 de julho de 1983.

Os caminhos que levaram a este empreendimento datam, contudo, do início do século XX, quando, no Governo Jerônimo Monteiro (1908-1912), cogita-se o estabelecimento de uma siderúrgica à beira-mar no litoral capixaba (Figura 6), voltada para o mercado externo e aproveitando o potencial portuário do Estado. Conforme apontado no Capítulo 3, no entanto, o percurso do desenvolvimento infra-estrutural do Espírito Santo ainda se encontrava em atraso – caracterizado, por exemplo, na ausência de uma malha viária satisfatória – não permitindo tal empreendimento. As primeiras iniciativas tomadas que, no futuro, viabilizaram a implementação da CST, datam da década de 1940, quando é criada a Estrada de Ferro Vitória–Minas, pela qual a Companhia Vale do Rio Doce passa a escoar sua produção de minério para o exterior via portos capixabas.

Do ponto de vista estratégico, podem ser apontados, como fatores que mais contribuíram para a definição pelo I Plano Siderúrgico Nacional de 1967-68 de se implantar o “Projeto Tubarão”: a criação de uma infra-estrutura portuário siderúrgica; a duplicação da Estrada de Ferro Vitória–Minas - 1971 a 1977; e a construção do Porto de Tubarão pela CVRD - 1963 a 1966 (Figura 7) que permitiram ampliar as exportações de minério da estatal de 1,5 Mt/a para 100 Mt/a, tendo como principais parceiras as siderúrgicas japonesas (RIBEIRO, 2005). Essa aproximação entre a CVRD e os japoneses criou um ambiente favorável ao investimento, pelos ganhos de escala que se apresentaram com os empreendimentos referidos, conferindo maior confiança dos investidores japoneses no Brasil. A idéia CST se consolida, portanto, a partir da iniciativa de se aproveitar o trânsito de minérios que passava pelo Espírito Santo, da predisposição do capital estrangeiro em investir, da localização privilegiada que facilitaria o escoamento do aço para a Europa e os Estados Unidos, do potencial energético que o Brasil,

de forma geral, apresentava e da abundância de matérias-primas. Destaca-se, ainda, de acordo com Morandi (1997, p. 149) que:

[...] não havia mais disposição dos governos desses países, especialmente do Japão e da Itália (os acionistas externos da CST), em financiar a instalação de altos-fornos, devido à intensa movimentação e matérias-primas envolvidas e, principalmente, devido aos problemas ambientais gerados na operação da sinterização e da coqueria. Os investimentos prioritários [...] para a produção de semi-acabados ficariam melhores se dirigidos a países possuidores de recursos energéticos abundantes e barato e onde a legislação ambiental não fosse tão rígida.¹²

5.1.1 A Implantação da CST

Após a fase inicial de convergência dos fatores descritos acima combinados com os demais aspectos apresentados nos Capítulos 3 e 4, sobre os Grandes Projetos Industriais do Espírito Santo e a evolução da política siderúrgica nacional, respectivamente, destaca-se a criação da Siderbrás, em 1974, com o objetivo primordial de viabilizar o Projeto Tubarão. A concepção desse projeto, no entanto, é um pouco anterior, iniciando-se em 1973 com a assinatura do Protocolo Geral de Intenções entre os sócios, prevendo a distribuição acionária de 51% do capital com direito a voto pertencente à Siderbrás e os demais 49% divididos igualmente entre a japonesa Kawasaki Steel e a italiana Finsider. O preâmbulo do protocolo previa ainda a criação da usina em Tubarão com uma capacidade produtiva inicial de placas de aço de 6 Mt/a (SIDERÚRGICAS BRASILEIRAS, 1973).

Em consonância com o protocolo, em seu art. 1º., os principais fatores que justificavam a criação da CST, integrando um projeto de desenvolvimento nacional e regional, eram suprir a

¹² De acordo com Ribeiro (2005, p. 30), pode-se definir cada um desses equipamentos como: “**Coqueria**: unidade onde o carvão mineral é queimado para eliminar o gás e o alcatrão, obtendo-se o coque como principal produto”; “**Sinterização**: consiste na aglomeração dos finos de minério, por um processo em que duas ou mais partículas sólidas se aglutinam pelo efeito do aquecimento, obtendo-se o sinter como produto final”.

ampliação do consumo interno de aço e, em maior escala, atender ao mercado externo principalmente na figura dos dois investidores que se beneficiariam da aquisição contínua de aços semi-acabados com preços vantajosos no longo prazo, visto que dados do estudo de viabilidade mostravam uma perspectiva de 30% de redução do preço médio praticado no mercado internacional (MORANDI, 1997). Na seqüência, merece destaque a assinatura do Primeiro Acordo de Acionistas em janeiro de 1974, no qual se estabeleceu o montante de capital social na ordem de CR\$ 20 milhões, em sua quase totalidade em ações ordinárias e apenas CR\$ 600 mil em ações preferenciais (Tabela 18). Essa configuração acionária revelaria ainda uma estratégia bem-sucedida de investimento, uma vez que se apoiava na transmissão de tecnologia japonesa – a mais avançada no mercado siderúrgico mundial – e no acesso ao protegido Mercado Comum Europeu por meio da sócia italiana.

Tabela 18
Participação Acionária da CST (1974)

Países	Empresas	Ações (Cr\$ 1.000,00)		%
Brasil	Siderbrás	8.190	10.200	51,0
	CVRD	2.000		
	CSN	10		
Japão	Kawasaki Steel Corporation	4.890	4.900	24,5
	Kawasaki Com. e Sid. Ltda(1)	10		
Itália	FINSINDER International SA	4.890	4.900	24,5
	Innobra SA(1)	10		
Total	-		20.000	100,0

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (apud MORANDI, 1997, p. 156).

Nota: (1) Empresas brasileiras associadas à Kawasaki e Finsinder, respectivamente.

Ainda no Primeiro Acordo de Acionistas, definiu-se a estrutura administrativa da futura empresa, composta por um Conselho de Administração, pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal, e também suas atribuições estatutárias. A constituição jurídica da CST se deu efetivamente em 13 de março de 1974, em cerimônia envolvendo autoridades dos Governos Federal e Estadual, bem como os representantes dos sócios. Nomeou-se, ainda, o primeiro diretor-presidente da CST, o engenheiro e General Ary Martins, que ocupou o cargo até 1977. A

composição dos demais membros da diretoria se deu de forma bem diversificada, integrando membros-representantes dos três acionistas, na seguinte formação: diretor-administrativo indicado pela Siderbrás; diretor-técnico nomeado pela Kawasaki e diretor de controle e projeto designado pela Finsider.

Foi estabelecido, nesse contexto, um projeto inicial que previa um investimento de cerca de US\$ 2.265,2 milhões para o primeiro estágio de implementação da usina de Tubarão que incluía a construção de pátios para armazenamento de minério de ferro e de carvão, a **coqueria**, a **sinterização**, um **alto-forno**, dois **convertedores LD** e equipamentos para o **lingotamento convencional**. Para o segundo estágio, o investimento seria destinado a novas plantas de um **alto-forno**, mais um **convertedor LD** e outros equipamentos de **lingotamento contínuo**, bem como ampliação da **coqueria**¹³ (MORANDI, 1997). Entretanto, o primeiro choque do petróleo de 1973/74 apresentou consequências imediatas para a continuidade da realização desses investimentos, pois dificultou o acesso à energia e, conforme apresentado no capítulo anterior, arrefeceu a demanda internacional por aço, gerando um ambiente de incerteza na siderurgia mundial. A isso se associam aspectos de luta política interna, como a resistência, principalmente por parte de Minas Gerais, de aceitar a decisão do Governo Federal de implementar a usina no litoral capixaba.

Em função dessas circunstâncias e aliado a reivindicações do empresariado nacional por maior participação na construção da planta de Tubarão, foi necessária uma mudança no

¹³ De acordo com Ribeiro (2005, p. 30) pode-se definir cada um desses equipamentos como: “**Alto-forno**: unidade onde o minério de ferro, já convertido em sinter, se transforma em ferro-gusa, através da remoção do oxigênio pelo carbono contido no carvão.”; “**Convertedor LD**: processo que consiste no carregamento de sucata, ferro-gusa líquido e fundentes para grandes convertedores inclinados, nos quais, depois de serem colocados em posição vertical, é injetado oxigênio puro por meio de lanças resfriadas a água, obtendo-se o aço líquido como produto final”. “**Lingotamento convencional**: o aço é despejado em lingoteiras de várias formas e tamanho e, após o resfriamento e retirado do molde, é transportado para fornos-poços onde é reaquecido a uma temperatura uniforme, passando pelo laminador-desbastador e transformado em placas”; “**Lingotamento contínuo**: o aço líquido é despejado diretamente nos moldes e guilhotinado em tamanhos específicos [...] com a dispensa de equipamentos como fornos-poços, lingoteiras e laminador-desbastador”.

Termo de Compromisso dos Acionistas, ocorrida em 9 de fevereiro de 1975. Dentre as principais alterações, destacam-se a substituição do Conselho Administrativo por um Conselho Consultivo e a previsão de uma maior aquisição de equipamentos, materiais e serviços no mercado nacional. Esses ajustes ficaram impressos no Acordo Geral do Projeto Tubarão, firmado em 24 de maio de 1975. Estabeleceu-se, ainda, o aumento de capital necessário à realização do primeiro estágio de implantação do parque siderúrgico e determinou-se que caberia a cada acionista a quota de um terço da produção, cujo consumo obrigatório seria de, no mínimo, 80% de sua parcela de placas produzidas, podendo comercializar livremente os outros 20% (RIBEIRO, 2005).

Apesar dessa reafirmação do compromisso de criação da CST e da redefinição das bases desse Acordo, o início das obras foi adiado, ainda, até 1977. Isso se deu, dentre outros motivos, em decorrência de atrasos na liberação de recursos por parte do BNDE, o que culminou no pedido de demissão do primeiro diretor-presidente da CST. Esse fato resulta em uma crise no controle da empresa, que teve uma sucessão de dois presidentes em um período de um ano, tendo em vista a não aceitação, por parte de Ary Marchesini, em assumir o cargo. Em meio a esse processo turbulento, a presidência da CST é ocupada pelo engenheiro capixaba e ex-governador do Estado, Arthur Carlos Gerhardt dos Santos.

À presidência de Gerhardt dos Santos coube a tarefa de renegociar os termos do acordo com os sócios externos, uma vez que ainda não havia consenso quanto ao seu teor dada a situação internacional do mercado de aço. Ficou estabelecida, então, uma nova redistribuição de quotas de consumo entre os acionistas, na seguinte proporção: 40% para a Siderbrás, 20% para cada um dos demais acionistas e 20% para o mercado mundial. Em contrapartida à flexibilização de seu consumo obrigatório, os investidores estrangeiros assumiram uma maior responsabilidade pela captação de créditos externos para a implantação do projeto. Essas negociações foram firmadas no *Memorandum of Agreement*. Ademais, foi redefinido, nesse

documento, o orçamento previsto para a concretização do projeto, aumentando-o em 23% do valor original, passando para US\$ 2.792,25 milhões (MORANDI, 1997).

Diante dessa nova conformação, o início das obras se deu em fins de 1978, seguindo um cronograma de desembolso (Tabela 19), que priorizou as obras de terraplanagem de construção da Vila Operária.¹⁴ Os primeiros recursos, no valor de US\$ 700 MI, vieram notadamente de um consórcio de bancos japoneses liderados pelo Banco de Tóquio (MORANDI, 1997). A consecução desse cronograma foi cumprida normalmente até fins do ano de 1981, quando 84% das obras estavam concretizadas. No entanto, em 1982 devido à ausência de recursos para dar prosseguimento às obras, interrompe-se novamente o processo de implementação da CST, causando um atraso em sua inauguração de aproximadamente um ano.

Tabela 19
CST - Cronograma de Desembolso (1978-1982)

Ano	US\$ mil	%
1978	155.999	5,6
1979	218.096	7,8
1980	783.713	28,1
1981	1.176.397	42,1
1982	458.047	16,4
Total	2.792.252	100,0

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (apud MORANDI, 1997, p. 162).

A solução encontrada para atrair os recursos faltantes se deu, segundo Morandi (1997), com um procedimento conhecido como *sale and sale-back*, que consiste na venda e recompra a prazo de um dado equipamento, que, no caso específico da CST, foi a venda e reaquisição da Coqueria e Pátios de Armazenagem, gerando uma receita de US\$ 504 milhões, que deveria ser liquidada após uma carência de três anos e em um prazo máximo de dez anos. Essa

¹⁴ “A Vila Operária foi uma ‘cidade’ [temporária] construída na área da futura CST, para abrigar os milhares de empregados das empreiteiras encarregadas da construção das obras físicas da Usina, criada a partir de 1978” (RIBEIRO, 2005. p. 40).

operação foi possível graças a um empréstimo no valor de US\$ 408 milhões, tomado de bancos japoneses, viabilizado pela Kawasaki Steel, ocorrido em 1983, mesmo ano em que deveria ser iniciada sua liquidação.

Com a redefinição no aporte de capital para a construção do Parque Siderúrgico de Tubarão, baseado na assunção de crédito externo em uma quantidade maior que a prevista, houve uma reconfiguração na composição do capital social entre os sócios. Foi acordado que a Siderbrás assumiria US\$ 450 milhões em dívidas da empresa, emitindo-se, conseqüentemente, uma quantidade equivalente de ações preferenciais em seu nome e aumentando sua proporção acionária pra 75,4%, enquanto os demais sócios ficariam com 12,3% cada um do restante do capital. Além disso, foi realizada uma nova redistribuição das quotas de consumo, que passou a obrigatoriedade de compra por parte de cada sócio estrangeiro de 20% para 7,5% (MORANDI, 1997).

Resolvido esse último impasse, procedeu-se à conclusão das obras do Parque Siderúrgico de Tubarão, ocorrendo em julho de 1983 a construção da coqueria (Figura 8) que serviria para a produção de matéria-prima para alimentar o alto-forno da usina (Figura 9). A entrada em operação do alto-forno ocorre, então, em novembro do mesmo ano, quando há a inauguração da Companhia Siderúrgica de Tubarão.

5.1.2 O Período de Administração Estatal: o Elefante Branco à beira-mar

Ao ser inaugurada, a Companhia Siderúrgica de Tubarão representava um grande Elefante Branco estrategicamente localizado à beira-mar. Entrando em operação em meio a uma crise mundial da siderurgia, em um período de grave crise econômica nacional e de transição política do Regime de Exceção para a Democracia, a CST era uma empresa idealizada para

atender a uma demanda preestabelecida em 1973, mas que já não existia, em função dos sucessivos acordos com os sócios estrangeiros. Ademais, seu produto principal – as placas – tinha pouco valor agregado e difícil inserção em um mercado ainda restrito, situação agravada em virtude de um alto endividamento a ser sanado.

Nesse contexto, a premente necessidade da empresa era encontrar, ou até mesmo formar, um mercado consumidor de placas, para dar vazão à sua produção em um padrão fordista, que foi responsável por uma recorde de produção, em seu primeiro ano de funcionamento, de cerca de 2 Mt em placas. Os grandes parceiros iniciais da CST foram a norte-americana *California Steel Ind. (CSI)*,¹⁵ a Usiminas e a CSN, esta última, por ter programado a reforma de um alto-forno concomitante à entrada em operação da CST. Nesse afã de desbravar novos mercados, mais uma vez mostrou-se importante o papel da Kawasaki na busca de compradores para os produtos da usina (RIBEIRO, 2005).

Associado a isso, cabe destaque às operações realizadas com a turca Ereğli e a sul-coreana Dongkuk, cujo montante global de placas enviadas totalizou em 2003 5Mt e 7Mt, respectivamente. Mesmo nessas circunstâncias, segundo depoimento de Jorge Chiabi Duarte – empregado da CST desde 1980 e diretor-industrial da empresa entre 1992 e 2008 – chegou-se a ter um estoque de 500 mil toneladas de placas nos pátios da empresa, sem a imediata perspectiva de vendas (DUARTE, 2004). Conforme ressalta Morandi (1997, p. 166), sobre as peculiaridades do mercado, a Siderúrgica de Tubarão:

[...] enfrentou uma situação de mercado singular. Até então a demanda por placas representava algumas características particulares que tornavam a incerteza inerente aos diversos mercados ainda mais aguda. Em função da ausência de usinas operando exclusivamente nesse segmento, a oferta dependia da situação conjuntural em cada momento, dada a relativa facilidade de entrada e saída desse mercado. Ao mesmo tempo, eram poucas as empresas que demandavam permanentemente produtos semi-acabados do mercado, a não ser as usinas semi-integradas, que operam a partir da

¹⁵ A California Steel Industries (CSI) é uma *joint venture* formada pela Kawasaki Steel e pela Companhia Vale do Rio Doce (MORANDI, 1997). Essa composição do capital da CSI justifica a importância e magnitude do seu contrato com a CST.

etapa da laminação ou aquelas que dispõem de uma capacidade de laminação maior do que sua capacidade de produção de placa.

A conquista desses novos mercados, no entanto, fez com que a CST entrasse em seu segundo ano entre os dez maiores exportadores brasileiros chegando a embarcar uma produção de 2 Mt de placas, representando 13,5% do mercado mundial de semi-acabados em 1985 (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1985). Como pode ser observado em uma análise mais aprofundada da Tabela 20, a CST apresentou um aumento nas exportações até atingir o pico de 2,7 Mt em 1988 em função do aquecimento do mercado mundial de aço, representando 9,8% do mercado mundial de semi-acabados nesse ano. Esse desempenho, segundo Mesquita e Naidim (1992), faz com que a CST, em função de sua concepção como empresa voltada para o mercado externo, alcance um coeficiente de exportação de 64,6% no ano de 1988, enquanto a média das empresas nacionais – estatais e privadas – não ultrapassava um coeficiente 35% (Tabela 21). Após esse período, entra em um ritmo de queda, pouco expressiva no ano de 1989, mas, em 1990, reduz abruptamente suas vendas ao exterior para 1,7 Mt (Tabela 20).

Tabela 20
Exportação Mundial de Aço Bruto e Participação da CST (1984-1993)

Ano	Exportação total (A)	Exportação semi-acabados (B)	B/A (%)	Exportação da CST (C)	C/B (%)
1984	206,4	11,8	5,7	1,0	8,5
1985	221,5	14,8	6,7	2,0	13,5
1986	209,4	13,5	6,4	2,3	17,0
1987	208,9	14,8	7,1	2,6	17,6
1988	218,7	27,6	12,6	2,7	9,8
1989	220,2	20,7	9,4	2,6	12,6
1990	220,0	19,4	8,8	1,7	8,8
1991	229,3	19,1	8,3	2,6	13,6
1992	256,2	16,7	6,5	2,5	15,0
1993	280,5	34,4	11,2	3,1	9,9

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão e International Iron and Steel Institute (apud MORANDI, 1997).

Tabela 21
Coeficiente de Exportação das Empresas Siderúrgicas Brasileiras
(1988)

Companhia	Coeficiente de Exportação (1)
Estatais	
CSN	22,9
Cosipa	25,6
CST	64,6
Usiminas	15,1
Acesita	17,4
Privadas	
Pains	22,2
Mannesmann	20,0
Belgo-Mineira	12,9
Cosigua	28,1
Villares	31,4
Vibasa	26,7

Fonte: Mesquita e Naidim (1992, p. 44).

Nota: (1) Percentual do volume das exportações na produção total de laminados e semi-acabados.

Isso se deveu a fortes oscilações do mercado mundial de aço, associadas à perda de incentivos fiscais, à crise política interna do Governo Collor de Mello e, principalmente, por conta de dois acidentes ocorridos no único alto-forno da empresa naquele ano, além de reflexos da política de desestatização da siderurgia estatal brasileira. Outro fator que importa ressaltar foi uma nova composição das quotas de consumo dos acionistas estrangeiros, cuja obrigatoriedade chega ao fim, por conta de uma sugestão da italiana Finsider de que as parcelas de produção destinadas aos sócios deveriam ser definidas no ano anterior e repassada à CST para que ela organizasse a produção para atendê-los.

Ainda no bojo do período estatal, destaca-se a criação, em 1985, da Superintendência Geral da Engenharia (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1985), cujo propósito era planejar os investimentos e conceber um plano de melhorias e expansão do Parque Siderúrgico de Tubarão, bem como se verifica a adoção de um Plano de Melhorias de Resultados entre 1985 e 1987, responsável pela redução de US\$ 1,9 MI em custos operacionais e produtivos. Dando continuidade a esses esforços e por recomendação da Siderbrás, a CST iniciou a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento vinculada ao

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sistema Siderbrás.

Fator fundamental dessa dinâmica consiste no fato de a CST assumir o gerenciamento do terminal de produtos siderúrgicos do Porto de Praia Mole (Figura 10). A entrada em operação desse porto ocorreu inicialmente em 1984, sendo responsável pelo escoamento de grande parte da produção siderúrgica nacional, notadamente da CST, Usiminas e Açominas. Posto isso, pode-se dizer que o Porto de Praia Mole surge para viabilizar o Projeto Tubarão, uma vez que representa a última ponta da escala logística iniciada pela construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, consolidando o eixo matéria-prima - usina - exportação.

Dessa forma, em 1987, é aprovado, entre os sócios, um estudo de pré-viabilidade para a expansão do pólo siderúrgico, consistindo na duplicação da capacidade de produção de 3 Mt/a para 6,2 Mt/a, acompanhada da diversificação da linha de produção, priorizando a agregação de valor aos produtos da empresa, como forma de se manter competitivamente no mercado internacional de aço, pela incorporação de um Laminador de Tiras a Quente (LTQ)¹⁶ e do processo de Lingotamento Contínuo, além de outros equipamentos nas plantas já existentes e da construção de novos pátios de armazenamento (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1987). Essa estratégia, foi considerada prioritária pelo (Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia (Consider) e autorizada a sua implementação em 1989 pelo Governo Sarney, contudo, devido à conjuntura desfavorável nacional e internacionalmente e ao início do processo de desestatização da siderurgia nacional, ela só é adotada efetivamente no período pós-privatização e a partir de outros estudos, que serão detalhados mais à frente.

Dada toda a conjuntura adversa descrita, pode-se dizer que o período estatal sofreu grande turbulência, agravada por diversos fatores exógenos, como a queda da demanda internacional

¹⁶ O LTQ, segundo Morandi (1997, p. 178), é responsável por uma operação que “[...] consiste em reaquecimento dos lingotes, laminação dos lingotes em placas, escarificação [remoção de resíduos] a quente das faces, corte, resfriamento, inspeção e escarificação localizados dos defeitos superficiais das placas”.

por placas de aço e o protecionismo nos mercados dos países desenvolvidos, por exemplo. Com a ascensão das políticas neoliberais no início da década de 1990, principalmente o surgimento dos planos de desestatização de vários setores produtivos, a CST foi incluída no Plano Nacional de Desestatização (PND), concebido pelo Governo Collor de Mello, em meio a um processo de liquidação da Siderbrás. Com a emergência da privatização, adotou-se uma forte política de saneamento da empresa, consubstanciada nas estratégias de redução de custo e, principalmente, de pessoal efetivo e terceirizado (Tabela 22).

Tabela 22
CST - Pessoal Ocupado (1984-1994)

Anos	Pessoal Próprio		Pessoal de Terceiros		Pessoal Total
	Total	%	Total	%	
1984	6.342	-	nd	-	nd
1985	6.280	-	nd	-	nd
1986	6.362	56,2	4.954	43,8	11.316
1987	6.477	49,5	6.603	50,5	13.080
1988	6.299	51,1	6.024	48,9	12.323
1989	6.736	55,9	5.304	44,1	12.040
1990	6.209	65,1	3.331	34,9	9.540
1991	6.003	61,4	3.776	38,6	9.779
1992	4.219	62,0	2.650	38,0	6.869
1993	4.166	54,6	3.463	45,4	7.629
1994	4.122	49,9	4.139	50,1	8.261

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (apud MORANDI, 1997, p. 211).

Nota: nd – informação não disponível.

A recessão econômica e a inflação galopante marcam o fim desse período da história do Parque Siderúrgico de Tubarão. Nesse contexto, finaliza-se a presença do Estado na CST em 16 de julho de 1992, quando se efetiva a sua privatização, em meio a uma crise institucional que levaria ao *impeachment* do presidente ocorrido em dezembro do mesmo ano. O estigma do Elefante Branco é, então, retirado das mãos do setor público e repassado à iniciativa privada, como será apresentado no item 5.2 deste capítulo.

5.1.3 A Questão do Emprego e da Migração por Trás da Criação do Parque Siderúrgico de Tubarão

Ao se tratar da implantação do Pólo Siderúrgico de Tubarão, podem-se identificar dois momentos distintos que apresentam peculiaridades tanto nos processos migratórios nesses tipos de empreendimentos, quanto nas formas de utilização do trabalho e de organização da mão-de-obra. No que tange à CST, um primeiro momento, que vai de 1977 a 1983, caracteriza-se por uma intensidade de força de trabalho desqualificada, principalmente migrante, responsável pelas obras de infra-estrutura da empresa. O segundo momento dessa trajetória compreende a intensificação do trabalho em postos técnicos e administrativos, alterando-se também o aspecto migratório, com o envio de trabalhadores ao exterior para fins de capacitação e inicia-se, em 1980, concomitantemente à finalização das obras de construção civil da primeira fase e vai até o fim do período de administração estatal da empresa.

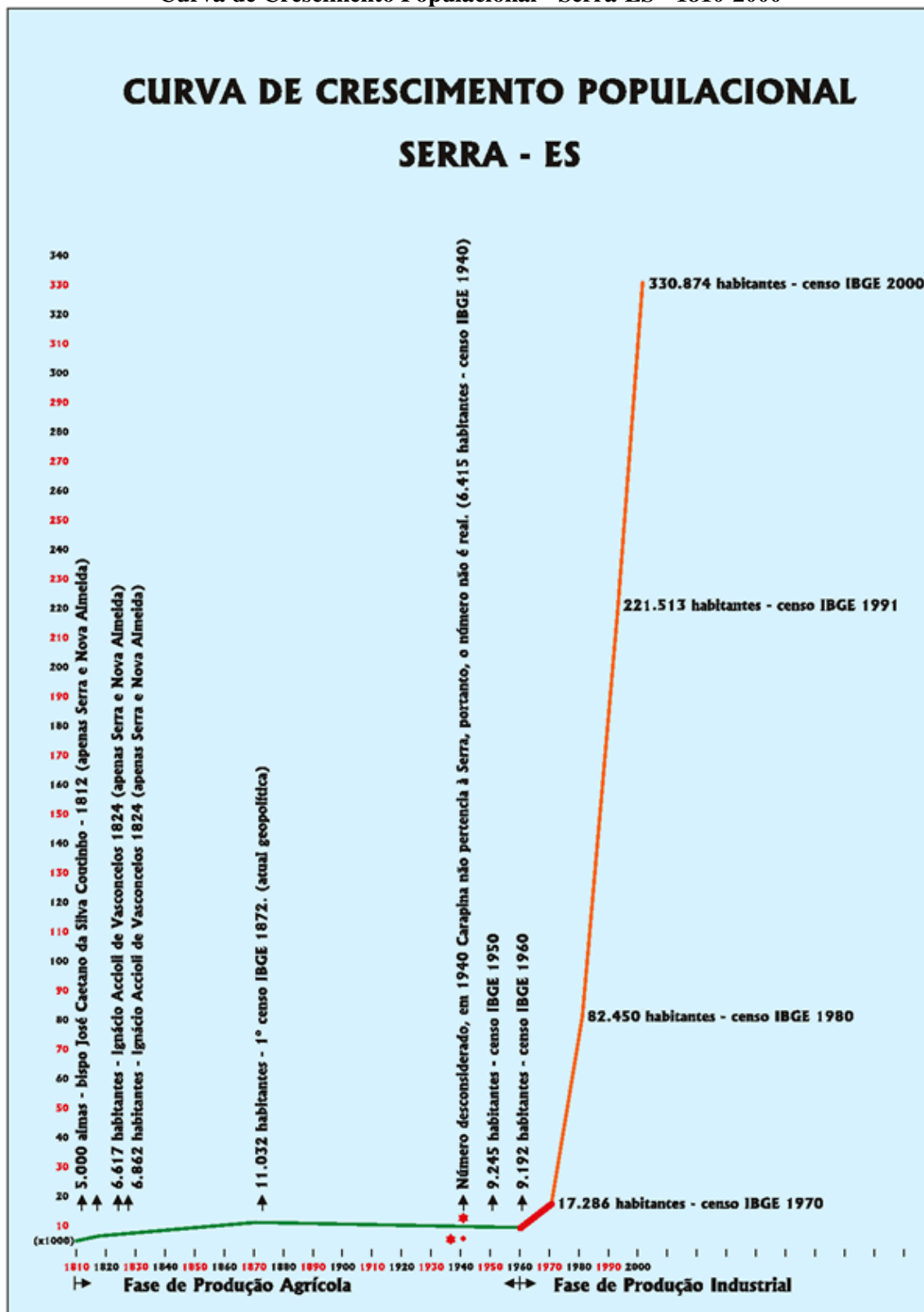
Iniciado em 1977, com o desmatamento da área e seguida pelas obras de terraplanagem de 7,1 MI de m² em 1978, a primeira fase de construção da CST não se diferenciou, em grande medida, das experiências observadas na criação de outros Parques Siderúrgicos no País, no que diz respeito à migração. Esse processo envolveu um intenso trabalho de atração de fluxos migratórios e contenção de seus efeitos sobre a população autóctone da região da Grande Vitória nesse período. Quanto a isso, destacam-se diversas iniciativas, como o planejamento bem estruturado da Vila Operária, os planos de incentivo ao trabalhador e o gerenciamento do contingente populacional migrante, como forma de orientar seu comportamento para minimizar conflitos com a população local e entre a diversidade de pessoas vindas de fora.

Há uma singularidade, contudo, no ambiente em que se criam as condições necessárias à implantação da CST, marcada pela composição mista da diretoria da empresa, que estava dividida entre os sócios, como já apresentado e que importava, nas palavras de Luiz Antônio

R. do Valle (apud RIBEIRO, 2005, p. 38), em “[...] um choque cultural, pois o japonês era metódico e o italiano era emoção e explosão pura”, dessa forma, segundo Duarte (2004) “A gente tinha que costurar dos dois lados e pôr o interesse técnico na frente deles”. Além desse desafio, estava posta em questão a gestão de um contingente de aproximadamente 25 mil operários envolvidos em todo esse processo, de forma que os impactos desse aumento populacional – considerado em quádruplo, levando em conta as famílias desses operários – fossem atenuados ao máximo (ZANOTELLI, 2000). Esse montante de pessoal, a par dos provenientes do interior do próprio Estado do Espírito Santo, era oriundo de diversas regiões do País, sobretudo de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, além Alagoas e Pernambuco, dentre outros Estados, compreendendo, na maioria dos casos, homens entre 18 e 25 anos e de baixa escolaridade.

Uma amostra da magnitude da introdução dessa força operária pode ser observada exemplificativamente no Gráfico 8, que retrata o crescimento vegetativo do município da Serra (Figura 1), responsável por grande absorção desses trabalhadores e de suas famílias.

Gráfico 8
Curva de Crescimento Populacional - Serra-ES - 1810-2000



Fonte: Serra (acesso em 15 maio 2008).

Como se pode verificar, no período correspondente à década de 1970, há um salto de aproximadamente 60 mil habitantes na cidade e, na década seguinte, de cerca de 140 mil. Cabe ressaltar que esse crescimento explosivo em duas décadas na Serra não decorre exclusivamente do impacto da CST, no entanto um fator de agravamento da questão social nesse município e em toda a região da Grande Vitória é o posterior descarte de parte dessa mão-de-obra ao final do ciclo de construção do parque industrial, gerando uma grande área de exclusão social e favelização, para lembrar as contribuições de Dupas (1999) e Ianni (1997), com relação às consequências sociais dos processos econômicos, apresentadas no Capítulo 2 desta tese.

Nesses termos, cabe registrar as palavras de Ribeiro (2005, p. 41, grifo do autor), segundo quem:

O Brasil enfrentava, na época, escassez de mão de obra e esses operários eram ‘trecheiros’,¹⁷ que acompanhavam as empreiteiras nas diversas obras espalhadas pelo Brasil. A Grande Vitória sofreu um acréscimo populacional gigantesco, na década de setenta, e diversos bairros residenciais nos municípios de Serra e Vitória foram consequência do impacto da CST no crescimento urbano. Outra consequência foi o surgimento de bolsões de pobreza e miséria, fruto do êxodo rural e da vinda de milhares de pessoas como mão-de-obra desqualificada, que sonhavam trabalhar como operários na construção civil.

Um elemento que contribuiu para postergar a emergência dessa situação de calamidade social foi a construção da Vila Operária em 1978, logo após o início das obras de preparação do terreno para a efetiva construção da usina. Essa vila se constituiu como uma verdadeira nova cidade, apartada dos complexos urbanos então existentes entre os municípios de Vitória e Serra, composta por uma estrutura dinâmica própria de comércio, serviços e lazer, além de espaços de interação, como um Centro Comunitário e um Centro Ecumênico deslocados dos meios de convivência com a população local.

No contexto da sociabilidade da vila, pode-se caracterizar um ambiente de pleno controle por

¹⁷ .Trecheiros: “[...] peões de trecho que deixam sua terra, sem residência fixa, vão de trecho em trecho, de um canto a outro em busca de trabalho” (FARIAS, 2008, p. 15).

parte da empresa, visto que a disciplina constituía um valor fundamental a ser seguido e no qual se baseavam rigorosas regras sobre o acesso de mulheres, bebidas alcoólicas e jogos de azar nas instalações operárias. Ademais, agregando a isso uma estratégia de estímulo à integração e enaltecimento da força de trabalho como forma de garantir a melhor produtividade, instituíram-se campeonatos esportivos com premiações e equipamentos de entretenimento, como cinemas e *shows*. Isso se deu, segundo Manoel Miranda de Siqueira Neto (apud RIBEIRO, 2005, p. 41), pois:

Houve uma preocupação muito grande, por parte da Diretoria da CST, de não repetir os problemas que surgiram em outras grandes obras no país [...]. O que se pretendia era se aprofundar mais no planejamento, para evitar os problemas decorrentes de uma situação que uma Vila Operária, com 15.000 homens soltos, pudesse trazer de malefícios para a cidade.

Essa atitude da administração empresarial, embora revestida de um discurso otimista quanto à qualidade de vida oferecida em uma Vila Operária, redundou em formas de segregação social em relação ao meio externo, delineando os primeiros traços das relações de trabalho ocorridas no início desse percurso.

O início da década de 1980 inaugura a fase de admissão do corpo técnico e administrativo da CST, de treinamento e capacitação de pessoal, tendendo a uma intensa e constante qualificação da mão-de-obra da empresa. Prova disso foi a duplicação do efetivo de pessoal entre os anos de 1981 e 1982, passando de 2.008 para 4.479 funcionários (RIBEIRO, 2005). Nesse período, mostra-se relevante o fortalecimento das organizações sindicais, que ganham força com a Lei de Anistia e a abolição da Censura, gerando um dos organismos de classe mais fortes do Espírito Santo. Sua importância destaca-se preponderantemente nas manifestações pela garantia dos direitos dos trabalhadores no período de saneamento pré-privatização e, mais propriamente, no da desestatização da empresa.

Esse processo de contratação foi seguido de uma política de aperfeiçoamento da força de trabalho, consubstanciada no envio de empregados para treinamento no exterior – no

contingente de 229 – notadamente Japão, Itália e Rússia, como forma de suprir a deficiência técnica do Espírito Santo em oferecer esse tipo de mão-de-obra requerida pela indústria siderúrgica (RIBEIRO, 2005). Essa política inverte o padrão migratório antes caracterizado pela formação de um mercado de trabalho pouco qualificado, estimulando um maior fluxo de profissionais com atributos técnicos, porém em uma escala exponencialmente menor. Destacam-se, ainda, a criação do Programa de Desenvolvimento Gerencial em 1983, com vistas a garantir a atualização permanente dos funcionários em postos de gerências e a instalação de um Centro de Treinamento na mesma época. Além disso, foi instituído o “Prêmio Kawasaki”, baseado nos valores de respeito, tempo e qualidade, concedido anualmente aos empregados que se destacassem, cujo símbolo era um relógio.

Esses valores retratavam uma cultura de disciplina e controle, trazidas pelos sócios japoneses, nos moldes do Toyotismo amplamente difundido como nova técnica de organização do trabalho e produção, conforme abordado no Capítulo 2 deste estudo. A intensificação da adoção das técnicas do Toyotismo japonês na CST levou a uma pioneira criação de um Programa de Controle de Qualidade Total (TQC/CCQ), em inglês, em 1984. Nesse escopo, merece registro o depoimento de Péricles Manoel Machado Torres, concedido em 2004, no qual afirma que o TQC:

É uma filosofia de trabalho mesmo e que vem sendo, até hoje, trabalhada por cada profissional aqui dentro, buscando, sempre, aprimorar os seus processos e gerar os melhores resultados para a Empresa. É o trabalho de produtividade, ou seja, produzir cada vez mais e melhor, gastando cada vez menos. Essa é a filosofia da produtividade. Eu acho que isso aí tudo que a gente conseguiu até hoje, na Empresa, de alguma forma, tem como sustentação esse trabalho que foi desenvolvido desde o início da operação da usina (apud RIBEIRO, 2005, p. 61-62).

Cabe ressaltar, resgatando a contribuição de Alves (2005) apresentada no Capítulo 2 deste trabalho, que esta estratégia aplicada pela CST se insere em um contexto nacional de reestruturação produtiva que atingiu a força de trabalho brasileira, definindo novas relações de uso de mão-de-obra, ao longo dos anos de 1980, como resposta aos novos dilemas

apresentados pela intensificação do Processo de Globalização.

No âmbito das iniciativas de qualificação do trabalho e de adoção dos TQCs, verifica-se um expressivo aumento de produtividade. Segundo o Relatório Anual de 1985, houve a superação das metas esperadas (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1985), com ganhos de eficiência em todos os setores da empresa, variando, nesse ano, de 10,6% a 38,9% conforme o segmento. Merece destaque, nesse contexto, a produção de placas acabadas, que teve um acréscimo de produção na ordem de 32,4% em relação a 1984 (Tabela 23), correspondendo a um aumento no coeficiente de produtividade da mão-de-obra efetiva de 0,32 em 1984 para 0,42 em 1985 (Tabela 24).

Tabela 23
CST - Aumento de Produtividade (1985)

Produto	Toneladas	Acréscimo em relação ao ano anterior (%)
Coque Bruto	1.671.499	12,6
Sinter	4.917.103	10,6
Gusa Líquido	3.146.141	20,3
Aço Líquido	3.265.290	38,4
Bons Lingotes	3.192.572	38,9
Placa Acabada	2.665.610	32,4

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (1985).

Tabela 24
CST - Coeficiente de Produtividade da Mão-de-Obra Efetiva (1984-1994)
(continua)

Ano	Produção de placas acabadas M/t (P)	Mão-de-obra efetiva direta (T)	Coeficiente de produtividade do trabalho (P/T)
1984	2.013	6.342	0,32
1985	2.666	6.280	0,42
1986	3.009	6.362	0,47
1987	3.023	6.477	0,47
1988	2.417	6.299	0,38
1989	2.713	6.736	0,40
1990	1.762	6.209	0,28
1991	2.906	6.003	0,48
1992	2.748	4.219	0,65
1993	3.102	4.166	0,74
1994	3.148	4.122	0,76

Tabela 24
CST - Coeficiente de Produtividade da Mão-de-Obra Efetiva (1984-1994)
(conclusão)

1995/1996	nd	nd	nd
1997	3500	3343	1,04
1998	3704	3377	1,09
1999	4393	3260	1,34
2000	4695	3143	1,49
2001	4742	3255	1,45
2002	4865	3593	1,35
2003	4770	nd	nd
2004	4935	3960	1,25
2005	4816	3285	1,12
2006	5110	4356	1,17

Fonte: Arcelor Brasil (2005), Companhia Siderúrgica de Tubarão (2001), Morandi (1997) e dados disponíveis em <www.arcelormittal.com.br>, acessíveis em 17 jul. 2008.

Nota: nd – não disponível.

A produtividade desse período é caracterizada pela estabilização na contratação de pessoal efetivo entre os anos de 1984 e 1991, bem como por uma oscilação no contingente de pessoal terceirizado nesse mesmo período (Tabela 22), culminando na diminuição de ambas, em proporções diversas, concernente à política de saneamento da empresa no período imediatamente anterior à privatização. É importante destacar que o coeficiente de produtividade da mão-de-obra desse período variou de 0,42 em 1985 para 0,47 em 1986, mantendo uma estabilidade em 1987. Em seguida, há uma abrupta queda em 1988, para 0,38, tendo em vista o aumento dos encargos sociais e fiscais preconizados pela nova Constituição brasileira e o acirramento de um processo inflacionário, além da explosão de um movimento grevista; observa-se, ainda, uma pequena recuperação em 1989 para 0,40 (Tabela 24).

Nesse contexto, mostra-se relevante a profunda queda em 1990 desse coeficiente para 0,28 (Tabela 24), em função da diminuição planejada da produção, do desaquecimento do mercado internacional de placas e de dois acidentes no alto-forno, responsáveis pela diminuição da produção na ordem de 500.000 de ferro-gusa, essenciais ao cumprimento da meta de produção de placas que seria de 2.167 M/t (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1990). Dessa forma, adota-se a política de saneamento do sistema Siderbrás, para sua posterior

privatização e liquidação, afetando fortemente a composição de mão-de-obra e produtividade nos anos seguintes da CST. Inicia-se, assim, um atribulado processo de transição do capital da empresa das mãos do Estado para a iniciativa privada.

O ano de 1990 foi, nesses aspectos, emblemático na história da CST. Em mensagem veiculada no Relatório Anual de 1990, o presidente da empresa, Sr. Guilherme Cesar Sarcinelli, pondera a efetividade da política de desligamento voluntário que, segundo ele:

[...] possibilitou à CST demitir, sem traumas, 931 empregados, bem como enxugamento da estrutura administrativa, com a eliminação de 258 cargos de chefia, e a conseqüente racionalização de funções. E, apesar das dificuldades na área trabalhista, o ano decorreu sem interrupção da atividade operacional, graças à maturidade no trato das relações de trabalho (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1990).

Dessa maneira, operou-se uma redução dos quadros de pessoal próprio de 7,8% e de terceiros de na ordem de 37,2%, como se pode constatar a partir da análise da Tabela 22. A redução do quadro total de funcionários foi de 20,7%, passando de 12.040 para 9.540 empregos diretos e indiretos. Isso demonstra, no contexto do que se apresentou no Capítulo 2 acerca da precarização das relações de trabalho, a fragilidade do emprego terceirizado, que apresenta oscilação maior em relação aos empregos com vínculos efetivos, nesse caso.

Contudo, o impacto da política de saneamento sobre as pessoas é um fato controverso, como exemplifica o depoimento da Sra. Rosa Maria S. Bernardes, então secretária da Diretoria Industrial:

Eu via, na porta da minha sala, pessoas praticamente desmaiando, pedindo pelo amor de Deus, para não serem mandadas embora, pessoas com filhos excepcionais, pessoas com esposas doentes, dependentes que precisavam do plano de saúde [...]. Foi um trauma muito grande, eu fiquei sem voz quase dois meses (apud RIBEIRO, 2005, p. 77).

Como reflexo dessa política de enxugamento, associada a fatores, como melhoria dos níveis de produção, após sanados os problemas com os acidentes e a recuperação das vendas ao mercado externo (Tabela 24), verifica-se um coeficiente de produtividade de 0,48 em 1991, superando em muito os 0,28 do ano anterior, voltando aos patamares pós-implantação dos

TCQs. Dessa maneira, pode-se inferir a efetividade das ações de estabilização e saneamento da empresa para proceder à sua privatização, o que ocorre em julho de 1992, mesmo enfrentando-se um custo social relevante.

5.2 O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO E O PERÍODO DA ADMINISTRAÇÃO PRIVADA

A privatização da CST se dá no âmbito do Plano Nacional de Desestatização e representa a completa retirada do Estado brasileiro do controle da empresa. Essa saída, contudo, não se deu de forma pacífica, tampouco facilitada, mas representou um árduo processo de negociação, lutas jurídicas e políticas e dissuasão da força de trabalho com relação à sua adesão à política de desestatização da empresa. Dessa forma, o período posterior, dominado pela participação da iniciativa privada nacional, consistiu em uma estratégia de maior saneamento e expansão da CST, finalizando-se com a definitiva passagem de seu controle ao capital internacional com sua aquisição pela, inicialmente pela belga Arcelor e, posteriormente pela indiana Mittal Steel.

5.2.1 O Processo de Privatização: a venda do Elefante Branco

Conforme apresentado sucintamente no capítulo anterior, o PND teve como objetivo principal promover o ajuste fiscal das contas nacionais, associado a uma estratégia liberal de abertura da economia, visando ao aumento do nível de investimento produtivo, à modernização da indústria, além do incentivo à dinamização do mercado de capitais. Nessa perspectiva, a liquidação da Siderbrás e a venda de suas subsidiárias tinham por fim, principalmente, sanar

dívida pública, caso contrário, a atuação do Estado se veria obstada por impasses econômicos de sua gestão. Além disso, o Edital de venda da CST, imbuído de um espírito neoliberal, destaca, como justificativa da privatização, a necessidade de o Estado voltar-se para áreas em que se faça mais relevante a sua presença, como saúde, educação, segurança e saneamento, o que se coaduna com as tendências neoliberalizantes apresentadas no Capítulo 2 deste estudo.

Isso ocorre, para relembrar a contribuição de Santos (2002, p. 38):

Dado que estas mudanças [dentre elas a privatização] têm lugar no fim de um período mais ou menos longo de intervenção estatal na vida econômica e social, o retraimento do Estado não pode ser obtido senão através da forte intervenção estatal. O Estado tem de intervir para deixar de intervir.

Dessa forma, essa política foi fortemente conduzida pelo governo, com atuação direta da Presidência da República e organizada por três órgãos gestores: Comissão Diretora – órgão decisório; Gestor do Programa – o BNDES, responsável pela administração de todas as operações desse processo; e por empresas privadas de consultoria e auditores externos, cujas tarefas consistiam em avaliar as empresas estatais incluídas no plano, bem como formatar a metodologia da privatização.

Importa destacar que uma das inovações desse plano que, de fato, garantiu boa parte do sucesso do processo de privatização, foi a criação dos Certificados de Privatização. Esses ativos financeiros, cuja aquisição pelas instituições de crédito tornou-se obrigatória por imposição do Governo Collor de Mello, garantiam a obrigatoriedade da inclusão do sistema financeiro nacional no Plano de Desestatização, como principais adquirentes das empresas estatais. Cabe destacar, nas palavras de Israel Vainboim, presidente da *holding* do Unibanco:

As instituições financeiras ficam compelidas a entrar no processo de privatização, porque o Presidente Collor, que idealizou o programa de privatização, tinha a preocupação de que não houvesse compradores [...]. Ele fez o Banco Central soltar uma circularzinha em que os bancos tinham de comprar 8% do seu patrimônio em certificados de privatização, que tinha uma renda de mercado por 2 anos, mas depois desse período eles iam ficando biodegradáveis (apud RIBEIRO, 2005, p. 81).

Nesse sentido, a estratégia adotada para forçar a rápida venda das empresas, notadamente da

siderurgia, foi o estabelecimento de que, caso esses títulos não fossem utilizados em uma primeira oferta de ações, teriam sua correção monetária diminuída em 1% ao mês até chegarem a uma atualização de apenas 60% do valor original (PASSANEZI FILHO, 1992).

Garantida a compra das Estatais, dada a estratégia citada, foi iniciada a política de privatização da siderurgia. A CST foi a segunda empresa do grupo Siderbrás a ser desestatizada, após um longo processo que se inicia pelo impasse quanto aos direitos de preferência dos sócios estrangeiros na compra da empresa. Isso se deu, devido ao fato de que o acordo de composição acionária da CST estabelecia que, na retirada de um dos sócios, os demais teriam preferência na compra da empresa, contudo a Lei nº. 8.031/90 estabelecia que a aquisição de ativos ordinários das empresas privatizadas por estrangeiro estava limitada a um percentual de 40% do total.

No caso da CST, cada parceiro estrangeiro (ILVA¹⁸ e Kawazaki) já dispunha de 13% em ações ordinárias e, dada a retirada total do Estado do empreendimento, teria, em tese, direito aos 74% restantes da empresa. Tal impasse foi resolvido no primeiro bimestre de 1992 com a concordância de ambos os sócios em limitar sua preferência aos 14% restantes (7% para cada um) viabilizando, assim, o processo de privatização (BRASIL, 1992a, p. 1). Não obstante essa solução, havia ainda outra pendência, esta na justiça, referente ao capital da CST.

Tratava-se de uma ação do Banco Geral do Comércio (BGC) que conseguiu na justiça a penhora das ações da CST no início de 1992, como forma de garantir o pagamento de uma dívida da Siderbrás, no valor de US\$ 4,6 milhões (BRASIL, 1992b, p. 2). A solução para esse gargalo só foi alcançada em junho do mesmo ano por iniciativa do BNDES – assistente de defesa da Siderbrás – que negociou a troca da penhora dos ativos da CST para o edifício sede

¹⁸ A ILVA é a empresa italiana detentora do capital da Finsider, após sua privatização e que, conseqüentemente, passou a deter os direitos sobre a CST (RIBEIRO, 2005).

da Siderbrás, o que condizia mais com o valor da dívida, pois as ações da Siderúrgica de Tubarão valiam cerca de 100 vezes mais que o referido débito (BRASIL, 1992d, p. 1). Dessa forma, foi possível a formatação do edital de venda da empresa.

A publicação do Edital – Edital PND/A-05/92/CST – em abril de 1992 representou a publicização das regras e do cronograma (Quadro 1) para a venda da CST. Estabelecia o montante de lotes de ações, o preço mínimo de venda, auditado pelas consultorias privadas em US\$ 400 milhões,¹⁹ e as condições de financiamento aos compradores, bem como determinava a participação de compradores nacionais – estatais e privados – e estrangeiros. A privatização se organizaria, assim, em três fases: oferta aos empregados, 1º. Leilão e 2º. Leilão (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1992).

Quadro 1
Cronograma de Desestatização (1992)
(continua)

Data	Evento
08/4	Divulgação do EDITAL e informações ao público
13/4	Íntegra do EDITAL e do prospecto à disposição de interessados
27/4	Prospecto em inglês à disposição de interessados
27/4	Reunião técnica no Rio de Janeiro
29/4	Reunião técnica em São Paulo
04/5	Reunião de esclarecimentos aos empregados
04/5	Reunião técnica em Vitória
05/5	Manual de Instruções disponível aos interessados
11/5	Início das visitas
15/5	Prospecto da OFERTA AOS EMPREGADOS disponível na CST
29/5	Anúncio do preço atualizado para OFERTA AOS EMPREGADOS
01/6	Início da OFERTA AOS EMPREGADOS
09/6	Término das visitas

¹⁹ A pesar de o preço mínimo das ações ter sido estabelecido pela Comissão Diretora, com base nas consultorias contratadas, em US\$ 400 milhões, esse valor se referia à totalidade das ações da CST. Como apenas a parte estatal seria vendida, esse valor foi reduzido ao seu percentual total, que era de 89%, para US\$ 334,8 milhões (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1992).

Quadro 1
Cronograma de Desestatização (1992)
(conclusão)

10/6	Início da pré-identificação para os LEILÕES
26/6	Término da OFERTA AOS EMPREGADOS
06/7	Publicação de comunicação relevante
10/7	Término da pré-identificação para os LEILÕES
14/7	Entrega pelas corretoras à CLC dos resultados da pré-identificação para os LEILÕES
15/7	Anúncio dos resultados da pré-identificação
15/7	Anúncio dos preços atualizados para os LEILÕES
16/7	1º LEILÃO
20/7	Divulgação do resultado do 1º LEILÃO
22/7	Liquidação do 1º LEILÃO
22/7	Liquidação da OFERTA AOS EMPREGADOS
23/7	2º LEILÃO
27/7	Divulgação do resultado do 2º LEILÃO
20/8	Liquidação do 2º LEILÃO liquidação adicional do 1º LEILÃO
21/9	Anúncio do encerramento do processo de desestatização, acompanhado do relatório do auditor externo

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1992).

A fase de oferta aos empregados consistiu em um incentivo à participação deles na privatização da CST, com a aquisição de 12,4% do capital social da empresa, mediante a formação do Clube de Investimentos do Empregados da Siderurgia de Tubarão (CIEST), de acordo com o edital participação no Conselho de Administração da Empresa. Segundo Garcia (2004), essa estratégia resultou de uma negociação da Força Sindical com o Governo Federal, que, permitindo uma participação acionária aos trabalhadores efetivos e aposentados da empresa, reduzia em muito seu potencial de resistência, desmobilizando, assim, as representações laborais locais. Esse tipo de solução assemelha-se muito ao que se descreveu no Capítulo 2 desta tese, quanto às políticas de flexibilização, como as estratégias neoliberais provocam o enfraquecimento das forças operárias e a diminuição do poder dos sindicatos com a adoção de medidas que vinculam os empregados à lucratividade da empresa, pois os transformam em acionistas, para os quais há a esperança de aumento de rendimentos, consubstanciados na ampliação do valor das ações da empresa.

A repercussão dessa medida na CST teve ampla aprovação por parte dos trabalhadores, tanto

que, dos 6.150 empregados efetivos em junho de 1992, 6.030 (98% dos empregados) estavam vinculados ao Clube de Investimentos (BRASIL, 1992c, p. 1), criado para realizar a operação, respondendo pela aquisição de toda a quota destinada a essa fase, que era de 12,4% do capital total da empresa, envolvendo ações ordinárias e preferenciais (Tabela 25). Tal fato foi possibilitado por dois fatores principais: primeiro, pelo deságio de até 70% do valor das ações em relação ao preço praticado nas demais fases, representando um valor menor de cerca de cinco vezes em relação aos preços do 2º. Leilão (Tabela 25) e, segundo, pelas condições de financiamento estabelecidas no edital e proporcionadas pelo BNDES, que garantiam o empréstimo de até 100% do valor das ações, com prazo de amortização de dez anos (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1992).

Tabela 25
Resultado Financeiro da Privatização - CST

	Tipo de Oferta	Data	Capital Ofertada	Capital Vendido	Resultado Vendido (1)	Preço de 1% da Venda (2)
CST	1º Leilão Ordinárias /Preferenciais	JUL/92	70,9%	70,9%	295,4	4,2
	2º Leilão Ordinárias /Preferenciais	JUL/92	5,7%	5,7%	36,9	6,5
	Oferta Funcionários	JUL/92	12,4%	12,4%	15,2	1,2
	Total				347,4	

Fonte: De Paula (apud MORANDI, 1997). Tabela adaptada.

Nota: (1) Em US\$ milhões.

(2) Preço pelo qual foi vendido cada 1% da empresa em cada leilão/oferta

A segunda fase do processo de privatização foi estabelecida pelo edital como 1º Leilão, destinado à venda de 70,9% do capital total da CST aos investidores nacionais exclusivamente. Nele foram negociados 51% do capital ordinário da empresa e 82,5% do preferencial (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1992). O resultado desse leilão foi a compra de todo o montante de ações ordinárias pelos Grupos Bozano-Simonsen (25,4%), Unibanco (20%), adquiridas pelos Certificados de Privatização e CVRD (15%).

A terceira fase, por fim, refere-se ao 2º Leilão, no qual foram disponibilizados 14% do capital ordinário da CST e 5,7% do capital total aos investidores nacionais estrangeiros (Tabela 25). Conforme apontado, contudo, esse capital estava reservado, por direitos de preferência, aos investidores estrangeiros iniciais da CST – ILVA e Kawasaki Steel – no entanto esses sócios preferiam apenas manter inalteradas suas participações e abrir mão desse direito. Nesse caso, previa o edital que essas ações seriam destinadas aos investidores habilitados e vencedores desse leilão.

Havia ainda a hipótese do exercício do direito de retirada dos sócios estrangeiros no negócio após a realização do 2º Leilão. Isso quer dizer que os acionistas minoritários (ILVA e Kawasaki Steel), após verificarem a nova composição acionária da empresa, tinham o direito de se retirar do empreendimento, se desejassem. A solução, para tanto, estava prevista no próprio edital, que estabelecia que, caso isso ocorresse, primeiramente essas ações seriam adquiridas pelos vencedores do 2º Leilão, ou, caso não os houvesse, seriam obrigatoriamente adquiridas pelos investidores do primeiro leilão (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1992). No entanto, vista a nova composição acionária resultante do 1º. Leilão, com investidores financeiramente sólidos, ILVA e Kawasaki Steel resolveram manter-se na empresa (BRASIL, 1992e).

Finalizado o processo de venda, a nova composição acionária da CST passou a contar com oito acionistas principais: a CVRD, os Grupos Unibanco e Bozano-Simonsen, a ILVA, a Kawasaki Steel, os empregados reunidos na Ciest, o FUNSSEST e a Morgan Guaranty Trust Co, conforme se vê na Tabela 26.

Tabela 26
CST - Composição Acionária
Posição em 30-6-1995 (%)

Acionistas (1)	Ordinárias	Preferenciais	Total
CVRD	20,3	23,5	22,2
Grupo Unibanco	20,3	14,7	17,0
Grupo Bosano-Simonsen	20,3	3,0	10,0
Grupo ILVA	13,0	0	5,2
Grupo KSC	13,0	0	5,2
Grupo de empregados CIENT	4,9	1,2	2,7
FUNSET	1,6	1,2	1,4
Morgan Guaranty Trust Co.	0	6,0	3,6
Outros	6,6	50,4	32,7

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (apud MORANDI, 1997, p. 133).

Nota: (1) Número estimado de acionista: 3.702.

Nesse escopo, organizou-se a nova diretoria da seguinte forma: na presidência, André Lara Rezende, representante do Unibanco; na vice-presidência executiva, José Armando Campos, da CVRD; na diretoria administrativa e financeira, Antônio Lima Filho, da gestão anterior; na diretoria comercial, Benjamim Mário Baptista Filho, funcionário da CST; e na diretoria industrial, Jackson Chiabi Duarte, também funcionário da CST (BRASIL, 1992f, p. 3). Isso consolida o processo de privatização da empresa, com sua completa transferência à iniciativa privada, em uma transação descrita por Israel Vainboim (apud RIBEIRO, 2005, p. 81) da seguinte maneira:

A Siderúrgica de Tubarão foi privatizada pelo preço mínimo, era considerada um elefante branco [...]. Compramos um negócio que parecia um elefante branco, uma fábrica inacabada; ninguém quis comprar; o vendedor está feliz, os dois acionistas que já estão lá, desde o início, não quiseram aportar nada e, quando nós chegamos lá, tinha, mais ou menos, nove meses de estoque no pátio e havia um dos piores preços da história de placas.

De fato, a CST era, na época, uma empresa altamente dependente de um mercado internacional em crise, conforme apontado no item anterior, dispondo de apenas um alto-forno, que funcionava em capacidade máxima. Assim, havendo qualquer problema, poderia haver comprometimento da produção e do investimento, produzindo produtos com uma tecnologia obsoleta – o lingotamento convencional – e de baixo valor agregado.

5.2.2 O Período da Administração Privada: rumo à internacionalização do controle da empresa

O período pós-privatização da CST representou uma oportunidade de aproveitar-se a nova composição acionária para, enfim, finalizar o saneamento da empresa, realizar novos investimentos, consolidar seu mercado consumidor e, por fim, internacionalizar-se. É nesse momento da história da empresa que se acirram as relações de trabalho, devido ao impacto das novas políticas de gestão, e que desaparece o mito do “Elefante Branco”, fazendo surgir a “pérola” de vantagens comparativas que garantiram a competitividade e o sucesso da companhia na última década. Desse modo, pode-se dividir a administração privada da CST em cinco fases: Estratégia de Custo – 1992 a 1995; Estratégia de Crescimento – 1996 a 1998; Estratégia de Diversificação – 1999 a 2003; Internacionalização do Capital – 2004 a 2007; e Estratégia Global a partir de 2008.

Logo após a privatização, conforme já apontado, a CST apresentava-se como uma empresa estagnada. Grandes estoques, uma dívida imensa, investimentos incompletos e um quadro de funcionários considerado demasiado eram as principais características da empresa. Dessa maneira, o essencial, na primeira fase, era reverter esse cenário com uma Estratégia de Custos.

Com o objetivo de agilizar o processo decisório, equilibrar as contas da companhia e gerar lucratividade, promoveu-se, logo no primeiro mês após a tomada do controle pelos novos sócios, uma intensa reorganização administrativa, consubstanciada na reformulação do organograma da empresa, formatando o novo conselho – conforme exposto no final do item anterior – e reduzindo as superintendências da empresa de 36 para 12, seguindo-se de um

ajuste de pessoal, que será apresentado no item seguinte. Verifica-se, também, um esforço na redução de custos operacionais, baseado na diminuição dos estoques e na revisão dos contratos com fornecedores. Isso provoca um ganho de produtividade por eliminação de custos gerais na ordem de 30% (SIMÕES et al., 2002).

De fato, a objetividade e efetividade dessas medidas são imediatas. Segundo depoimento de Antonio Lima Filho (apud RIBEIRO, 2005, p. 85), funcionário da empresa até 1999:

Eu me recordo que fiz a primeira apresentação do primeiro lucro mensal ao Dr. Julio Bozano, que era o nosso presidente do Conselho, na época da privatização, no mês de março de 1993, passando da posição deficitária para superavitária [...]. Eu diria que, a partir daquele mês, a empresa estava efetivamente saneada e pronta para dar os passos que, hoje, nós estamos trilhando por aqui.

A isso se somou um plano de investimentos que consistia em uma série de medidas totalizado um aporte de capital de US\$ 373 milhões (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1996), permitindo a melhoria da qualidade do produto com vistas a atingir novos e mais exigentes mercados, notadamente o norte-americano. Nesse sentido, viabilizou-se a reforma do alto-forno I, a instalação do lingotamento contínuo I, do refino secundário, da injeção de finos de carvão (PCI), bem como melhorias operacionais e de controle ambiental (Quadro 2).

Quadro 2
Plano de Investimentos Pós-Privatização

1ª Fase – 1992/1995	2ª Fase – 1996/1998	3ª Fase – 1999/2003
Reforma do Alto-Forno I (preparação)	Reforma do Alto-Forno I (preparação)	Laminador de Tiras a Quente (LTQ)
Lingotamento Contínuo I	Lingotamento Contínuo II	Otimização da Produção – 5,0 Mt
Refino Secundário	Alto-Forno II	Melhorias Operacionais
Injeção de Finos de Carvão – PCI	Desgaseificador a Vácuo – RH	Controle Ambiental
Melhorias Operacionais	Fábrica de Oxigênio III	
Controle Ambiental	Casa de Força III (Geração de Energia)	
	Melhorias Operacionais	
	Controle Ambiental	
US\$ 373 milhões	US\$ 913 milhões	US\$ 948 milhões

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (2001).

Nesse sentido, a finalização do ano de 1993 foi emblemática para a empresa, pois representou uma completa inversão da situação pré-privatização. Já no Relatório Anual de 1993, a CST apresenta lucro líquido e venda de toda a produção anual de placas – cerca de 3.1 M/t – o que colocou a empresa entre as cinco maiores exportadoras brasileiras e a consolidou como a siderúrgica de menor custo de produção de aço em todo o mundo (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1993).

Isso demonstra que a presença marcante da iniciativa privada, com a aplicação de modelos neoliberais de gestão, modificou o posicionamento das empresas privatizadas no mercado. Ao menos nesse caso, o que se constatou no Capítulo 2 desta tese como contribuição teórica, quanto aos mecanismos de *downsizing*, automação e flexibilização das relações de produção, se confirma. Há que se verificar, contudo, os reais impactos sobre as relações de trabalho e no próprio mercado laboral, objeto do próximo item.

A fase seguinte, representada pela Estratégia de Crescimento, tem início com uma recomposição acionária da empresa, resultante da saída dos bancos. Segundo Vainboim (apud RIBEIRO, 2005), a decisão dos bancos de se retirar do empreendimento se deu devido a um conflito entre a natureza das atividades financeira e siderúrgica. Após um relatório elaborado por um consultor austríaco, responsável pelos financiamentos do Citibank a várias plantas siderúrgicas espalhadas pelo mundo, ficou constatado que, em função das características da siderurgia, particularmente da CST, seriam necessários investimentos da ordem de US\$ 1 bilhão a cada três ou cinco anos, para manter a competitividade da empresa, e o retorno seria de até 12% ao ano.

Dado esse cenário, o Bozano-Simonsen e o Unibanco se retiraram em fins de maio de 1996, repassando suas ações para a Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita) e para a Kawasaki Steel. Concomitantemente, a Ilva/Finsider também decide sair do empreendimento.

Dessa maneira, a nova composição acionária (OLIVEIRA, 2004) passou a ser conformada pela CVRD e pela California Steel Ind. (CSI), juntamente com as outras duas citadas. É importante ressaltar que, nesse momento, a maior parte das ações ordinárias se concentrava em poder de grupos nacionais, uma vez que a Acesita, após privatizada, teve seu controle majoritário nas mãos de fundos de pensão e nos bancos nacionais. Além disso, a Vale detinha 50% do controle acionário da CSI. Dessa forma, a participação internacional na CST restringiu-se, mormente, aos 20,5% do investidor japonês (DE PAULA, 2002).

A isso se segue um forte plano de expansão da capacidade produtiva, responsável pelo investimento de US\$ 913 milhões (Quadro 2), entre 1996 e 1999, destinados à construção do alto-forno II, do lingotamento contínuo II, da fábrica de oxigênio III da casa de força III, do desgaseificador a vácuo, além de melhorias operacionais e de controle ambiental. A relevância desse investimento está no fato de que ele ocorre em um período inferior a três anos, demonstrando o empenho em se aproveitar as vantagens oferecidas pela “pérola capixaba”. Isso se constatou a partir do relatório do consultor austríaco, que atesta, segundo Vainboim (apud RIBEIRO, 2005, p. 91):

A CST é o produtor de ferro líquido de menor custo do mundo, tem a melhor localização para a fabricação de placas do mundo, ela está à beira de um porto de calado fundo, que permite que navios muito econômicos [pois suportam um limite de carga muito grande] transportem o produto. Ela está no fim de uma ferrovia de altíssima qualidade que traz o minério-de-ferro de mais alta concentração do mundo, de um dos maiores fornecedores de minério-de-ferro do mundo. Se alguém tiver que desenhar no mundo uma localização para essa fábrica, tinha que colocar em Tubarão.

Essa conjunção de fatores com o investimento citado permitiu à CST uma ampliação de sua capacidade produtiva nominal em uma ordem de 1,2 Mt/a (SIMÕES et al., 2002, p. 7). Isso permitiu, já em 1997, uma produção recorde de 3,5 Mt de placas, estimulada pelos preços atrativos no mercado internacional (RIBEIRO, 2005, p. 93).

A terceira fase, por sua vez, corresponde à Estratégia de Diversificação produtiva. Iniciando-

se em 1998, é marcada pela aquisição da Acesita pelo grupo francês Usinor,²⁰ o que representa um primeiro passo da internacionalização da CST. A composição acionária da empresa nesse momento se constituía da seguinte forma: Acesita/Usinor 43,91%; CVRD 20,51%; Kawasaki Steel 20,51%; CSI 4%; empregados 5,47%; outros 5,60% (Tabela 27).

Tabela 27
Composição Acionária da CST em 31-12-2001 (%)

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Acesita/Usinor (1)	43,91	33,14	37,29
CVRD	20,51	24,32	22,85
Acionistas Japoneses	20,51	0	7,91
Califórnia Steel	4,00	0	1,54
Ciest/Funssest	5,47	1,73	3,17
Outros	5,60	40,81	27,24

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (2001, p. 3).

Nota: (1) Através da Aços Planos do Sul S.A.

Com a consolidação dos investimentos da fase anterior e o acendimento do alto-forno II em julho de 1998, a CST pode, enfim, partir para uma maior diversificação, já que os problemas por ter um único alto-forno – conforme foi ressaltado – não mais subsistiam. Ademais, registra-se o crescimento da produção de aço líquido de 3,6 Mt/a para 4,8 Mt/a, proporcionando a operacionalidade do segundo lingotamento contínuo (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1998). Desse modo, passou-se a uma terceira etapa de investimentos (Quadro 2), com um valor investido de US\$ 948 milhões para o período 1999-2003, designados para a implantação do Laminador de Tiras a Quente (LTQ), a reforma do alto-forno I, melhorias operacionais e de controle ambiental.

A diversificação se deu com o LTQ que possibilitou a empresa, então voltada principalmente para o mercado internacional, inserir-se no mercado nacional de laminados planos. Cabe destacar, também, que essa nova planta representa uma ampliação da cadeia produtiva do aço

²⁰ A União Siderúrgica do Norte da França (Usinor) – do francês, Union Sidérurgique du Nord de la France – funde-se em 2002 com outras duas siderúrgicas européias, a belga Arbed – Aciarias Reunidas de Burbach-Eich-Dudelange – do francês Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange – e a espanhola Acerália, formando, assim, o Grupo Arcelor (DE PAULA, 2002).

na CST, que, finalmente, passa a disponibilizar ao mercado um produto final, logo de maior valor agregado, de seu ramo da siderurgia, a bobina. Isso foi alcançado em um cenário de crises financeiras internacionais ao longo da década de 1990, dentre as quais se destacam a do México, a dos “Tigres Asiáticos” e a da Rússia, culminando na crise cambial brasileira de 1998-1999, que provocou a desvalorização do real.

Essa instabilidade econômica afetou o preço das placas no mercado mundial, contudo isso não representou um problema para a CST, já que foram observados ganhos de exportação proporcionados pela desvalorização do real. Do lado contrário, verificou-se um aumento da dívida em dólar da empresa. Isso não representou maiores desafios, já que o terceiro plano de investimento foi apresentado ainda em 1999, podendo-se inferir que os ganhos de competitividade com o aumento das exportações atenuaram os gastos com o pagamento da dívida, possibilitando a expansão da planta produtiva.

Nessa fase, ampliando a diversificação, verifica-se a primeira iniciativa da CST, em 2000, na formação de uma planta produtiva fora de seu parque industrial no Espírito Santo. Em conjunto com a francesa Usinor (65%) e a espanhola Gestamp (10%), a CST (25%) inicia, em 2002, a construção da Vega do Sul (Figura 11) em São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de para lá escoar parte de sua produção de bobinas – produto final do LTQ – para a produção de aço galvanizado automobilístico (70% da produção) e para o segmento de eletrodomésticos, dentre outros (DE PAULA, 2002; RIBEIRO, 2005).

No ano de 2001, a CST atinge a produção de 4,78 Mt/a de aço bruto, além de ter se tornado a maior siderúrgica brasileira na produção de placas e a empresa responsável pela 4ª maior geração de divisas para o País, com US\$ 659 milhões, bem como a 6ª maior exportadora brasileira, com US\$ 884 milhões (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 2001).

No ano de 2002, entra em operação o LTQ, cuja a produção anual foi de 118 mil toneladas de

bobinas (referentes a apenas um mês de operação). Cabe destacar, ainda, que a produção do LTQ foi responsável pela redução da destinação de parte da produção de placas para o mercado internacional, já que demandava essa produção para transformá-la em 1.131 mil toneladas de bobinas em 2003, das quais 78% destinavam-se ao mercado nacional e 22% ao mercado externo, apresentando um faturamento superior a US\$ 1 bilhão (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 2002, 2003).

Conforme apontado, a CST nasceu com o propósito de voltar-se para o mercado externo. No entanto, nesse momento da história da empresa, quase 30 anos após a sua inauguração, sua guinada para o mercado interno resultou em uma série de fatores que merecem destaque, principalmente quanto à sua contribuição à economia capixaba, no que se refere à geração de emprego – diretos e indiretos – e renda, uma vez que cerca de 1.800 empresas locais constam da lista de fornecedores da CST, o que corresponde a 50% de suas compras, dentre matérias-primas, fretes, materiais, serviços e outros. Há também a atração de investimentos externos à empresa, mas ligados à cadeia produtiva do aço, desenvolvendo ramos especializados, como o de química, metalurgia e de minerais não-metálicos, (SIMÕES et al., 2002, p. 8-9) bem como o estímulo à ampliação da planta energética do Estado, com sua diversificação para termoeletricas a gás natural e *diesel*.

O crescimento da demanda da CST na economia capixaba comparativamente ao Brasil pode ser avaliado a partir da Tabela 28, na qual se constata um aumento de 18,4% no fornecimento de matérias-primas e materiais por empresas do Espírito Santo e de 5,64% no setor de serviços, entre 2000 e o primeiro semestre de 2001. Nesse ciclo de investimentos, verifica-se, em 2004, a criação da “Rota do Aço”, uma iniciativa de renovação da navegação de cabotagem (Figura 12) destinada ao transporte de bobinas entre o Espírito Santo e Santa Catarina, a partir de um novo porto privativo (Figura 13).

Tabela 28
Investimentos da CST - Brasil e ES (US\$ mil)

Fornecedor	2000			2001 (Jan/Jul)		
	Brasil	ES	ES/BR	Brasil	ES	ES/BR
Materiais e MP	2.415,00	200,40	8,30	919,27	245,41	26,70
Serviços	102.281,32	6.550,76	6,40	50.490,02	6.080,84	12,04
Total	104.696,32	6.751,16	6,45	51.409,29	6.326,25	12,31

Fonte: Simões e outros (2002, p. 13).

A quarta e atual fase da trajetória da CST é representativa de sua definitiva internacionalização. Em 2004, inicia-se o processo de transferência das ações da CVRD e da Kawazaki Steel para o Grupo Arcelor. A empresa passa a uma nova etapa de investimentos destinados à ampliação da capacidade de produção de 5 Mt/a para 7,5 Mt/a de placas e bobinas (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 2004).

Totalizando um montante de US\$ 1,8 bilhão, destina-se esse valor à construção do alto-forno III, de um novo sistema de injeção de finos de carvão nos altos-fornos, de um terceiro convertedor na aciaria, de uma terceira máquina de lingotamento contínuo, de uma segunda unidade de desgaseificação a vácuo do aço, de um terminal de barcas oceânicas (Figura 12), além de investimentos ambientais e operacionais (Quadro 3). Destaca-se, nessa expansão, ainda, a construção da planta de uma nova coqueria (Figura 14) chamada Sol Coqueria Tubarão S.A. (SOL), formada a partir de uma *joint-venture*, criada em 2004 entre CST, Belgo Mineira e a americana Sun Coal & Coke Company (SUN), objetivando a instalação de uma capacidade nominal de 1,5 Mt/a de coque, a maior parte destinada à produção da CST (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 2004).

Quadro 3
Plano de Investimentos Internacionalização do Capital e Estratégia Global

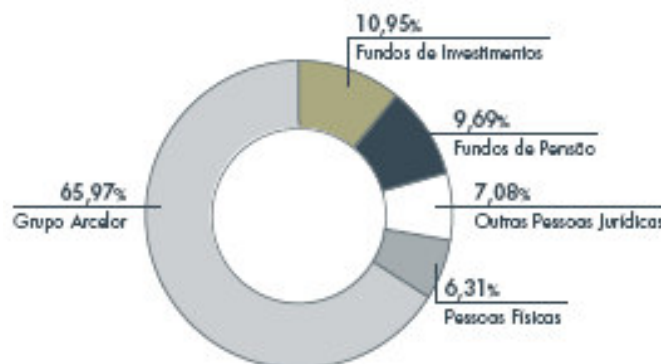
Fase 4 – 2004/2007	Fase 5 – 2008/2012 (previsão)
Alto-Forno III	Expansão da Produção de Laminados a Quente
Unidade de Injeção de Finos de Carvão Pulverizado (PCI II)	Duplicação da Capacidade Instalada do LTQ
Sistema de Abastecimento de Matérias-Primas	
Convertedor	
Lingotamento Contínuo III	
Nova Desgaseificação a Vácuo do Aço (RH)	
Nova Fábrica de Coque (SOL)	
Duas Novas Fábricas de Oxigênio (1)	
Novo Granulador de Escória (1)	
Nova Calcinação (1)	
Melhorias Operacionais e Controle Ambiental	
US\$ 1,8 bilhão	US\$ 91 milhões

Fonte: ArcelorMittal Brasil (2007) e Companhia Siderúrgica e Tubarão (2004). Elaboração própria.

Nota: (1) Unidades implantadas por terceiros

A saída dos acionistas remanescentes da privatização – CVRD, Kawasaki Steel e CSI – se consolida em 2005, permanecendo a *holding* Grupo Arcelor²¹ na direção do empreendimento, como pode ser observado no Gráfico 9. A partir desse momento, a CST passa a ser denominada Arcelor Brasil S.A., tornando-se, efetivamente, uma empresa transnacional, pois passa a ter seu controle acionário majoritário nas mãos de um grupo multinacional. Fato marcante quanto ao contexto capixaba, nesse processo, é a mudança do centro decisório da empresa para a cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Gráfico 9
Composição Acionária da Arcelor Brasil S.A. 31-12-2005



Fonte: Arcelor Brasil (2005, p. 43).

²¹ O Grupo Arcelor é uma empresa criada para deter – *holding* – os direitos acionários sobre a Arcelor Brasil S.A. – antiga CST – a Belgo Mineira e a Vega do Sul (RIBEIRO, 2005).

Representativa dessa fase de internacionalização da empresa é a fusão dos grupos Arcelor com o Mittal Steel, formando a ArcelorMittal em julho de 2006. Com essa nova caracterização, a *holding* da antiga CST – atual ArcelorMittal Tubarão – passa ao controle dos indianos da Mittal. Essa fusão foi responsável por inserir a empresa capixaba em uma rede transnacional caracterizada da seguinte forma no Relatório Anual de 2006:

A ArcelorMittal, resultado da fusão da Arcelor e da Mittal Steel, é a maior empresa siderúrgica mundial, com 330 mil empregados em mais de 60 países e capacidade de produção anual de 130 milhões de toneladas de aços planos, longos e inoxidáveis, o que corresponde a mais de 10% do total de aço fabricado no mundo. Ocupa posição de liderança nos principais mercados, entre eles os de automóveis, construção, eletrodomésticos e embalagens, destacando-se no campo de pesquisa e desenvolvimento e de tecnologia. Conta com substanciais fontes próprias de matérias-primas e uma vasta e bem-aparelhada rede de distribuição. Tem unidades industriais em 27 países da Europa, Ásia, América e África, o que garante a participação em todos os mercados estratégicos de aço, tanto em economias desenvolvidas como emergentes (ARCELOR BRASIL, 2006, p. 3).

Nesse sentido, vale destacar as palavras de Sr. Sidemberg Rodrigues, gerente de Comunicação em Imagem da empresa, no Espírito Santo, em entrevista concedida a Larissa Bazílio:

A fusão entre empresas é um processo complexo, que requer tempo e muita flexibilidade para que sua consolidação se concretize. No nosso caso, está acontecendo muito mais que uma fusão da cultura Arcelor com a cultura Mittal. Estamos em 60 países. O que observo é uma interação entre muitas culturas, unidades industriais e nações em diferentes estágios de desenvolvimento. Na ArcelorMittal Tubarão estamos sentindo a turbulência natural de um processo de fusão. Isso é fato. Há apreensões, mas também muita esperança (RODRIGUES, 2007, p. 24).

Nessa mesma linha de pensamento, podem-se destacar as palavras do diretor-presidente da ArcelorMittal Tubarão, Sr. José Armando de Figueiredo Campos:

Agora temos novos desafios. A consolidação do setor industrial é um fato inexorável. O mundo passa por transformações que exigem uma nova configuração das corporações em busca de maior competitividade, eficácia e produtividade. No segmento siderúrgico é fundamental ter escala e tecnologia para atender a um mercado cada vez mais exigente em relação à qualidade e aos custos. Essa transformação não poderia ter sido freada, e não foi. Nossa Companhia também participa dessa dinâmica e hoje está integrada ao maior grupo siderúrgico mundial, a ArcelorMittal (CAMPOS, 2007, p. 2).

Esse novo panorama no qual se inseriu a empresa não alterou seu projeto de expansão, sendo consolidado em um valor maior que o previsto, isto é, US\$ 1.8 bilhão (ARCELORMITTAL BRASIL, 2007, p. 24), finalizado no ano de 2007. Nesse sentido, por ocasião da inauguração

do alto-forno III, o presidente do Grupo ArcelorMittal, Sr. Lakshmi Mittal, apresentou a seguinte perspectiva:

I am happy to be able to announce today that over the next five years we will be investing approximately US\$ 5 billion in our Brazilian operations, including maintenance. This includes such projects as the expansion of the hot strip mill to four million tons per year and constructing a new hot dip galvanising line in Vega do Sul (MITTAL, 2007).²²

Diante desse cenário, pode-se dizer que se inaugura uma nova fase de investimentos a partir de 2008 na ArcelorMittal Tubarão – novo nome dado à antiga Arcelor Brasil S.A. – mas que ainda se encontra em fase de concretização, visto que, no escopo do investimento anunciado acima, apenas US\$ 91 milhões foram destinados ao parque industrial no Espírito Santo, com perspectiva de gerar um ganho de US\$ 1,2 bilhão para a empresa e US\$ 127 milhões na Vega do Sul (ARCELORMITTAL BRASIL, 2007) (Quadro 3).

5.3 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PÓS-PRIVATIZAÇÃO

As relações de trabalho na CST, após sua venda no processo de desestatização, apresentam diversas facetas. Em consonância com a divisão desse período por fases de investimentos, vê-se que há muitos fatores a se ressaltar e, contudo, necessitariam de um novo trabalho para aprofundar todo esse período de 16 anos após a privatização. Dessa maneira, acompanhando o escopo desta tese, a análise da questão do trabalho será aprofundada apenas no período em que a empresa inicia seu processo de internacionalização, nos anos de 1999 a 2001,

²² Eu estou feliz de ser capaz de anunciar hoje que, nos próximos cinco anos, nós investiremos aproximadamente US\$5 bilhões em nossas operações brasileiras, incluindo manutenção. Isso inclui projetos tais como a expansão do laminador de tiras a quente para quatro milhões de toneladas por ano [em Tubarão] e a construção de uma nova linha de galvanização a quente na Vega do Sul (tradução nossa).

correspondentes ao começo terceira fase de investimentos, apresentada anteriormente.

Nesses termos, esta seção abordará as relações de emprego na CST em três momentos. A princípio, será delineado um panorama do imediato pós-privatização analisado na seção anterior. Em seqüência, faz-se um estudo da precarização das relações de trabalho no período de início da internacionalização. Por fim, traçam-se algumas considerações acerca da situação laboral na fase 4 de efetiva internacionalização do capital da empresa.

5.3.1 Panorama das Relações de Trabalho no Imediato Pós-Privatização

O imediato pós-privatização, influenciado pela estratégia de redução de custos, aprofundou a política de corte de gastos com pessoal iniciada na etapa de saneamento da empresa para o processo de desestatização. Dessa maneira, um intenso choque de gestão de pessoal foi observado na aplicação de uma política de *downsizing*, diminuindo-se o contingente de mão-de-obra e incrementando-se a política de qualificação dos empregados para que um número menor de trabalhadores exercesse as mesmas atividades em um amplo processo de flexibilização. Cabe ressaltar, contudo, algumas especificidades desse processo na CST.

Nesse contexto, cabe destacar as palavras de Álvaro José Ferreira Ribeiro, empregado da CST desde 1981 e atual gerente de Recursos Humanos da ArcelorMittal Tubarão:

Nós tivemos duas mil demissões no dia 01/09/1992. Na verdade, houve uma mudança e a empresa sentiu que tinha que se reestruturar. Em compensação, muitas das coisas passaram a ser mais ágeis e outras formas revistas. [...] Com certeza, cortaram o rabo do cachorro com uma cortada só; para cicatrizar, demora um determinado tempo (apud RIBEIRO, 2005, p. 77).

Nesse mesmo sentido, encontra-se o depoimento de Airton Flávio Diesel, ex-gerente de Divisão de Recursos Humanos:

A CST, que tinha um quadro de pessoal na ordem de 6.200 pessoas, reduziu para 4.200. E essas 4.200 pessoas continuaram produzindo 3 milhões de toneladas de aço,

na mesma proporção. Quando a CST tomou a decisão de investir em tecnologia, ela também tomou a decisão de investir em capacitação de seus recursos humanos, para que o seu efetivo, os seus recursos humanos pudessem operar aquelas tecnologias e tirar delas um maior proveito, aumentando a produtividade dos recursos humanos da CST (apud RIBEIRO, 2005, p. 77).

Contudo, o que se pode observar, a partir da análise conjunta das Tabelas 22 e 29, é que a manutenção dessa produção se dá mais por um aumento da contratação de empregados terceirizados, já que estes aumentaram em cerca de 1.500 trabalhadores entre 1992 e 1994 (Tabela 22), enquanto a quantidade de funcionários efetivos qualificados foi reduzida, no mesmo período, em aproximadamente 100 pessoas, mas que já vinha de uma redução de pouco mais de 1.000 funcionários qualificados entre 1991 e 1992 (Tabela 29). Nesses termos, percebe-se que esse discurso de qualificação da mão-de-obra teve muito menos efetividade do que o apresentando na citação acima.

Tabela 29
CST - Evolução do Quadro de Pessoal Próprio por Qualificação e por Alocação
(1984-1994) (No. de empregados)

Pessoal	1984	1986	1989	1991	1992	1993	1994	89/94
<i>Por Qualificação</i>								
Chefia	394	360	426	183	99	98	91	-79%
Superior	551	647	792	701	509	516	538	-32%
Técnico	1006	1077	1318	996	686	688	690	-48%
Qualificado	4391	4278	4200	4123	2925	2864	2803	-33%
<i>Por Alocação</i>								
Produção	5143	5138	5227	4799	3300	3262	2961	-43%
Administração	327	867	1257	1136	897	882	883	-30%
Investimento	872	357	252	68	22	22	278	+10%
Total	6342	6362	6736	6003	4219	4166	4122	-39%

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (apud MORANDI, 1997, p. 216).

Comprovam essa dinâmica da terceirização as palavras de Zanotelli (2000, p. 31):

Logo depois da privatização, parte dos operários demitidos da CST foram substituídos por trabalhadores de empreiteiras (muitas vezes ex-assalariados da CST) que atuavam diretamente na produção e/ou através de horas extras efetuadas pelos trabalhadores da própria empresa e, em parte, por estagiários e aprendizes.

Assim, o que se denota dessas informações e dos dados das tabelas citadas é que, efetivamente, há um forte indício de precarização das relações de trabalho na empresa. Isso se constata ao se comparar esses dados com os expostos no item 2.3.2 do Capítulo 2 desta tese, já que se confirmam as características da terceirização de redução da formalidade

empregatícia, eliminando os vínculos do trabalhador com a empresa em que efetivamente presta serviços, bem como diminuindo a cobertura da legislação trabalhista e dos sindicatos a esse trabalhador. Essa situação culmina ainda em uma maior peculiaridade do processo de terceirização, que é a pior remuneração do trabalho.

Tabela 30
CST - Gastos com Pessoal Efetivo e Terceirizado (US\$ milhões)
(1992-2001)

ANO	Pessoal Próprio	Pessoal de Terceiros
	Gasto Total	Gasto Total
1992	94,4	42,1
1993	87,8	31,2
1994	119,2	41,7
1995	nd	nd
1996	153,3	54,8
1997	154,2	63,5
1998	145,8	69,0
1999	81,6	49,3
2000	105,7	65,9
2001	84,9	60,9

Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (2001) e Morandi (1997). Elaboração própria.

Nota: nd – não disponível.

Esse último fator pode ser aferido com a análise da Tabela 30, na qual se vê que, no ano de 1992, o gasto com o conjunto de empregados efetivos era de US\$ 94,4 milhões para um total de 4.219 pessoas, enquanto os trabalhadores terceirizados respondiam por uma despesa de US\$ 42,1 milhões, distribuídos entre 2.650 pessoas. Para se manter a proporção da remuneração entre essas duas categorias de mão-de-obra, o montante de gasto com terceiros deveria ser aumentado para US\$ 59,3 milhões, o que corresponde a uma variação de 18,2%. Nos dois anos seguintes, 1993 e 1994, essa variação percentual foi de 47 e 65,4, respectivamente. Por fim, destaca-se que, nos anos de 1994, o percentual de profissionais terceirizados ultrapassa ligeiramente o de funcionários efetivos, sendo, respectivamente, 50,1% e 49,9% (Tabela 22).

Como se pode constatar, o nível da precarização das relações de trabalho se intensifica absurdamente nesses três primeiros anos após a privatização da CST. Acompanhando ainda

esse processo, verifica-se uma divergência entre a configuração do quadro de trabalhadores da CST, no pós-privatização, e do padrão observado em outros casos da siderurgia nacional, conforme exposto no Capítulo 4, a partir da análise de Garcia (2004.). De fato, o maior impacto na redução de pessoal nesse setor se deu nas áreas administrativas em contraposição a um aumento da mão-de-obra alocada na produção, contudo, na CST, observa-se o movimento inverso, como se pode aferir a partir da Tabela 31.

Tabela 31
Empregados Alocados em Áreas Administrativas e de Produção
Siderurgia Brasileira e CST (1989-1994) (%)

ANO	BRASIL			CST		
	Produção	Administração	Expansão	Produção	Administração	Expansão
1989	77,79	20,37	1,84	77,60	18,70	3,70
1990	78,44	20,01	1,58	nd	nd	nd
1991	79,84	19,45	0,71	80,00	18,90	1,10
1992	81,93	17,63	0,44	78,20	21,30	0,50
1993	81,52	17,21	0,27	78,30	21,20	0,50
1994	83,02	16,39	0,59	71,80	21,40	6,80

Fonte: Morandi (1997) e Oliveira (2000).

Nota: nd – não disponível

Ainda nessa seara da precarização das relações de trabalho, cabe destacar outro fator da política de *downsizing*, que é o aumento da produtividade da mão-de-obra. Como se pode ver, a partir da Tabela 24, há um expressivo aumento do índice de produtividade da mão-de-obra efetiva, passando de um coeficiente de 0,48 no pré-privatização – 1991 – para 0,76 em 1994. Isso comprova a efetividade da aplicação de um processo de flexibilização, já que, segundo o Relatório Anual da Administração de 1993 da CST, a empresa atinge o menor custo mundial de produção de aço (COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO, 1993), embora atribua esse sucesso a uma estabilidade no processo operacional a um modelo de gestão e a uma política de valorização dos empregados.

5.3.2 Precarização do Trabalho e Início da Internacionalização do Capital da Empresa

Desde seu nascimento, a CST apresenta um forte vínculo com o exterior. Criada para atender a uma demanda internacional por placas de aço e com uma composição acionária que envolveu parceiros estrangeiros, a empresa voltou-se, desde seu início, ao mercado internacional. Contudo, o processo de internacionalização de seu controle foi relativamente lento, pois, mesmo após sua privatização, o primeiro momento em que uma *holding* externa passa a administrá-la se dá em 1999, com a aquisição da Acesita pela Usinor.

É nesse escopo que se passa a entender a maior profundidade da influência do processo de globalização na CST. De fato, só então ela se torna uma empresa transnacional e o caráter de implementação de políticas neoliberais, com maiores conseqüências para o mundo do trabalho, se intensifica. Dessa maneira, justifica-se um maior cuidado em entender o processo de precarização das relações de trabalho na empresa, utilizando-se, para tanto, da coleta de dados realizada pelo projeto da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), “CST no Espírito Santo” (SIMÕES et al., 2002).

Tal pesquisa ocorreu no período de novembro a dezembro de 2001, envolvendo o universo de trabalhadores desligados da CST entre 1999 e 2001. Em um total de 150 empregados demitidos nesses anos, foram excluídos do âmbito da coleta de dados as classificações de “término de contrato de menor aprendiz”, “pedido antecipado de término de contrato de menor aprendiz” e “morte do empregado”, reduzindo a totalidade de entrevistas para 98 ex-funcionários, distribuídos nas seguintes categorias: “aposentadoria por invalidez”, “demissão sem justa causa”, “demissão com justa causa” e “pedido de demissão”. Deste total, foram entrevistadas 71 pessoas, tendo em vista que 17 não foram localizadas, quatro não quiseram responder à pesquisa e seis encontravam-se fora do Estado ou do País (SIMÕES et al., 2002).

A partir dos resultados da pesquisa, constata-se que o principal motivo da demissão foi a decisão da empresa pela dispensa voluntária do empregado – demissão sem justa causa – totalizando 87 casos, ou 88,8% do total de demissões; seguida de somente oito pedidos de demissão, representando 8,2%; duas aposentadorias por invalidez, correspondentes a 2% das cessações de contrato de trabalho; e apenas uma demissão por justa causa (Tabela 32).

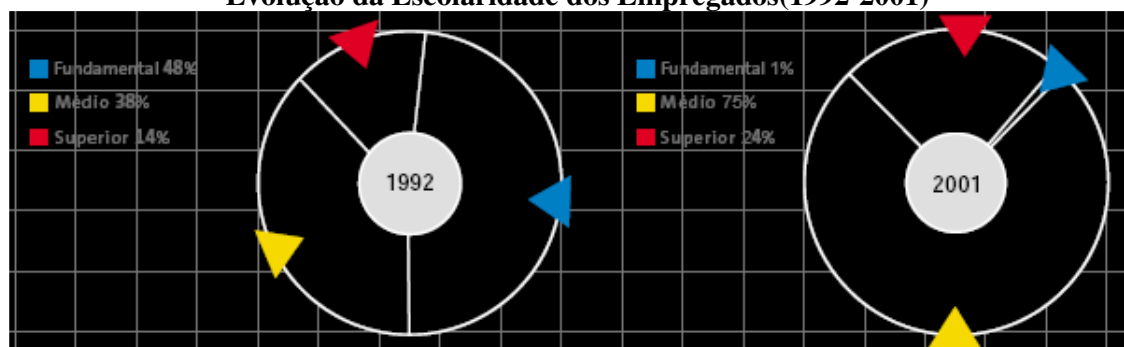
Tabela 32
Motivo da Demissão (1999-2001)

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Aposentadoria por invalidez	2	2,0	2,0	2,0
Demissão com justa causa	1	1,0	1,0	3,1
Demissão sem justa causa	87	88,8	88,8	91,8
Pedido de demissão	8	8,2	8,2	100,0
Total	98	100,0	100,0	

Fonte: Simões e outros (2002).

Desse total de funcionários desligados da empresa, tem-se que 14,1% possuíam pós-graduação, 26,8% o curso superior, 39,4% 2º grau completo, 15,5% tinham o 1º grau completo e 4,2% com apenas a 4ª série concluída (SIMÕES et al., 2002). A princípio, não se configura assim na CST, nesse período, a constatação de Ramos (2007), apresentada no Capítulo 2, acerca da escolaridade no mercado de trabalho industrial brasileiro, afirmando que os trabalhadores com menor escolaridade sejam mais vulneráveis à demissão. Contudo, analisando-se o Gráfico 10, pode-se ver que a progressão de funcionários com até o primeiro grau completo foi reduzida na CST de 48% em 1992 para 1% em 2001.

Gráfico 10
Evolução da Escolaridade dos Empregados(1992-2001)



Fonte: Companhia Siderúrgica de Tubarão (2001, p. 29).

Cabe ainda destacar que, do total de ex-funcionários entrevistados, 22,5% tinham idade igual ou maior que 55 anos; 32,5% tinham de 45-54 anos de idade; 23,9% apresentavam idade entre 35-44 anos; 16,9% com idade de 25-34 anos; e somente 4,2% com até 24 anos (SIMÕES et al., 2002). Percebe-se, diante desse cenário, que a maior parte dos empregados desligados, isto é, 54,9%, tinha mais de 45 anos de idade. Correlato a esse dado está o de tempo de serviço na empresa. Segundo a pesquisa revela: 35,2% estavam na empresa de 15 a 19 anos; 23,9% há 20 ou mais anos; 16,9% de 2 a 10 anos; 14,1% de 10 a 15 anos; e apenas 9,9% trabalharam na empresa até dois anos (SIMÕES et al., 2002). Isso demonstra que 59,1% dos trabalhadores desligados da empresa, tinham mais de 15 anos na CST.

Não obstante os dados de desligamento de funcionários, pode-se perceber, no mesmo período, um coeficiente de produtividade do trabalho que cresce exponencialmente do 0,76 de 1994 para 1,34 em 1999; 1,49 em 2000; 1,45 em 2001, ou seja, há a duplicação do coeficiente de produtividade, denotando uma precarização multifatorial, ocasionada pelo incremento da automação e exploração do trabalho em um ambiente de estabilização do contingente de pessoal ocupado, como pode ser observado pela análise da Tabela 24. No que tange ao dispêndio com mão-de-obra (Tabela 30), detecta-se que o impacto da internacionalização da empresa sobre os gastos com pessoal ocasionou um arrefecimento da remuneração do trabalho, já que, observada a não alteração substancial no contingente total de funcionários efetivos, há uma queda nos valores destinados a pessoal de US\$ 154,2 milhões em 1997, quando a empresa empregava 3.343 pessoas, para US\$ 84,9 milhões em 2001, quando o número de trabalhadores era de 3.255 (Tabelas 24 e 30).

Pode-se aferir disso que o ciclo demissionário iniciado em 1999, objeto desta análise, ao contrário de apenas reduzir a mão-de-obra empregada, operou uma reestruturação do quadro de funcionários de múltiplas maneiras. Primeiro, cortou empregados com mais tempo de serviço, com maior idade, conseqüentemente, com maior remuneração, por funcionários

dispostos a receber menos, tendo em vista a diminuição dos gastos com pessoal efetivo (Tabela 30). Assim, vê-se que a precarização se dá, com maior intensidade, no contexto de internacionalização da CST, pela substituição do trabalho qualificado bem remunerado pelo mal remunerado. Segundo Zanutelli (2000, p. 38), isso gerou uma situação em que “Hoje encontramos trabalhadores qualificados (demitidos da CST) exercendo a função de vendedores ambulantes e aguardando a volta ao estatuto dourado do mercado de trabalho formal”.

Essa análise vai ao encontro do exposto no item 2.2.2 do Capítulo 2, quando se afirma, com base em Pastore (2005) e em Antunes (2003), que a nova dinâmica do mundo do trabalho se baseia na substituição da mão-de-obra tanto qualificada como desqualificada – o que se denota pelos Gráfico 10 – pela automação, vista no crescimento do coeficiente de produtividade da Tabela 24, culminando nesse processo de substituição do trabalho qualificado.

5.3.3 Considerações Sobre as Relações de Trabalho no Período Arcelor e ArcelorMittal

A fase inaugurada pela internacionalização da empresa e pela sua entrada em uma estratégia global do Grupo ArcelorMittal caracteriza uma nova trajetória de tratamento das relações de trabalho. De fato, o que se verifica é a permanência de uma gestão de eficiência, proveniente das etapas anteriores, associada à integração do controle empresarial em núcleos de administração. Dessa maneira, a quantidade de dados referentes ao período 2004-2008 é bastante restrita, além de, em muitos casos, terem sido reformulados para atender à atual configuração do grupo empresarial.

Nesse cenário, o que se observa é a permanência de um coeficiente de produtividade em um patamar similar ao verificado na etapa anterior. Contudo, mantém-se em níveis muito superiores ao período imediato do pós-privatização, variando de 1,25 a 1,17 entre os anos de 2004 e 2006, enquanto em 1994 era de 0,76 (Tabela 24). Isso demonstra que, mesmo após as expansões e o ligeiro aumento de mão-de-obra efetiva ocorrido então, o grau de precarização constatado nesse coeficiente permanece.

O que contribui para esse fato e até para o seu agravamento é o contingente de trabalhadores terceirizados presentes na empresa. Segundo dados da ArcelorMittal Tubarão, o percentual desses empregados chega a 77,84 do total de contratados da empresa, formando um número absoluto de 15.302 funcionários contratados por terceiros. Dessa forma, tem-se apenas 22,16% do efetivo de pessoal da empresa, o que corresponde a 4.356 pessoas, em 2006 (Tabela 24).

Assim, verifica-se que a inserção da empresa em uma estratégia global vem maculada por uma perversa precarização das relações de trabalho. Isso se consubstancia tanto no elevado coeficiente de produtividade, quanto no estrondoso aumento da mão-de-obra flexibilizada – terceirizada – o que demonstra que, tal qual se afirmou no Capítulo 2 desta tese, os impactos do Processo de Globalização sobre o mercado de trabalho vêm gerar um ambiente de exclusão social, acentuada pela transnacionalização das relações capital-trabalho e pelo alijamento do Estado dessa esfera, conforme se viu a partir da análise do posicionamento dos Céticos da Globalização.

5.4 MIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA SIDERURGIA PRIVATIZADA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRATÉGIA GLOBAL

O processo de migração, no período pós-privatização da CST, é bastante controverso. A variada composição de capital promoveu diversas trocas de conhecimentos e pessoas entre as empresas dos países controladores e a empresa capixaba. No entanto, enfrenta-se um problema com a ausência de dados concretos sobre como se comportou o fluxo migratório em função do empreendimento no período analisado nesta seção. O que se tem à disposição é, apenas, a caracterização de um sistema implantado após a composição do Grupo ArcelorMittal, chamado *Mobility* – mobilidade, em inglês – fornecido pelo próprio departamento de Recursos Humanos da unidade Tubarão – CST – e que permite algumas considerações sobre as novas facetas da migração para o caso estudado.

O *Mobility*, segundo informações de atuais funcionários da empresa que preferiram não se identificar, é um sistema de cadastro de funcionários que requer que estes indiquem sua disponibilidade para se deslocar para outras unidades do Grupo ArcelorMittal em qualquer parte do mundo. Além disso, o novo sistema exige que esses empregados apresentem a temporalidade dessa disposição, se imediata, ou se em momento ulterior. Assim, caso a empresa necessite desses profissionais, geralmente por sua qualificação, em outras unidades, torna-se mais fácil emigrá-los, que promover novas contratações (FUNCIONÁRIO A, 2008).

Essa dinâmica corrobora o que Patarra e Baeninger (1995, p. 86) discutem sobre as novas facetas da reestruturação industrial em um Processo de Globalização. Segundo as autoras:

Cabe destacar ainda que o processo de reestruturação produtiva pressupõe a dispersão espacial da produção, onde as cidades globais tendem a compor uma rede internacional de localidades e espaços ‘privilegiados’ e transterritorializados, com a canalização de importantes fluxos migratórios internacionais destinados a cobrir a necessidade de uma mão-de-obra escassa [e mais cara] para certos tipos de atividade.

Para o caso em estudo, que trata de um grupo transnacional que hoje se encontra em mais de

60 países, temos que, no período de 2003-2008, verificou-se um aumento na ordem de 70% do número de empregados efetivos enviados ao exterior, em comparação com o período compreendido pelos anos de 1999 e 2003. O mesmo ocorre em relação ao que a empresa chama de funcionários expatriados, ou seja, aqueles provenientes de outros países e lotados na unidade de Tubarão, que já totalizam um aumento de 40% no mesmo período. Diante disso, cabe ressaltar, ainda segundo entrevista do Funcionário A, que esses movimentos migratórios representam uma preocupação por parte dos empregados, quanto ao seu futuro na empresa, gerando, inclusive, receio de perda do emprego se não atenderem às expectativas do novo sistema.

Pode-se relacionar esse fato com o que se chamou, no Capítulo 2, de migrações forçadas, pois, mesmo que não haja obrigatoriedade dessa disponibilidade do trabalhador, a efetividade do *Mobility* tem se mostrado nos dados apresentados. Nesse sentido, esse sistema constitui-se como um instrumento de condicionamento do trabalhador à força do capital globalizado.

Assim, segundo Bógus (1995, p. 112):

Rebate-se aqui a tese de que grandes investimentos realizados em países do Terceiro Mundo - por parte de indústrias multinacionais - detêm a emigração. Na verdade, nos dias atuais isso nem sempre ocorre; pelo contrário, tais investimentos podem até favorecer os movimentos de emigração.

Não se quer dizer com isso que esta seja a única tônica dos fluxos migratórios internacionais atualmente, mas representa uma nova modalidade migratória – o deslocamento de profissionais qualificados dentre de um mesmo grupo transnacional, considerando mesmo os casos de deslocamentos forçados. Como mais um exemplo do estudo apresentado nesta tese, tem-se que, mesmo as migrações internas – dentro de um mesmo país – entre subsidiárias desses grupos têm aumentado. Prova disso é que, no período de 2003-2008, se verificou a emigração de 42 empregados da ArcelorMittal Tubarão para outras unidades no Brasil, remontando à contribuição de Sassen (apud PATARRA; BAENINGER, 1995), apresentada na seção 2.4 do Capítulo 2 deste trabalho.

Não se trata contudo, de se aferir, conforme se apresentou no capítulo teórico deste estudo, se esses casos importam em “desafiliação”, ou mesmo em exclusão social. Os dados disponíveis apenas induzem o entendimento dessa nova dinâmica, sendo necessário o aprofundamento posterior deste estudo. Como se vê, constata-se o surgimento de novas modalidades de fluxos de pessoas, neste caso o de deslocamento forçado de trabalhadores qualificados – e de suas famílias – para ramos transnacionalizados de redes industriais globais. Assim, tem-se que o advento do Processo de Globalização, calcado no aprofundamento de uma acumulação flexível do capital e em uma nova modalidade de reestruturação produtiva, vem trazer novos caminhos e desafios para o tratamento das questões do trabalho e da migração.

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se analisar a Globalização, com vistas a identificar de que maneira ocorreu a redefinição do papel do Estado nas últimas décadas com relação às questões do trabalho e da migração. Diante da discussão sobre a configuração do Estado-nação como sujeito ou objeto do Processo de Globalização, verificou-se uma inter-relação que propiciou a esse ente manejar uma redefinição e deslocamento de seu escopo de atuação no Sistema Internacional, permitindo o surgimento e maior atuação de novos atores. Nesse sentido, o avanço da investida do Estado nessa reconfiguração sistêmica acarretou-lhe uma série de constrangimentos.

Verificou-se, assim, que os impactos da Globalização sobre o Brasil, no período em foco, dependeram, em grande medida, da ação governamental interna com vistas à maior abertura econômica. Ressalta-se, também, que não se podem identificar reflexos dessa dinâmica que se configurem somente como impactos maléficos ou benéficos, mas, em certa medida, alternam-se, positiva e negativamente, no processo de deslocamento do papel do Estado brasileiro em frente à Globalização. Dessa forma, constata-se uma redefinição do escopo estatal, no período pesquisado, que influenciou uma modificação na sociedade brasileira, a partir do surgimento de novos atores que, interagindo como o Estado, remodelaram a ação e a posição do Brasil no meio global.

Dessa maneira, verificou-se que o avanço do Processo de Globalização não só tende a redefinir o papel do Estado-nação, tanto no cenário internacional quanto local, mas também traz impactos na medida em que intensifica o fluxo de capital internacional resultando na alteração dos padrões de circulação internacional de mão-de-obra e seus desdobramentos no mercado de trabalho nacional, notadamente no Brasil, enfatizando as novas modalidades de relação de trabalho, além de explicitar suas relações com o processo de desregulamentação

econômica.

O avanço do Processo de Globalização foi acompanhando por uma redefinição do padrão de produção, substituindo paulatinamente o regime fordista pelo toyotista com implicações na estrutura dos mercados de trabalho em escalas mundial e nacional. Viu-se que esse fenômeno, aliado a outros fatores, como abertura econômica, adoção de políticas neoliberais de desregulamentação, privatizações, terceirização, surgimento da acumulação flexível do capital, alterações nas relações capital/trabalho, enfraquecimento dos sindicatos, tem provocado impactos desestabilizadores da ordem social gerando precarização das relações de trabalho, migrações forçadas e até exclusão social.

A abordagem acerca da formação social e econômica do Espírito Santo procurou fazer uma apresentação integrada dos processos migratórios que influenciaram a formação da economia e do mercado de trabalho no Estado. Dessa maneira, enfocou-se de que forma as diversas políticas públicas nacionais e locais influenciaram essa dinâmica. Nesse contexto, observou-se, durante o ciclo cafeeiro de fins do século XIX e início do XX, a promoção dos fluxos imigratórios, notadamente europeu, como forma de expandir o povoamento das terras capixabas e suprir a atividade cafeeira de mão-de-obra.

Em sequência, com a política de erradicação dos cafezais, verificou-se uma maior urbanização do Estado, concomitantemente a um ciclo emigratório, em função da crise econômica pela qual passou o Espírito Santo. Após esse período, viu-se, com os Projetos de Impacto e os Grandes Projetos Industriais, uma retomada da atração de mão-de-obra nesse período em maior número proveniente de regiões interioranas do Estado e de outras Unidades da Federação. Assim, diagnosticou-se como as deficiências dessas políticas foram responsáveis por gerar uma massa suburbana de excluídos na sociedade local.

Em seguida, foi traçada uma abordagem das siderurgias mundial e brasileira, demonstrando

como as diversas crises internacionais determinaram a configuração do mercado siderúrgico internacional. Nesse sentido, é importante destacar a análise comparativa que se fez sobre as políticas públicas nacionais nos Estados Unidos, Europa e Brasil, ressaltando como a falta de uma política brasileira adequada para esse mercado de trabalho permitiu um ambiente de precarização, gerado pela intensa aplicação de mecanismos produtivos vinculados à lógica da reestruturação produtiva, calcada na automação e na flexibilização. Elaborou-se, assim, um cenário que permitiu entender os padrões de migração delineados pela lógica dos empreendimentos siderúrgicos no Brasil.

Por fim, procedeu-se ao estudo de caso da CST, atual ArcelorMittal Tubarão, no qual se identificou a especificidade da dinâmica evolutiva da implementação de um parque industrial siderúrgico em uma área já urbanizada. Assim, fez-se, inicialmente, uma análise da fase estatal da empresa e de como sua configuração, como empreendimento conjunto entre o Estado e o capital nacional e internacional promoveu uma nova sistemática do emprego e da migração. Na sequência, apresentou-se como o período, após a desestatização da empresa, gerou novas dinâmicas de precarização das relações de trabalho e redesenho dos fluxos migratórios, verificadas em estratégias de gestão da empresa que culminaram em sua internacionalização e atual inserção em uma estratégia global de um grupo transnacional.

A conjunção de toda essa análise, em suas mais variadas facetas, permitiu identificar os novos padrões do emprego e da migração condicionados pela nova lógica de atuação da empresa. Assim, tem-se que há um expressivo aumento da precarização do trabalhado, aferido, sobretudo, a partir da intensa leva de contratações de trabalhadores terceirizados que, pelas razões apontadas, fragilizam as estruturas do mercado de trabalho formal. Por fim, apresentou-se a peculiaridade do novo padrão de migração observado nos últimos anos, consubstanciado no deslocamento forçado da mão-de-obra para atender às necessidades do Grupo ArcelorMittal.

REFERÊNCIAS

- ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, n. 47, p. 201-216, 1999.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARCELOR BRASIL. **Relatório anual de 2005**. Belo Horizonte, 2005.
- _____. **Relatório anual de 2006**. Belo Horizonte, 2006.
- ARCELORMITTAL BRASIL. **Relatório anual de 2007**. Belo Horizonte, 2007.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Edital No. PND/A-05/92/CST**. Rio de Janeiro: 1992.
- BASSANEZI, M. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 1-38.
- BECK, U. **O que é globalização?** equívocos do globalismo, respostas à globalização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- BITTENCOURT, G. **A formação econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização - do engenho às grandes indústrias (1535-1980). Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.
- _____. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BITTENCOURT, G.; NETO, A. **Espírito Santo 1990-2002**: um estudo atual sobre a conjuntura do Estado e seus fundamentos políticos e econômicos. Vitória: ABIO, 2002.
- BÓGUS, L. M. Globalização e migração internacional: o que há de novo nesses processos? In: DOWBOR, L. et al. **Desafios da globalização**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 165-174.
- BÓGUS, L. M. Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 111-121.
- BRASIL. Programa Nacional de Desestatização. **Jornal da Privatização**: boletim informativo quinzenal do Programa Nacional de Desestatização, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1-4, fev. 1992a.

BRASIL. **Jornal da Privatização**: boletim informativo quinzenal do Programa Nacional de Desestatização, Rio de Janeiro, n. 15, p. 1-4, mar. 1992b.

_____. Programa Nacional de Desestatização. **Jornal da Privatização**: boletim informativo quinzenal do Programa Nacional de Desestatização, Rio de Janeiro, n. 22, p.1-4, jun. 1992c.

_____. **Jornal da Privatização**: boletim informativo quinzenal do Programa Nacional de Desestatização, Rio de Janeiro, n. 23, p.1-4, jul. 1992d.

_____. **Jornal da Privatização**: boletim informativo quinzenal do Programa Nacional de Desestatização, Rio de Janeiro, n. 25, p.1-4, ago. 1992e.

_____. **Jornal da Privatização**: boletim informativo quinzenal do Programa Nacional de Desestatização, Rio de Janeiro, n. 28, p.1-4, set. 1992f.

BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 53-66.

CAMPOS, J. A. Maior, melhor e mais forte. **Informativo Especial ArcelorMittal Tubarão**. Serra, p. 2, ago. 2007.

CARDOSO, A. F. Migrações internacionais: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão-de-obra. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 112-114, abr./ jun.2002.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L. M. et al. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2007. p. 17-50.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1996. v. 3.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **La era de la migración**: movimientos internacionales de población em eu mundo moderno. México (DF): UAZ, 2004.

CASTRO, M.; OLIVEIRA, A. Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado de trabalho: explorando o censo e PNADS (1980-1998) e algumas leituras da mídia. In: CASTRO, M. G. (Coord.). **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 505-524.

CERVO, A. L. Adaptação à ordem global: a política exterior desde 1990. In: CERVO, A. L.; BUENO, C. **História das relações internacionais do Brasil**. Brasília: UnB, 2002a. p. 455-490.

_____. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 1, p. 5-35, jan./jun. 2002b.

CLARK, I. **Globalization and international relations theory**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO. **Relatório anual da administração de 1985**. Serra, 1985.

COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO. **Relatório anual da administração de 1987**. Serra, 1987.

_____. **Relatório anual da administração de 1990**. Serra, 1990.

_____. **Relatório anual da administração de 1993**. Serra, 1993.

_____. **Relatório anual da administração de 1996**. Serra, 1996.

_____. **Relatório anual da administração de 1998**. Serra, 1998.

_____. **Relatório anual da administração de 2001**. Serra, 2001.

_____. **Relatório anual da administração de 2002**. Serra, 2002.

_____. **Relatório anual da administração de 2003**. Serra, 2003.

_____. **Relatório anual da administração de 2004**. Serra, 2004.

CONSTANZI, R. N. **Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda**. Brasília: IPEA, 2004. Texto Para Discussão, n. 1039.

DALCOMUNI, S. Dynamics capabilities for cleaner production innovation: the case of the market pulp export industry in Brazil. 1997. Tese (Doutorado em Economia da Inovação) - . University of Sussex, Brighton, 1997.

DE PAULA, G. Cadeia: siderurgia. In: COUTINHO, L. et al. **Estudo da competitividade de cadeia integradas no Brasil**: impactos das zonas de livre comércio. Campinas: UNICAMP, 2002.

DREIFUSS, R. **A época das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DUARTE, J. C. **Depoimento ao projeto “Memória Viva CST”**. 2004. Depoimento concedido a Carolina Júlia. Serra, 12 de março de 2003. 1 DVD.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Cultura e do Bem Estar Social. **Projeto de Implantação do Sistema Nacional de Emprego no Estado do Espírito Santo – SINE/ES**. Vitória, 1977.

_____. Secretaria do Planejamento. Departamento de Informações Técnicas. **Espírito Santo**: crescimento e desigualdade social, análise introdutória de alguns dados da pesquisa sócio-econômica 1977. Vitória, 1979.

FARIAS, D. **Trabalho escravo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.fadepe.com.br/>>. Acesso em: 10 maio 2008. Monografia na Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Sexta Região, Recife.

FRANCO FILHO, G. **Globalização e desemprego**: mudanças nas relações de trabalho. São Paulo: LTr, 1998.

FREITAS, C. Precarização do trabalho e estrangeiros no Brasil em um contexto neoliberal. In: CASTRO, M. G. (Coord.). **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 525-544.

GAMBLE, A. Regional blocs, world order and new medievalism. In: TELÓ, M. **European union and new regionalism**: regional actors and global governance in a post-hegemonic era. Aldershot: Ashgate, 2001. p. 21-37.

GARCIA, C. H. M. **O trabalho em rota de colisão**: privatização, luta operária e estratégias sindicais na siderurgia brasileira. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GORDON, L. **A segunda chance do Brasil**: a caminho do Primeiro Mundo. São Paulo: SENAC, 2002.

GRAY, J. **Falso amanhecer**: os equívocos do capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HELD, D. Sovereignty, national politics and the global system. In: **POLITICAL theory and the modern state**. Stanford: Polity and Stanford University Press, 1989.

HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. The future of globalization. **Cooperation and Conflict**: Journal of the Nordic International Studies Association, v. 37, n. 3, p. 247-265, 2002.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. **Siderurgia brasileira**: relatório de sustentabilidade 2007. Disponível em <www.ibs.org.br>. Acesso em: 10 mar. 2008.

LACERDA, A. globalização e políticas econômicas: os desafios da nova dinâmica capitalista. In: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Org.). **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: experiências sindicais, setoriais e regionais. Campinas: CESIT, 2002.

LIMA, V. A. de. Globalização e políticas públicas no Brasil: a privatização das comunicações entre 1995-1998. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 2, p. 118-138, jul./dez. 1998.

LINKLATER, A. Rationalism. In: LINKLATER, A.; BURCHILL, S. **Theories of international relations**. New York: St Martin's Press, 1996. p. 103-128.

MANN, M. Has globalization ended the rise and rise of the nation-state? In: PAUL, T. V.; HALL, J. A. **International order and the future of world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 237-260.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MESQUITA, M.; NAIDIM, L. **Desempenho exportador, regulamentação internacional e privatização**: o caso da siderurgia brasileira. Brasília: IPEA, 1992. Texto para Discussão, n. 287.

MITTAL, L. **Speech from Mr. Mittal**. Serra, 29 de novembro de 2007. Discurso proferido por ocasião da inauguração do 3º. Alto Forno da ArcelorMittal Tubarão.

MÖLLER, H. D.; FERREIRA IRMÃO, J. Desemprego e precarização das relações de trabalho no Brasil. In: ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. **Ensaio sobre mercado de trabalho e políticas de emprego**. Recife: Editora UFPE, 2001. p. 29-63.

MORANDI, A. **Na mão da história**: A CST na siderurgia mundial. Vitória: EDUFES, 1997.

OFFE, C. O novo poder. **Veja**, São Paulo, ano 31, n. 14, p.11-13, 8 abr. 1998. Entrevista concedida a Thomas Traumann.

OFFE, C. Reforma do Estado e trabalho. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT, 1999. p. 47-68.

OHMAE, K. **O fim do Estado Nação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, V. C. P. **A indústria siderúrgica no Estado de Minas Gerais na década de 90**: reestruturação produtiva, emprego e relações de trabalho. Belo Horizonte: DIEESE/CESIT, 2000. Relatório final do projeto “Desenvolvimento Tecnológico, Atividades Econômicas e Mercado de Trabalho nos Espaços Regionais Brasileiros”.

_____. **Reestruturação setorial e capacitação tecnológica na indústria siderúrgica brasileira**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PASSANEZI FILHO, R. **Saneamento financeiro e privatização da siderurgia brasileira**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992

PASTORE, J. Perspectivas e problemas do emprego no Brasil. In: SEMINÁRIO BRASIL-CANADÁ PARA CRIAÇÃO DE EMPREGOS. **Anais...** Brasília, CEBRI, 2005. p. 1-27.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 75, p. 7-24, maio/ago. 2006.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 78-88.

PFETSCH, F. R. Capacidade de atuar e legitimação do Estado democrático de direito na era da globalização. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 2, p. 102-117, jul./dez. 1998.

POCHMANN, M. O mundo do trabalho em mudança. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT, 1999. p. 13-

30.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. IPEA: Rio de Janeiro, 2007. Textos para Discussão, n. 1255.

RIBEIRO, F. **Companhia Siderúrgica de Tubarão: a história de uma empresa**. Serra: CST, 2005.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura & grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, S. Sustentabilidade: o ser humano integrado ao mundo em todas as dimensões. **Informativo Especial ArcelorMittal Tubarão**. Serra, p. 24, ago. 2007. Entrevista concedida a Larissa Bazílio.

SABÓIA, J. Emprego industrial no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 5, 2001. Número Especial.

SANTOS, A. Migração e força de trabalho: notas para debate. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 7-25, nov. 2006.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In _____. **Globalização e Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 2-102.

SCHOLTE, J. A. **What is globalization?** the definitional issue – again. Coventry: University of Warwick, Center for the Study of Globalization and Regionalization, 2002. Working paper n. 109/02.

SERRA. Câmara de Vereadores. [**Crescimento populacional no município da Serra (ES)**]. Disponível em: <<http://www.camaraserra.es.gov.br/>>. Acesso em: 18 maio de 2008.

SHAW, M. Globality: historical change in our time. In: _____. **Theory of the global state: globality as unfinished revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em: <<http://www.theglobalsite.ac.uk/press/012shaw.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2004.

SIDERÚRGICAS BRASILEIRAS. **Protocolo geral de intenções da Usina de Tubarão**. Rio de Janeiro, 1973.

SIMÕES, R. et al. **A CST no Espírito Santo: Segundo Relatório Parcial**. Vitória: UFES, 2002.

STRANGE, S. The declining authority of states. In: _____. **The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 3-65.

VAINER, C. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 39-52.

VICENTE, O. **PAE - Programa de Assistência ao Estudante**. São Paulo: Editora Iracema, 2002.

WANDERLEY, L. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, L. M. et al. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2007. p. 51-161.

ZANOTELLI, C. A Migração para o litoral: O caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). **Geografares**, Vitória, v. 1, n.1, p. 29-40, jun. 2000.

ANEXOS - Figuras

Figura 1 - Espírito Santo: Macrorregiões Administrativas.....	192
Figura 2 - Espírito Santo: Microrregiões Administrativas.....	193
Figura 3 - Espírito Santo: Estrutura Portuária.....	194
Figura 4 - Espírito Santo: Estrutura Logística.....	195
Figura 5 - Processos de produção do aço: Usinas Integradas e Miniúsinas.....	196
Figura 6 - Complexo de Tubarão: CST e CVRD.....	197
Figura 7 - Porto de Tubarão.....	198
Figura 8 - Coqueria da CST.....	199
Figura 9 - Alto-Forno I da CST.....	200
Figura 10 - Porto de Praia Mole.....	201
Figura 11 - Vega do Sul.....	202
Figura 12 - Rota do Aço: Navegação de Cabotagem – CST-Veja do Sul.....	203
Figura 13 - Porto Privativo da CST.....	204
Figura 14 - Sol Coqueria Tubarão S.A. (SOL).....	205

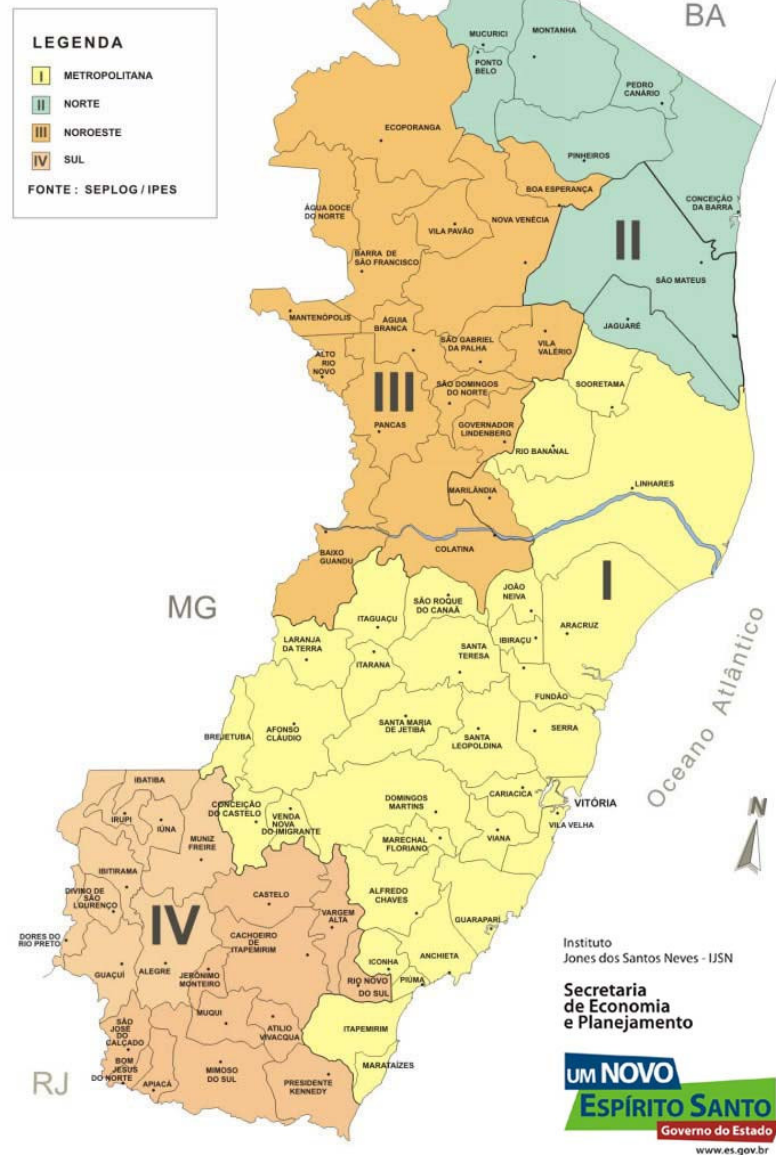
Figura 1

Espírito Santo: Macrorregiões Administrativas

Divisão Regional do Espírito Santo

Macrorregiões de Planejamento

Lei 5.120 de 01/12/95



Fonte: Disponível em: < <http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

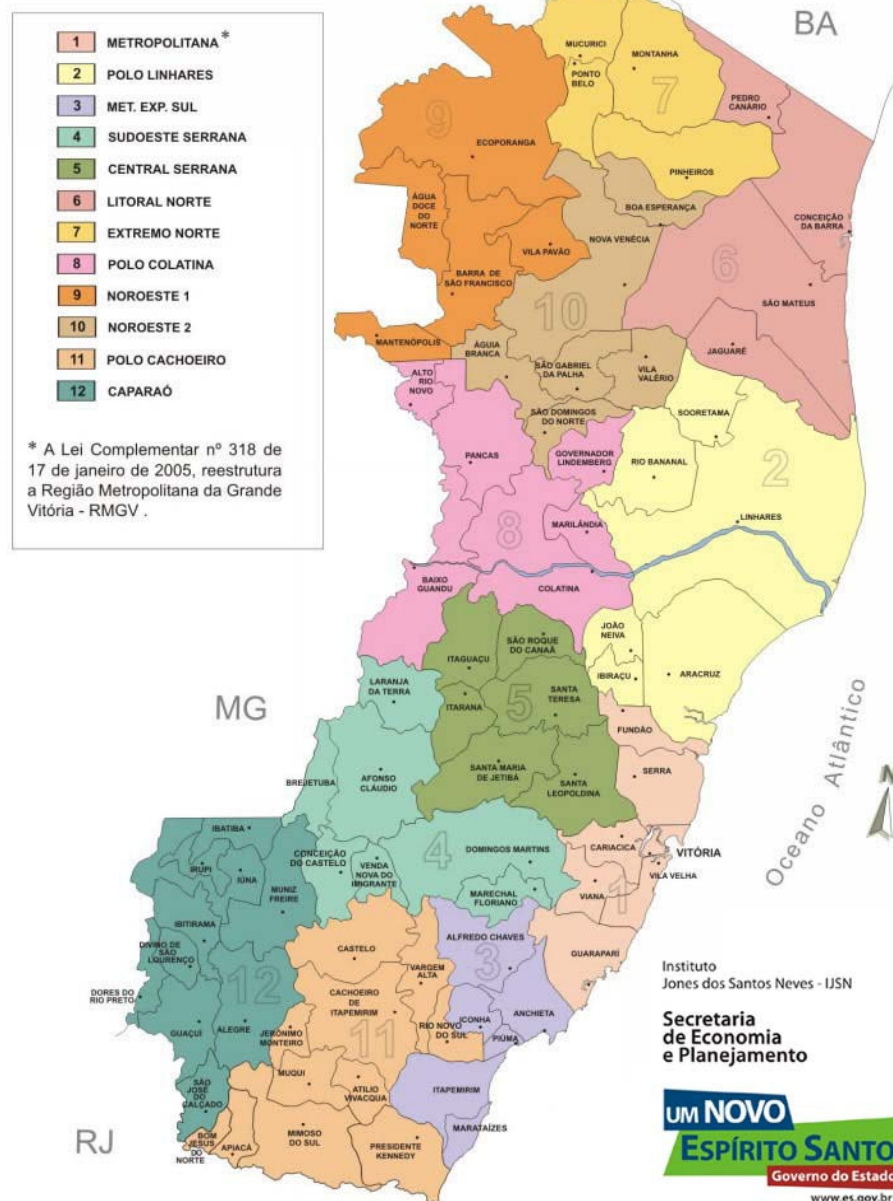
Figura 2

Espírito Santo: Microrregiões Administrativas

Divisão Regional do Espírito Santo

Microrregiões de Planejamento

Lei 5.120 de 30/11/95 (DOE 01/12/95) alterada pelas leis:
 Lei nº 5.469 de 22/09/97 (DOE 23/09/97), Lei 5.849 de 17/05/99 (DOE 18/05/99)
 e Lei nº 7.721 (DOE 14/01/04).



Fonte: Disponível em: < <http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Figura 3
Espírito Santo: Estrutura Portuária

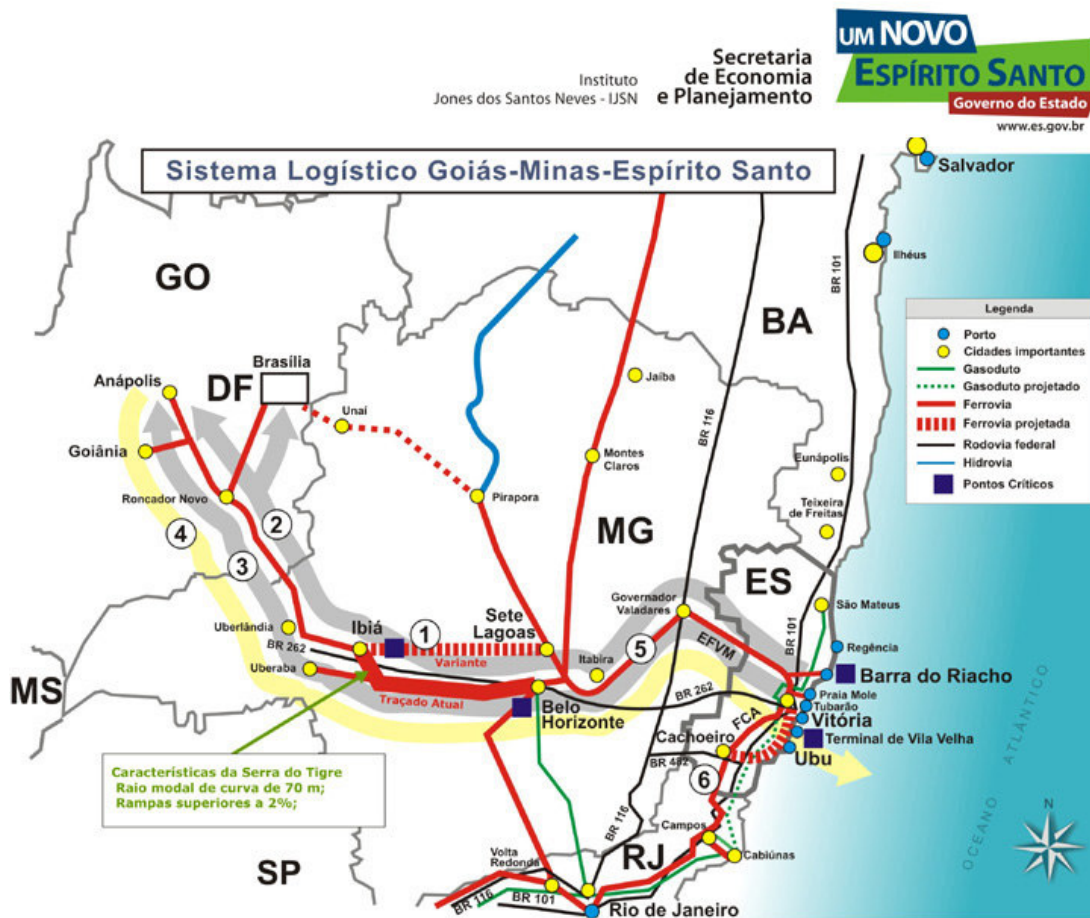


Instituto
Jones dos Santos Neves - IJSN
Secretaria
de Economia
e Planejamento

UM NOVO
ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado
www.es.gov.br

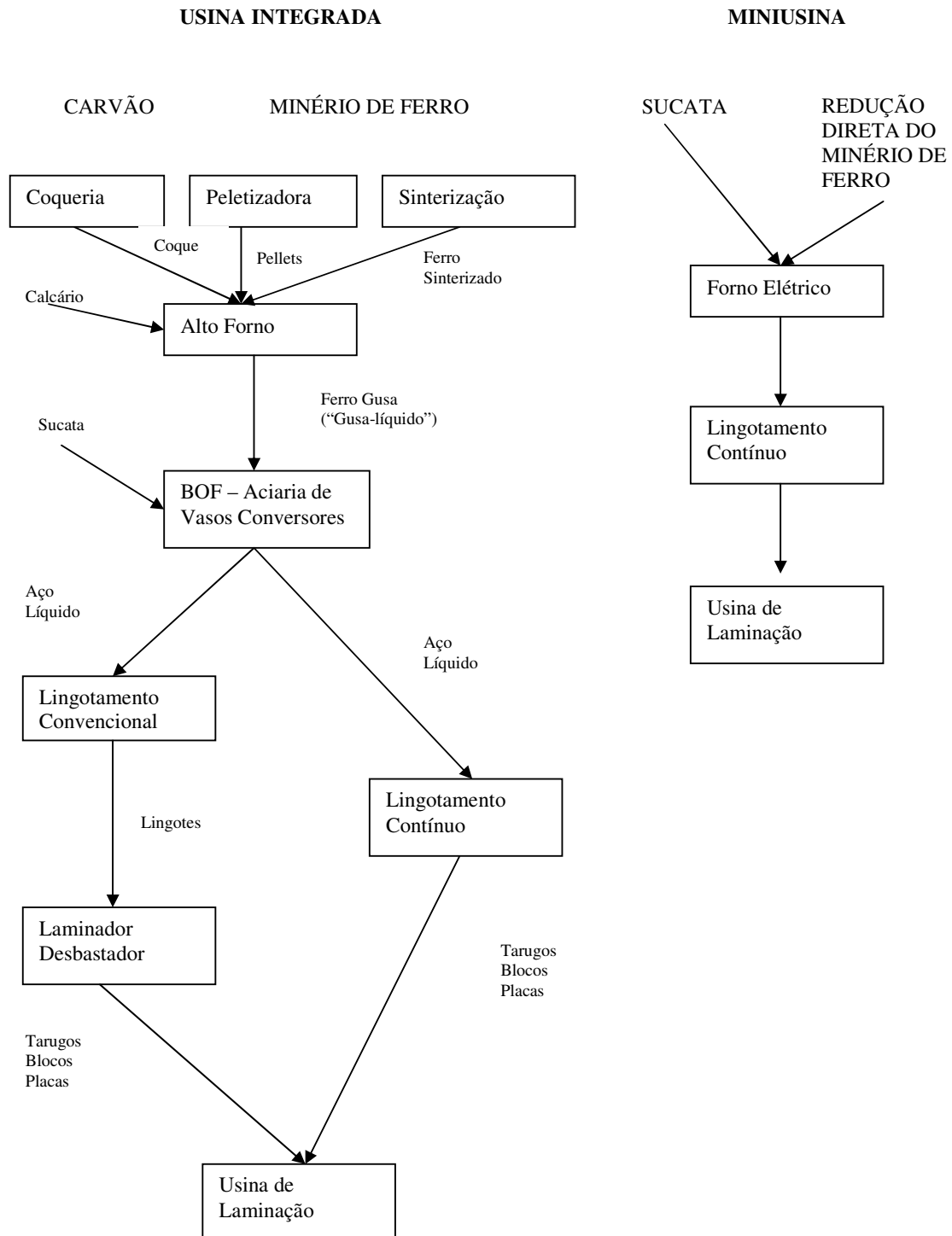
Fonte: Disponível em: < <http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Figura 4
Espírito Santo: Estrutura Logística



Fonte: Disponível em: < <http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Figura 5
Processos de produção do aço: Usinas Integradas e Miniúsinas



Fonte: Barnett e Crandall (apud MORANDI, 1997, p. 40).

Figura 6
Complexo de Tubarão: CST e CVRD



Fonte: Disponível em: <<http://www.siteselection.com/ssinsider/bbdeal/bd050815.htm>>. Acesso em: 31 maio 2008.

Figura 7
Porto de Tubarão



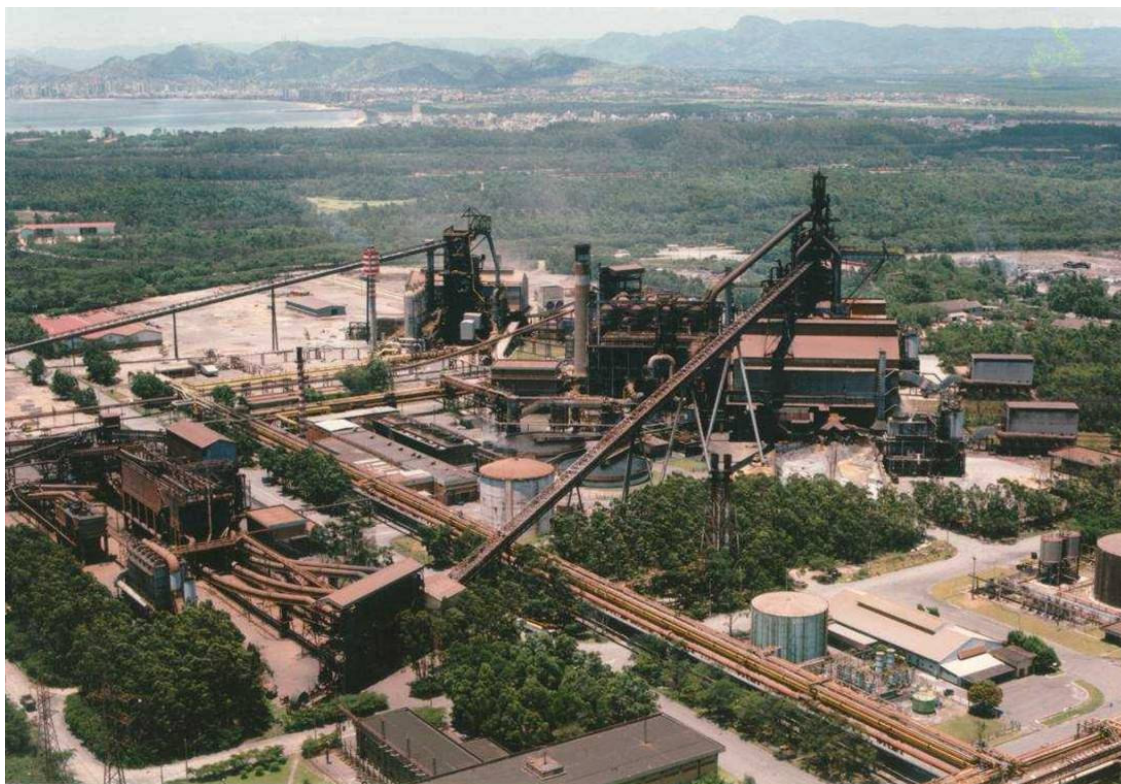
Fonte: Disponível em: <maps.google.com.br>. Acesso em: 31 maio 2008.

Figura 8
Coqueria da CST



Fonte: Disponível em: <<http://www.iadb.org/news/images/medium/Brazil.jpg>>. Acesso em: 31 maio 2008.

Figura 9
Alto-Forno I da CST



Fonte: Disponível em: < <http://www.arcelormittal.com/br/>>. Acesso em: 8 maio 2008.

Figura 10
Porto de Praia Mole



Fonte: Disponível em: <maps.google.com.br>. Acesso em: 31 maio 2008.

Figura 11
Vega do Sul



Fonte: Disponível em: <www.siteselection.com>. Acesso em: 12 jun. 2008.

Figura 12
Rota do Aço: Navegação de Cabotagem CST-Vega do Sul



Fonte: Disponível em: <www.vegadosul.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2008.

Figura 13
Porto Privativo da CST



Fonte: Disponível em: <maps.google.com.br>. Acesso em 31 de maio de 2008.

Figura 14
Sol Coqueria Tubarão S.A. (SOL)



Fonte: Disponível em: <<http://www.iadb.org/news/images/medium/Brazil.jpg>>. Acesso em 31 de maio de 2008